

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 06/05/2020	



## SUSPENSÃO DOS PROCESSOS FISCAIS É PRORROGADA



admin 6 Maio, 2020

O Governo do Estado prorrogou para o dia 15 de maio a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**. A medida, já publicada no Diário Oficial por meio do Decreto nº 19.672, está em consonância com a orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tendo em vista a crise do novo coronavírus. Assim, os contribuintes que quiserem protocolar contestações relativas à cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo original de suspensão terminava em 30 de abril.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, e foi feita a migração dos serviços para o ambiente virtual. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br) ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

A Sefaz-Ba agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da página [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado “COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes”.

Foto: Marcello Casal Jr./ Agência Brasil

## Motoristas de transporte escolar fazem protesto

**EUZENI DALTRO**

“Tem sido muito complicado porque o sustento de nossa família depende do transporte escolar. É a minha única renda. Quando as escolas pararam, a gente parou. Não temos como garantir nossa renda e ainda fomos esquecidos pelas autoridades, pela prefeitura e pelo governo do estado”, desabafa Rejane Silva, 50 anos. Na manhã de ontem, Rejane, outros motoristas de transporte escolar e representantes do sindicato da categoria fizeram uma carreata em protesto.

Era por volta de 9h, quando um comboio de vans saiu do Centro de Convenções, na Boca do Rio, em direção à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). Outro grupo saiu de Lauro de Freitas com o mesmo destino. No caminho, um buzinaço tentava chamar atenção para os pedidos de socorro escritos nos veículos.

As principais reivindicações são isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), bem como das taxas das vistorias municipal e estadual e a suspensão da cobrança das parcelas do financiamento junto à Desenbahia. Eles pedem ainda amparo por meio de auxílio emergencial do município e do estado.

“Veja que são muitas despesas e, nesse momento, a gente não tem como pagar”, afirma Simone Rosas, presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares e Turísticos do Estado da Bahia (Sintest-BA).

Rosas conta que muitos pais de alunos rescindiram os contratos da prestação do serviço, após a suspensão das aulas. “Muitos pais estão virando as costas para esses parceiros de muito tempo, não atendem telefone e nem respondem mensagens”.

Segundo Rejane, quase



Shirley Stokes / Ag. A TARDE

**Categoria quer isenção de impostos e outros benefícios durante crise**

50% dos seus contratos foram rescindidos. Os demais concordaram em continuar pagando com desconto. “Eu não tenho dormido. São muitas famílias que só têm esse meio de renda, que estão passando por dificuldades. Vai chegar ao ponto de faltar alimento”, completou Simone Rosas.

A carreata realizada ontem foi a terceira mobilização. O primeiro ato foi realizado no dia 20 de abril e o segundo ocorreu na última sexta-feira.

Em nota enviada pela assessoria de imprensa, a Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) informa que as cate-

**Fila de vans em carreata até o CAB ontem**

rias contempladas pelo benefício foram definidas pela legislação municipal aprovada na Câmara Municipal. “De acordo com a lei do Salvador Por Todos, os trabalhadores informais contemplados – ambulantes, barraqueiros, donos de quiosques, baianas de acarajé (licenciados pela Semop), guardadores de carro (Transalvador), recicladores (Lim-purb), baleiros, taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativo (Semob) – precisam estar cadastrados até o dia 20 de março”.

A reportagem também entrou em contato com a Secretaria de Mobilidade de Salvador (Semob) para saber sobre a isenção das taxas de vistorias, no entanto não teve retorno até o fechamento desta edição. Já a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) informou, por meio da assessoria, que “recebeu a demanda hoje (ontem) e vai avaliar o pedido”.

Veículo: TV Aratu	Programa: Que Venha o Povo
Data: 06/05/2020	
Assunto: Motoristas do transporte escolar protestam e pedem auxílio do Governo do Estado e da Prefeitura de Salvador. Pedem isenção de <b>IPVA</b> .	

**Data:** 06/05/2020

**Hora:** 12:29:51

**Emissora:** TV ARATU

**Duração:** 06:14

**Programa:** QUE VENHA O POVO

**Apresentador(a):** CASEMIRO NETO

**Citação Direta:** Não

**Impacto:** NEUTRO

**Sinopse:** Motoristas do transporte escolar protestam e pedem auxílio do Governo do Estado e da Prefeitura de Salvador. Pedem isenção de **IPVA**.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 07/05/2020	Página: 02

# Tribuna

## IPVA

Diante da ausência do serviço de transporte escolar, causada pela suspensão das atividades nas instituições de ensino e da crise econômica deflagrada com a pandemia do coronavírus, o deputado estadual Pedro Tavares (DEM) pede que o governo estadual isente os motoristas e auxiliares de vans escolares do pagamento do IPVA. Em indicação apresentada na Assembleia Legislativa da Bahia, o parlamentar sugere também a isenção das taxas estaduais incidentes na atividade e refinanciamento de débitos junto à Desenbahia com condições especiais que ajudem a minimizar os impactos negativos para esses trabalhadores.



**CAPA** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](http://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](http://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

**MIUDINHAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](http://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas))

**COLUNISTAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](http://www.bahiaja.com.br/colunistas)) **ARTIGOS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](http://www.bahiaja.com.br/artigos))

**FALE CONOSCO** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](http://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

quinta-feira, 07 de maio de 2020

## **POLÍTICA** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/POLITICA](http://www.bahiaja.com.br/politica))

### **Pedro Tavares propõe ao Governo isenção do pagamento do IPVA**

Deputado também propôs refinanciamento de débitos para trabalhadores do transporte escolar

**Deputado Pedro Tavares**, Salvador | 06/05/2020 às 14:25

Curtir 0

Tweet



Pedro Tavares propõe ao Governo isenção do pagamento do IPVA

Foto: divulgação

Diante da ausência do serviço de transporte escolar, causada pela suspensão das atividades nas instituições de ensino e da crise econômica deflagrada com a pandemia do coronavírus, o deputado estadual Pedro Tavares (DEM), pede que o Governo isente os motoristas e auxiliares de vans escolares, do pagamento do IPVA. Em indicação apresentada na Assembleia Legislativa da Bahia, o parlamentar sugere também a isenção das taxas estaduais incidentes na atividade e refinanciamento de débitos junto à Desenbahia com condições especiais que ajudem a minimizar os impactos negativos para esses trabalhadores. Somente na capital baiana são mais de 900 prestadores do serviço, segundo dados da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob). Nesse momento, a maioria está com a renda comprometida pela falta de trabalho.

Tavares tomou conhecimento da manifestação realizada hoje por cerca de 300 motoristas, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa, no CAB. O parlamentar entrou em contato por telefone com alguns trabalhadores para dialogar sobre o cenário e fundamentar a sugestão com o pedido de isenção ao Governo. Segundo o deputado, é compreensível o pedido de socorro da categoria que tem sofrido diretamente com o cancelamento dos serviços, nesse período.

“A isenção do IPVA a recair sobre os veículos de transporte escolar, bem como a isenção das taxas estaduais incidentes e o refinanciamento dos débitos junto à Desenbahia, em condições especiais e mais favoráveis, é um auxílio emergencial em favor desses trabalhadores autônomos que abruptamente tiveram as suas atividades sobrestadas e encontram-se na iminência de perder o veículo que lhes garante a sobrevivência, de onde tiram o sustento próprio e da família, caso não sejam adotadas medidas de preservação da atividade perante momento tão grave”, justificou.



(<http://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=12&idNoticia=125956>)

### **MAIS NOTÍCIAS**



(<http://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/05/06/sitio-atibaia-trf-4-nega-recurso-de-lula-e-mantem-pena-de-17-anos,125963,0.html>)  
**SITIO ATIBAIA: TRF-4 NEGA RECURSO DE LULA E MANTÉM PENA DE 17 ANOS**  
(<http://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/05/06/sitio-atibaia-trf-4-nega-recurso-de-lula-e-mantem-pena-de-17-anos,125963,0.html>)

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 07/05/2020	



## SENADO APROVA PROJETO AJUDA A ESTADOS E MUNICÍPIOS E TEXTO VAI PARA SANSÃO DE BOLSONARO



admin 7 Maio, 2020

O projeto que prevê ajuda financeira da União a estados e municípios foi aprovado ontem à noite no Senado federal em sessão remota, por 80 votos a zero. O projeto tenta reduzir os impactos causados pela crise do coronavírus. Segundo o texto, a União vai transferir diretamente a estados e municípios R\$ 60 bilhões, divididos em quatro parcelas mensais. Os recursos, conforme a proposta, serão divididos da seguinte forma:

- R\$ 50 bilhões: compensação pela queda de arrecadação (R\$ 30 bilhões para estados e DF; R\$ 20 bilhões para municípios);
- R\$ 10 bilhões: ações de saúde e assistência social (R\$ 7 bilhões para estados e DF; R\$ 3 bilhões para municípios).

O projeto ainda suspende as dívidas de estados e municípios com a União, inclusive os débitos previdenciários parcelados pelas prefeituras e que venceriam este ano. Este ponto pode gerar um impacto de R\$ 60 bilhões à União. O relator da proposta foi o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A escolha dele foi um movimento incomum, já que os presidentes da Câmara e do Senado não costumam assumir relatorias de projetos.

Alcolumbre negociou um texto que representasse uma espécie de “meio-termo” entre a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados e o texto defendido pelo governo federal. A contrapartida encontrada foi a proibição de aumento de salários de servidores municipais, estaduais e federais até dezembro de 2021. Esta regra não permite a criação de bônus como os de desempenho, por

exemplo. O texto veda qualquer iniciativa que gere aumento de despesas, desde criação de cargos e funções à realização de concursos.

Durante a primeira votação do projeto no Senado, parlamentares excluíram da regra de congelamento de remunerações os servidores civis e militares que atuam diretamente no combate à pandemia de Covid-19. Ficaram de fora da proibição, portanto, funcionários públicos das áreas da saúde, da segurança e os das Forças Armadas desde que trabalhem na contenção do coronavírus.

Esta medida, de acordo com a equipe econômica, se virasse lei, geraria economia de R\$ 93 bilhões. A Câmara, porém, em votação nesta terça-feira (5), incluiu mais categorias, o que reduziu a economia para R\$ 43 bilhões. Alcolumbre apresentou nesta quarta novo relatório, em que acata parcialmente as sugestões dos deputados. O parecer libera o reajuste de salário para servidores da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), guardas municipais, trabalhadores da educação pública como os professores, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, funerários e de assistência social.

Mesmo com a incorporação dessas categorias, só poderão receber aumento os servidores que estejam na linha de frente do combate à pandemia. De acordo com o parecer, apenas os seguintes servidores, desde que atuem diretamente no combate à pandemia, poderão sofrer reajuste de salário. Os recursos do auxílio não poderão ser usados na concessão de reajuste a essas categorias. Na prática, os entes que quiserem dar aumento terão de usar recursos de outra origem.

Durante a votação, senadores ponderaram que a necessidade de comprovar uma “vinculação” entre o reajuste e o trabalho efetivo no combate à pandemia pode ser considerado inconstitucional. Os parlamentares entendem que, em áreas como a educação, seria difícil determinar esse vínculo.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, avaliou que este trecho pode representar um “Frankenstein jurídico” e resultar na contestação judicial da proposta. “Se essa expressão ficou mantida, me vem uma preocupação de ordem jurídica. Podemos estar criando um ‘Frankenstein jurídico’. Nenhum governador tem condições de dar reajuste no ano que vem e não vai dar”, argumentou.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) se manifestou na mesma linha. “Alguns professores terão [o reajuste] e outros não. Vai ser judicializado, a Justiça pode considerar inconstitucional. Geramos uma falsa percepção de atendimento ao setor da educação. É muito raro o caso de um professor envolvido diretamente no combate à pandemia”, avaliou.

A proposta suspende os prazos de validade de todos os concursos públicos homologados até o dia 20 de março. Os prazos voltam a correr após o término do período de calamidade pública. “A



suspensão abrange todos os concursos públicos federais, estaduais e municipais, bem como os da administração direta ou indireta, já homologados”, esclarece o texto.

Foto: divulgação senado

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 07/05/2020	



## TESTES COM SOFTWARE CHINÊS COMEÇAM NA PRÓXIMA SEMANA, DIZ RUI



admin 7 Maio, 2020

A Bahia vai iniciar, a partir da próxima semana, a fase de testes de um software chinês, da desenvolvedora Huawei, para fazer a avaliação de tomografias de pacientes infectados pelo novo coronavírus, causador da Covid-19. A informação foi divulgada pelo governador Rui Costa (PT), na noite desta quarta-feira (6), em live realizada no Instagram.

Rui explica que o teste vai ser iniciado na Policlínica de Itabuna, no sul baiano, e que deve durar sete dias. “Ontem eu me reuni com representantes da empresa [Huawei] e eles vão ceder para vermos como o software se comporta. Ele tem 98% de acerto. Se der certo, nós pretendemos ampliar para toda a Bahia”. Segundo o gestor baiano, a medida vai ser importante especialmente no acompanhamento dos profissionais de saúde que, segundo ele, tem funcionado como potenciais vetores da doença – ainda que involuntariamente.

“Daqueles que trabalham nas redes municipais e estadual e, com isso, fazer um grande rastreamento das equipes de saúde. Porque a Bahia, assim como em outros lugares do mundo, essas pessoas, sem saber, acabam transmitindo para outras, porque estão assintomáticas”, ressalta, ao considerar a instalação em pelo menos 30 tomógrafos, em caso de avaliação positiva do recurso tecnológico.

Segundo o governador, “falta pouco” para que a população baiana esteja livre: “Para isso é necessário manter os cuidados e as orientações que a gente repete todos os dias”, comenta, em referência aos cuidados de higiene e utilização de máscaras. A Bahia, que registrou hoje mais nove mortos em decorrência da infecção causada pelo novo coronavírus, deve receber na

próxima semana os respiradores que possibilitarão a ampliação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do estado, afirma Rui.

Por ora, já entraram em funcionamento, a partir de hoje, a UTI do Hospital do Cacau, em Ilhéus – que é isolada do resto da unidade -, e a unidade do Hospital das Clínicas de Vitória da Conquista, no sudoeste.

Foto: Fernando Vivas / Secom-BA

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 06/05/2020	



## SENADO APROVA R\$ 60 BI A ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 6 Maio, 2020

O Senado aprovou nesta quarta-feira (6), em sessão remota, por 80 votos a zero, o projeto que prevê ajuda financeira da União a estados e municípios para tentar reduzir os impactos causados pela crise do coronavírus.

Como o texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o texto, a União vai transferir diretamente a estados e municípios R\$ 60 bilhões, divididos em quatro parcelas mensais. Os recursos, conforme a proposta, serão divididos da seguinte forma:

- R\$ 50 bilhões: compensação pela queda de arrecadação (R\$ 30 bilhões para estados e DF; R\$ 20 bilhões para municípios);
- R\$ 10 bilhões: ações de saúde e assistência social (R\$ 7 bilhões para estados e DF; R\$ 3 bilhões para municípios).

O projeto ainda suspende as dívidas de estados e municípios com a União, inclusive os débitos previdenciários parcelados pelas prefeituras e que venceriam este ano. Este ponto pode gerar um impacto de R\$ 60 bilhões à União.

Veículo: Bocão News	Política
Data: 06/05/2020	



### *Coronavírus*

## *Senado aprova projeto de socorro a estados e municípios e reduz economia com salários de servidores*



06 de Maio de 2020 às 20:32 Por: *Jefferson Rudy/Agência Senado* Por: *Folhapress* 0 comentários

O plenário virtual do Senado aprovou, na tarde desta quarta-feira (6), o projeto que prevê ajuda financeira de aproximadamente R\$ 125 bilhões para estados e municípios por causa da pandemia do novo coronavírus.

O texto foi aprovado por 80 votos a favor e nenhum contrário. Na votação, os senadores concordaram em flexibilizar a regra de congelamento salarial, poupando categorias como policiais e professores. Após o aval do plenário, a proposta segue para sanção do presidente da República Jair Bolsonaro.

Se for sancionado ainda nesta semana, o primeiro repasse dos recursos poderá acontecer ainda na primeira quinzena de maio.

O pacote de socorro aos estados e municípios é um meio-termo entre a versão aprovada pela Câmara em abril e a proposta inicial da equipe econômica.

O time do ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a apresentar, em meados de abril, um pacote de socorro de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 40 bilhões de transferência direta.

Por isso, o governo federal teve que ceder e ampliar o valor previsto no plano, inclusive para os repasses diretos, que têm efeito no Orçamento e são previstos em R\$ 60 bilhões. Mesmo assim, a proposta aprovada nesta quarta, e que já passou pela Câmara, é mais vantajosa para Guedes.

Governadores e prefeitos pedem ao Palácio do Planalto mais dinheiro para enfrentar a Covid-19 e para manter a máquina pública funcionando. Com a queda da economia, a receita dos estados e municípios está caindo e alguns gestores dizem que logo ficarão sem recursos para pagar salários.

Na votação desta quarta, os senadores chancelaram alterações feitas pela Câmara que afrouxou a contrapartida estabelecida pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para que os entes federados recebam o dinheiro.

Isso desidratou a medida que impede reajustes salariais a servidores públicos até o fim de 2021.

Após votações na Câmara e no Senado, a economia esperada com o congelamento caiu a R\$ 43 bilhões para União, estados e municípios no período. A proposta inicial do governo federal previa impacto de R\$ 130 bilhões.

A equipe de Guedes tentou reverter algumas derrotas, mas não conseguiu convencer os senadores a evitar que servidores públicos recebam aumento salarial até o próximo ano.

Portanto, foram poupados do congelamento servidores da área de saúde (como médicos e enfermeiros), policiais militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais legislativos, trabalhadores de limpeza urbana, de assistência social, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, professores da rede pública federal, estadual e municipal, além de integrantes das Forças Armadas.

A queda na economia é resultado de lobby do funcionalismo e de uma rasteira de deputados governistas à iniciativa de Guedes, como mostrou a Folha de S. Paulo nesta segunda (4).

Segundo o líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO), que capitaneou o movimento, a articulação teve o respaldo de Bolsonaro. "Não estamos concedendo

aumento a ninguém, mas aceitando a possibilidade de aumento, que na prática é remota", afirmou.

"Essa construção consta sim com o apoio do presidente Jair Bolsonaro", afirmou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O Ministério da Economia contesta, principalmente, a blindagem dos professores, que não estão diretamente atuando no combate à Covid-19 e poderão receber reajuste salarial.

A alteração com a preservação de reajustes para professores foi acrescentada por Davi já em plenário, depois de uma série de discussões com os parlamentares que durou mais de uma hora. A Rede chegou a anunciar que faria um destaque, em separado, para tentar manter no projeto a blindagem para professores. Diante do apoio que o destaque ganhou de vários líderes partidários, Davi decidiu fazer a mudança direto no texto.

"Nós havíamos de fato já feito, mas apresentei meu relatório, excepcionando essa carreira (educação). Assim, no diálogo, acatamos segurança pública, saúde, assistência, e limpeza urbana, mas entendemos ser essencial, da importância devida de professores para a educação brasileira, para que estejam incluídos também no programa de combate ao coronavírus, Por isso, eu quero incluir os trabalhadores da educação nas exceções. Será por meio da educação e trabalho dos professores que poderemos sair dessa crise e sair dessa crise brutal", disse Alcolumbre.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a categoria é uma das mais prejudicadas pelo governo, e merecia ficar fora do congelamento obrigatório de salários exigido pelo governo no projeto.

"É um reparo aos nossos educadores, tão prejudicados por esse governo", disse.

No novo texto do projeto, Davi Alcolumbre manteve mudanças que foram feitas na Câmara dos Deputados na noite desta terça-feira (5), que incluíram fora do congelamento de salários a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de assistência social, professores e profissionais de saúde da União, estados e municípios.

"Ao acatar essa mudança, de professores treinando profissionais para irem para o enfrentamento, isso demonstra o equilíbrio do texto que estamos construindo. Esse texto resguarda os profissionais que estão na linha de frente da pandemia e dão apoio a estados e municípios", disse o líder do MDB, Eduardo Braga (AM).



Guedes defendia a suspensão dos reajustes a servidores até o fim de 2021 como forma de que esses trabalhadores também sejam afetados pela crise econômica causada pelo novo coronavírus.

Além disso, fica vedado ampliar despesas obrigatórias, como aumentar o quadro de funcionários públicos.

Deputados argumentaram que a medida impede que estados e municípios criem vagas, por exemplo, de médicos e enfermeiros em um momento de crise na saúde pública.

No entanto, técnicos do Ministério da Economia dizem que o projeto tem uma brecha para contratações de profissionais que trabalham no combate à Covid-19 durante o estado de calamidade, ou seja, até o fim de 2020. A medida de ajuste fiscal está prevista no projeto de ajuda a governadores e prefeitos na pandemia.

**ORÇAMENTO** Entes federativos deverão tomar medidas de controle de gastos, como suspender o reajuste de salários

# Senado aprova projeto que prevê ajuda a estados e municípios e texto vai a sanção

**MARCELO BRANDÃO**  
Agência Brasil, Brasília

O Senado aprovou ontem o projeto de lei (PL) que garante auxílio financeiro para auxiliar os estados, o Distrito Federal e os municípios no combate ao novo coronavírus. O PL tem origem no Senado e voltou a essa Casa após ter sido aprovado pela Câmara com alterações. O relator da matéria, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), também presidente da Casa, restituiu alguns critérios aprovados previamente no Senado, mas também acatou sugestões dos deputados.

O texto aprovado segue para sanção presidencial. Ele prevê auxílio financeiro de até R\$ 125 bilhões para estados, municípios e o Distrito Federal. Deste valor, há o repasse de R\$ 60 bilhões, em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões reservados ao combate ao covid-19. Os estados e municípios, em contrapartida, deverão tomar medidas de controle de gastos, como suspender o reajuste de salários dos seus servidores.

Além do repasse, estados e municípios terão R\$ 49 bi-

lhões liberados por meio de suspensão e renegociação de dívidas com a União e bancos públicos e mais R\$ 10,6 bilhões em renegociação de empréstimos com organismos internacionais com aval da União. Já os municípios terão a suspensão do pagamento de dívidas previdenciárias que venceriam até o final do ano, e que representam cerca de R\$ 5,6 bilhões para os municípios.

O Senado acatou a inclusão de novos setores que ficarão fora do congelamento de salários de servidores públicos.



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comanda sessão que aprovou ontem a ajuda do governo federal a estados e municípios

**“Temos, neste momento, 70 milhões de brasileiros que, direta ou indiretamente, perderam a condição do seu sustento”**

DAVI ALCOLUMBRE, senador

Além dos profissionais de saúde, de segurança pública e das Forças Armadas, foram excluídos do congelamento os trabalhadores da educação pública, servidores de carreiras periciais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social.

O projeto aprovado também prevê a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos homologa-

dos até o dia 20 de março deste ano. Essa suspensão se manterá até o fim do estado de calamidade pública em vigor no país.

#### Defesa

Logo no início da sessão, Alcolumbre fez uma fala em que destacou a camada mais pobre do Brasil como a mais prejudicada pelas crises da saúde e econômica e, portanto, mais necessitada desse auxílio. “Temos, neste momento, 70 milhões de brasileiros que, direta ou indiretamente, perderam

a condição do seu sustento. Eles estão hoje se arriscando em uma fila de uma instituição financeira, podem se contaminar com o vírus, para buscar um auxílio emergencial [...] É gente que busca a condição de sobreviver”.

O presidente da Casa também negou ser injusto com o servidor público. “Quando a primeira proposta foi reduzir 25% dos salários dos servidores eu fui contra. Não achei justo com a pessoa que estudou muito para passar num concurso e servir a na-

ção. E tenho que ouvir injustiças de que estou prejudicando o servidor. Eles não terão um centavo de redução. Eles vão contribuir apenas com a suspensão dos reajustes por 18 meses”.

O relator também abordou outro ponto polêmico, o critério de distribuição dos recursos adotado por ele no projeto. Alcolumbre entendeu que distribuir os recursos com base na taxa de incidência de infectados é mais justo com as populações mais fragilizadas.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

## ESTÍMULO

### Em decisão unânime, Copom reduz Selic para 3%

MARJORIE MOURA

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu ontem, pela sétima vez consecutiva, a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) de 3,75% para 3% ao ano, numa decisão unânime. A adoção da menor taxa da história busca auxiliar no combate à crise trazida pela pandemia do coronavírus. A mudança gera impactos positivos e negativos, como a possibilidade de rever juros de financiamentos e a queda da rentabilidade de grande parte dos investimentos. Mas a redução deve causar

impactos menores para a população por causa da Covid-19.

A maioria dos analistas do setor se surpreendeu porque previa um corte de 0,50 p.p., apenas parcela pequena cogitava a possibilidade desta redução maior. A queda da inflação e a redução da taxa de juros nos EUA pesaram na decisão.

O comunicado feito pelo Banco Central destacou ser possível um novo corte de juros em sua próxima reunião, em junho, mas "não maior do que o atual". Segundo a autoridade, reduzir mais a Selic é uma forma de complementar o grau de es-



Majoria dos analistas se surpreendeu com forte redução da Selic adotada pelo BC

timulo necessário como reação às consequências econômicas da pandemia da Covid-19.

"No entanto, o comitê reconhece que se elevou a variância do seu balanço de riscos e ressalta que novas informações sobre os efeitos da pandemia, assim como uma diminuição das incertezas no âmbito fiscal, serão essenciais para definir seus próximos passos", ponderou o BC na nota.

#### Risco

"Geralmente, com a queda de juros estaríamos falando de incentivo ao consumo e

maior acesso a linhas de crédito, mas o momento é de grande risco para as instituições bancárias, com o risco de inadimplência, então isso não deve ocorrer. Outro ponto seria a fuga de investimentos de renda fixa para variável, mas depois dos últimos acontecimentos das bolsas de valores do mundo, fica difícil essa recomendação", avalia o presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abe-fin), Reinaldo Domingos.

Para o consumidor, uma alternativa para dívidas de médio e longo prazo, como financiamentos de carro ou ca-

sa, são reparações nos contratos, que foram firmados sobre juros maiores. Contudo, como dito antes, será difícil a negociação com os bancos.

Para o presidente da Abe-fin, a alternativa é intensificar o ato de poupar e estudar bem para onde direcionar o dinheiro. Por mais que o rendimento seja baixo, o dinheiro não deve ficar parado na conta corrente, ensina Domingos que é professor de educação financeira. E embora os números apontem a necessidade de cuidados, também devem ser avaliados fatores como impostos e taxas, finalizou.

**PNAD****IBGE: 10% mais ricos têm 43,1% de toda a renda****ANA CRISTINA CAMPOS**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Em 2019, o rendimento médio mensal do 1% mais rico da população, que recebia R\$ 28.659, correspondia a 33,7 vezes o rendimento da metade da população mais pobre do Brasil, que ganhava R\$ 850. É o que aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Rendimento de Todas as Fontes 2019, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita alcançou R\$ 294,4 bilhões em 2019. A parcela dos 10% da população com os menores rendimentos detinha 0,8% dessa massa, enquanto que os 10% com os maiores rendimentos concentravam 42,9% em 2019.

A desigualdade fica evidente também no índice de Gini de rendimento médio mensal

em 2019. Entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução deste indicador, passando de 0,508 para 0,494. Segundo o IBGE, a partir de 2016, entretanto, o indicador voltou a aumentar para 0,501, valor no qual se manteve em 2017, chegando a 0,509 nos dois últimos anos da série.

"O Brasil é historicamente conhecido como um país de grande desigualdade social e econômica. A desigualdade contínua elevada e o movimento de redução é um processo que leva tempo", disse a analista do IBGE responsável pela pesquisa, Alessandra Brito.

**Desigualdade**

Segundo o IBGE, em 2019, permanecem as grandes discrepâncias entre o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2.999), pardas (R\$ 1.719) e pretas (R\$ 1.673). Também continuam as diferenças de gênero: o rendimento de todos os trabalhos dos homens

de todos os trabalhos, que mede a concentração de uma distribuição e que varia de zero (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima). O Índice de Gini é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social.

O índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos foi de 0,509

(R\$ 2.555) é 28,7% mais alto que o das mulheres (R\$ 1.985).

A analista do IBGE destacou que a desigualdade entre homens, mulheres, pessoas brancas, pardas e negras é um fenômeno estrutural do país. "O mercado de trabalho ainda precifica de forma diferente de acordo com as características das pessoas", afirmou.

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios – Coluna Armando Avena
Data: 07/05/2020	Página: B5

## Após a pandemia o mundo vai ser o mesmo

São muitas as previsões de como será o mundo e a economia após a pandemia. O fim do processo de globalização, o retorno aos valores locais, a redução no comércio exterior e até o aparecimento de um "novo homem" estão sendo vaticinados. Infelizmente, ou felizmente, nada disso vai acontecer e após a pandemia o mundo vai continuar mais ou menos o mesmo. Pandemias e guerras podem mudar as relações de poder, mas não mudam a natureza humana. E a natureza humana não é nem humanista nem utilitarista, como estão a afirmar os filósofos de plantão: é uma mescla sublime de ambas.

Adam Smith dizia que o homem era movido antes de tudo pelo autoamor, o amor a si mesmo, e que isso o impelia à troca e ao ganho, o que era bom para a sociedade. Não é por causa da

boa vontade do padeiro que o leitor terá o pão à mesa, mas da sua vontade de ganhar dinheiro. Mas Smith dizia que, apesar disso, o homem trazia marcado em sua natureza a "simpatia pela espécie", um desejo atávico de ajudar o outro. E é por isso que milhares de profissionais de saúde, entre outros, estão pondo em risco a própria vida para salvar a vida dos outros. A vacina contra o coronavírus, por exemplo, será fruto des-

**Pandemias e guerras podem mudar relações de poder, mas não a natureza humana**

sa mescla de humanismo e utilitarismo e será descoberta por quem deseja ajudar a humanidade, mas também por quem almeja a riqueza, a fama e o reconhecimento que ela vai trazer. E, após essa vacina imunizar a população, tudo voltará a ser como antes. É claro que a digitalização do mundo será mais acelerada, que os países vão reduzir a dependência de insumos da China, que haverá mais investimento em segurança con-

**Antiglobalização é um sonho de líderes retrógrados, como Trump e Bolsonaro**

tra pandemias e que o home-office e o e-commerce vão se ampliar. Mas, vencida a pandemia, o processo de globalização vai continuar, pois a economia já é completamente interdependente, a ciência está interligada e a cultura cada vez mais interconectada. A antiglobalização é um sonho de líderes retrógrados, como Trump e Bolsonaro, e de saudosistas do "bom selvagem" rousseauiano que nem Rousseau defendia. Passada a pandemia, os homens vão continuar lutando pelo poder, com suas guerras mesquinhas e seus interesses escusos. Enquanto isso, a economia vai deslançar, o comércio será cada vez mais amplo, as pessoas vão viajar cada vez mais, as bolsas vão bater recordes e o capitalismo vai continuar regendo o mundo – tão desigual e concentrador quanto antes.

## O turismo e a pandemia

O coronavírus atingiu todos os setores da economia. Mas no turismo o tiro atingiu o coração. Comércio, restaurantes e shoppings buscam saídas no delivery e no e-commerce. As lives passaram a ser uma alternativa para artistas, cantores e jornalistas. Parte da indústria funciona e da construção civil também. Mas a atividade turística está a zero. Não se

pode digitalizar o turismo, por isso, se nada for feito, toda a cadeia produtiva será desestruturada, até porque será o setor que mais vai demorar para retomar plenamente as atividades. O turismo é fundamental para a economia baiana e nordestina, por isso é preciso um plano de apoio por parte do governo federal, e de estados e municípios.

## O coronavírus no interior

A única arma contra o coronavírus é a gestão pública. A ação correta e articulada do governo do estado e da prefeitura de Salvador, por exemplo, está evitando que aconteça aqui o que já aconteceu em Manaus, Fortaleza e Recife. A gestão da crise também tem sido efetiva em Feira de Santana, onde surgiram os primeiros casos, mas foram contidos pela

boa gestão da prefeitura, e outras cidades. Mas em muitas a gestão tem deixado a desejar, com pouca efetividade e decisão em relação ao isolamento e idas e vindas na reabertura do comércio. A boa gestão não significa que o coronavírus foi vencido, até porque haverá pico de casos em Salvador e outras cidades, mas que muitas mortes serão evitadas.

---

## CURTAS

---

### Maioria dos brasileiros é dona do imóvel, mostra IBGE

A maior parte dos brasileiros mora principalmente em casas e em imóveis próprios, já pagos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) Contínua 2019, divulgada ontem pelo IBGE. As casas representam 85,6%, o equivalente a 62 milhões de moradias no país. A maior parte dos lares é própria e quitada, o equivalente a 66,4%, ou 48,1 milhões.

---

### Dólar bate recorde e fecha acima de R\$ 5,70

Em mais um dia de nervosismo no mercado financeiro, o dólar comercial superou a barreira de R\$ 5,70 e bateu recorde. A moeda foi vendida ontem a R\$ 5,704, com alta de R\$ 0,113 (+2,08%). Esse é o maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação do real. O euro comercial fechou a R\$ 6,171, com alta de 1,97%. A libra comercial encerrou o dia vendida a R\$ 7,054, com alta de 1,54%.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 07/05/2020	Página: 02

# Tribuna

## Multas

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, em sessão ordinária ontem, desaprovou a prestação de contas de dois convênios, firmados entre órgãos da administração estadual e entidades, e, em razão da gravidade das irregularidades apontadas pelas equipes de auditores, aplicou multas no valor total de R\$ 3 mil a dois dos gestores responsáveis pelos ajustes.

## Projetos

Além da desaprovação, com recomendações, no julgamento da prestação de contas do convênio nº 026/2013, firmado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lapinha (Adecol), tendo como objeto o apoio para a realização do projeto "Sempreviva: Mulheres na agroecologia pela segurança alimentar, foram aplicadas duas multas: de R\$ 2 mil para a gestora da entidade, Lucenilda Araújo Carneiro da Silva, e de R\$ 1 mil para a titular da SPM à época, Vera Lúcia da Cruz Barbosa.

# Tribuna

## ‘Desejo para Bolsonaro deixar o governo vai se intensificar’, diz Rui

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

**C**ontrário à abertura de um processo de impeachment contra Jair Bolsonaro (sem partido) neste momento, o governador Rui Costa (PT) afirmou, ontem, que o “desejo” pela saída do presidente vai se “intensificar” após o surto de coronavírus que atinge o Brasil e outras partes do mundo. Para o petista, debater o afastamento de Bolsonaro agora pode levar ao aumento de mortes provocadas pela covid-19 no país.

“Não é fácil (discutir esse assunto) em um enfrentamento de uma pandemia. Eu acho que, se

o presidente não tem capacidade, competência para tocar o país, para administrar, ele deveria ou pedir licença para ficar meses afastado ou então renunciar. Eu, apesar de considerar um desastre completo, acho que se nós paralisarmos o país para tratar do impeachment, vamos acentuar o número de mortes. Quem vai pagar essa conta é o povo. Neste exato momento, não é fácil iniciar um processo de impeachment sem comprometer milhares de vidas humanas. Está comprovada a incapacidade [de Bolsonaro] de exercer suas funções desde o período de campanha. (...) Eu acho que passado esse momento vai se intensificar o desejo que ele saia o mais rápido possível (do governo) para não

aprofundar o desastre no Brasil”, avaliou o governador, em entrevista à Carta Capital, transmitida ao vivo pelo Facebook.

Rui Costa afirmou, ainda, que não criou “grandes expectativas” sobre o depoimento do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, à Polícia Federal. Para ele, Moro não iria denunciar uma série de crimes do presidente, pois, poderia ser acusado de prevaricação. O governador criticou Moro por supostamente negociar uma saída da pasta a uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). Essa acusação foi feita por Bolsonaro após o ex-aliado pedir demissão do cargo. “É algo gravíssimo. Um toma lá, dá cá impressionante. É um quadro mui-



**RUI COSTA** afirmou, ontem, que o “desejo” pela saída do presidente vai se “intensificar” após o surto de coronavírus

to triste. Lamentável”, pontuou.

O petista voltou a criticar o uso do sistema judiciário para “perseguição política”. Para ele, o caso Moro, que deixou a magistratura para ser ministro, servirá como “lição” de que não pode atrelar Justiça e política. “Ninguém merece ser perseguido por promotores de justiça. Ninguém merece ser perseguido por juizes. Espero que esse episódio todo tenha amadurecido as

nossas instituições. A minha percepção é que está vendo esse amadurecimento de separar definitivamente a Justiça da política partidária, o Ministério Público dos interesses político-partidários”, declarou.

“A minha expectativa é que o Ministério Público tenha aprendido com essa experiência. Aprendido a lição de que vincular a Justiça a partir do político não dá certo, vincular atuação de Ministério Público à questão

ideológica, religiosa e partidária não dá certo. Essas entidades são entidades da sociedade”, emendou.

**Estados** - Rui Costa criticou o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado de ajuda a estados e municípios por causa do coronavírus. O governador admitiu que trabalhou para votar a proposta, que foi gestada na Câmara Alta do Congresso Nacional, mas disse que a matéria era “injusta”.

O pacote prevê repasses diretos de R\$ 60 bilhões. “Trabalhei pela aprovação no Senado e na Câmara, embora eu seja um crítico ao projeto aprovado no Senado. Eu não consigo achar a lógica de ter estado brasileiro recebendo quatro vezes o valor per capita da Bahia. Eu não consigo achar uma lógica, algum critério justo por trás dessa coisa. (Eu trabalhei a favor porque) nós estamos vivendo em uma pandemia, uma emergência e os estados estão desesperados para manter os serviços públicos funcionando e não suportaríamos mais 30, 60 dias de debate”, pontuou.

## Governo da Bahia lança medidas para combater fake news

GUILHERME REIS  
EDITOR DE POLÍTICA

Em meio à pandemia do novo coronavírus, o governo da Bahia anunciou na última semana duas medidas para combater a disseminação de fake news. A primeira funcionará como uma espécie de serviço de checagem de fatos para a população. Qualquer pessoa que tiver dúvida sobre a veracidade de determinado conteúdo pode enviá-lo para os canais do governo nas redes sociais ou para uma conta de WhatsApp específica e receberá a resposta com a informação devidamente che-

cada. A iniciativa é semelhante ao “Saúde sem Fake News”, projeto do Ministério da Saúde que funciona desde agosto de 2018.

Na semana passada, ao falar sobre o serviço de checagem, o governador Rui Costa (PT) classificou produtores de informações falsas como “milicianos digitais”. “Neste momento de pandemia, esses criminosos estão ativamente difundindo mentiras e calúnias, inclusive manipulando vídeos, com o objetivo de desacreditar prefeitos e governadores do Brasil inteiro. Isso é um crime e eu espero que o STF apure rapidamente quem comanda

essas quadrilhas”, disse, ressaltando que quem compartilha também pode responder criminalmente.

“Quem cria é criminoso, mas quem ajuda a repassar essas mentiras também pode ser responsabilizado. Por isso, criamos esses canais com o objetivo de ajudar os baianos a conferirem a veracidade das informações, disseminando, deste modo, somente a verdade”, acrescentou.

Já nesta terça-feira (05), o petista enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto de lei que prevê multa para “quem elaborar, divulgar e utilizar softwares ou outros



**EM DÚVIDA SE UMA NOTÍCIA É FATO OU FAKE?**

**CONFIRME AQUI COM A GENTE ANTES DE COMPARTILHAR!**

**GOVBA GOVERNODABAHIA**

Ajude a denunciar quem propaga mentira



**PUBLICIDADE** do governo da Bahia para anunciar projeto para desmentir fake news

tados, incluindo a Bahia e o Distrito Federal. A matéria do Executivo baiano é semelhante à do deputado governista Alex da Piatá (PSD), que propôs multar “quem divulgar por meio eletrônico notícias falsas/fake news sobre epidemias, endemias e pandemias”. Também há uma tentativa de criminalizar o compartilhamento de fake news em tramitação no Congresso Nacional. A proposta é do deputado federal Luís Miranda (DEM-DF).

mecanismos para o compartilhamento em massa de notícias falsas”. “Esse é um enfrentamento à calúnia, mentira, falsidade e oportunismo. Nós iremos identificar esses criminosos, denunciá-los ao Ministério Público da Bahia e entrarmos com ação criminal e

indenizatória contra todos aqueles que utilizarem essa prática de compartilhamento de mentiras dentro e fora do estado”, afirmou Rui.

Levantamento feito pela Tribuna aponta que há iniciativas – a maioria projetos de lei – para combater fake news em pelo menos 19 es-



## COMÉRCIO

### ‘Não podemos abrir lojas e voltar a fechar’

RAYLLANNA LIMA  
REPORTER

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) fechou as portas do comércio em quase todo o mundo. A retomada é incerta, sobretudo em Salvador, que ainda nem atingiu o pico de maior contágio da doença, previsto para meados de maio. Como ainda não há soluções concretas para acabar com a crise que parou o mundo, entidades têm pedido cautela para os planos de retomada do comércio.

“Não podemos abrir correndo o risco de aumentar os índices do vírus e ter que voltar a fechar”, disse o presidente do Sindilojas (Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia), Paulo Motta. Em sua análise, qualquer medida adotada neste momento, pensando na reabertura do comér-

cio, precisa ser minuciosamente estudada.

“Voltar a funcionar requer uma série de estratégias. O consumidor se sente seguro de frequentar o comércio de rua e os centros comerciais? Vamos abrir e ficar sem produção? Sem consumidor, será só mais gasto. Com o consumidor indo, como faremos para que o comércio não seja gerador do vírus para que as atividades continuem funcionando? Como pode ser feito esse controle da higienização de saúde para que o contágio não volte a crescer e nos obrigue a fechar novamente?”, questionou.

Motta chamou a atenção ainda para a situação dos trabalhadores. “Nossos parceiros, em sua maioria, utilizam o transporte coletivo e mora em regiões populares da cidade, onde a exposição do vírus é muito for-

te. Como vão se sentir seguros deixando seu bairro e pegando ônibus para se deslocarem para o local de trabalho? Vimos o caso recente de Belém, que abriu e teve que voltar a fechar porque surgiu exposição maior do vírus. Não queremos que isso aconteça aqui, queremos voltar ao funcionamento normal”, declarou.

O presidente do Sindilojas ponderou, contudo, que a situação é muito crítica e não sabe por mais quanto tempo o comércio aguenta fechado sem entrar em colapso. A luz no fim do túnel, segundo ele, ainda está longe de ser encontrada. “Temos muitas lojas fechadas, demissões. Confesso que não consigo ver essa luz para retomar o comércio. O que ratifico é que essa situação está ficando insustentável de manter”.

#### IMPOSTOS

Apesar de não conseguir indicar possíveis soluções, Paulo Motta chama a atenção dos governos federal, estadual e municipal sobre a cobrança de impostos e diz que o Brasil precisa se referenciar às medidas adotadas e bem sucedidas em outros países.

“Até agora não houve nenhum tipo de solução sobre os impostos. Continuam sendo cobrados IPTU, ISS, ICMS, tudo. Não houve busca de alternativa para as empresas, que quando tudo isso passar estarão expostas a multas. Os bancos estão fazendo miséria. O juro dobrou. Os financiamentos estão extorsivos. A forma como vamos superar essa crise vai depender muito de como os poderes públicos vão encontrar mecanismos para a cadeia produtiva”, afirmou.

# Tribuna

## Nordeste pede medidas sobre tributos e crédito

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

“A queda nas vendas, demanda e faturamento (71%); seguido pelo aumento da inadimplência dos clientes (51%)”, representam a fotografia que está na moldura, da pesquisa exclusiva conduzida pela Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil) com 41 empresários das principais companhias de Fortaleza, Salvador, Recife e que são sócios da entidade.

Segundo o estudo – ainda a ser publicado – e que a Tribuna da Bahia teve acesso, “o impacto na rotina dos funcionários (transporte, disponibilidade) foi citado por 44%, enquanto houve suspensão total ou parcial de novos investimentos para 41%. “A falta de capital de giro atinge a 22% das companhias nordestinas” o que preocupa aos empresários locais. Em comparação à amostra nacional, feita em 15 cidades pelo Brasil e com a participação de 373 executivos, o capital de giro é uma preocupação para 16% das companhias brasileiras.

### CHAVE

Falando sobre o aspecto que deve ser reforçado nas ações do Poder Público para melhor enfrentar o atual cenário de combate, 44% os empresários do Nordeste apontaram a necessidade de executar com agilidade as medidas já tomadas nas áreas tributária, trabalhista e de acesso a crédito. Ainda, 15% deles apontaram como fundamental o aumento de gastos por parte do poder público, para abreviar a duração e reduzir a proporção da atual crise de saúde e dos seus desdobramentos sociais e econômicos.

Para 44% dos empresários ouvidos pela Amcham, o terceiro setor pode ser decisivo no enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, a Amcham Brasil lançou o movimento “Soma” - uma plataforma online que pretende mobilizar o setor privado para atender as necessidades do setor público para o combate à pandemia no que diz respeito por meio de doação e compras governamentais. A plataforma permite, ainda, a troca de ofertas entre empresários, divulgando oportunidades de produtos ou serviços que facilitem a adaptação à situação atual.



### EMPRESARIADO

Companhias demonstram preocupação com queda de vendas e inadimplência

### SOLIDARIEDADE

“Percebemos um movimento crescente de solidariedade empresarial. Se nosso mercado de empresas diminuir, todos perdem, da grande indústria até o micro empresário. Acreditamos que o amanhã é um direito e uma responsabilidade de todos. Nesta matemática, tudo importa”, lembra a CEO da Amcham Brasil, Deborah Vieitas, que lidera a entidade com 5 mil empresas, que juntas represen-

tam 33% do PIB brasileiro e 3 milhões de vidas empregadas em 15 cidades brasileiras.

Neste momento, para as empresas, os maiores desafios são de natureza econômica: para 39%, a contração da economia e do mercado; a retomada das atividades econômicas foi citada por 22%. O pagamento de obrigações (salários/tributos/fornecedores) está no topo da lista para 17% da amostra. A queda de rendimentos

entre 10% e 30% é esperada por 39% da amostra; 27% esperam queda entre 30% e 50%; e 12% ainda não conseguem definir os impactos sobre o faturamento da sua empresa. Apenas 2% apontaram a possibilidade de aumento do faturamento neste ano.

### IMPACTO

Segundo a pesquisa da Amcham, os fatores primordiais que impactaram foram a suspensão de atividades consideradas

não essenciais (61%), e o fechamento temporário do comércio (51%). Para 20% dos empresários, a suspensão de eventos públicos têm impactado em suas atividades. Para 41%, a retomada só começa a partir de 2021, enquanto 27% acreditam que a retomada acontece no 4º trimestre de 2020 e 29% preveem a partir de julho, no 3º trimestre de 2020.

Quando questionados sobre as principais medidas que suas empresas tomaram visando enfrentar o atual contexto, 88% adotaram home office, enquanto 41% estão trabalhando na redução de custos e 24% renegociaram pagamentos. Cerca de 29% afirmaram estar em busca de novas soluções de negócio e 20% no processo de antecipar ações de transformação digital.

A resposta de transformação dos negócios também é um diferencial do Nordeste; na pesquisa nacional, apenas 19% das empresas declararam estar procurando novas soluções para seus mercados e 17% na jornada de digitalização. Mas, a expectativa de todos é que essa pandemia seja controlada rapidamente e tragam de volta os velhos tempos...

# Tribuna

## Prefeitura diz que arrecadação de IPTU caiu 27% devido à pandemia

A Câmara de Salvador rejeitou o projeto de lei que prorrogaria o pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), por 19 votos contra e 11 a favor. Autor da proposta, o vereador Edvaldo Brito (PSD) defendia que, se o contribuinte comprovasse carência, em função do surto de coronavírus que atinge o Brasil e outras partes do mundo, os prazos de recolhimento do tributo relativo a março e abril deste ano passariam para julho e setembro. Ontem, o secretário municipal da Fazenda (Sefaz), Paulo Souto, afirmou que a receita da prefeitura tem caído por causa da

pandemia. Segundo ele, houve uma redução de 10% no mês de abril. As maiores quedas foram observadas, de acordo com o titular da Sefaz, na arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que foi 10%, e do IPTU, que registrou queda de 27% no último mês.

Edvaldo Brito ficou "indignado" com a não aprovação do seu projeto e responsabilizou a bancada governista e o prefeito ACM Neto (DEM) de terem "abandonado os mais necessitados da capital baiana". "O prefeito é o responsável por tudo, por não deixar que os necessitados adiem o pagamento dos impostos municipais. Se ele não comanda a ban-

cada, mostra que perdeu a liderança. E, se comanda, ele é muito ruim. Em qualquer hipótese, está abandonando os cidadãos que estão sem conseguir obter uma renda", disse o vereador, ao ressaltar a matéria era para atender principalmente os que estão em dificuldades, "sem conseguir o pão de cada dia porque estão impedidos de trabalhar".

A opositorista Aladilce Souza (PCdoB) também criticou a rejeição da matéria. "O fundamento da proposta é óbvio: com a suspensão das atividades profissionais, a maioria da população de Salvador não está auferindo rendimentos suficientes para quitação dos tributos". (RDS)

# Tribuna

## Cidade terá lockdown setorizado a partir de sábado

“Se essa medida não funcionar, vou defender o fechamento de tudo”, afirmou, ontem, em entrevista coletiva, o prefeito de Salvador ACM Neto

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

**E**stava demorando e agora vai acontecer. A partir de sábado 9, Salvador terá um lockdown setorizado. Ou seja: fechamento de alguns locais que possuem maior incidência de pessoas infectadas com o novo coronavírus (Covid-19). Em números absolutos, os bairros da Pituba e Brotas são as áreas que concentram o maior número de casos, enquanto Patamares apresenta o maior percentual de habitantes contaminados pelo novo coronavírus.

Vamos fazer uma espécie de lockdown setorizado, que é o fechamento de determinados lugares, onde é maior a taxa de coronavírus, inclusive, de comércio e ruas. Se essa medida não funcionar, vou defender o fechamento de tudo”, afirmou, nesta quarta-feira 6, em entrevista coletiva, o prefeito da capital baiana ACM Neto.

O prefeito não descartou o fechamento completo da capital baiana. “Nós queremos ver se é possível evitar o lockdown, ou seja, o fechamento completo de tudo, de toda a cidade. Se essa medida funcionar, inclusive, for educativa e as pessoas compreenderem...”, justificou.

E disse mais: “Amanhã (quinta 7) vamos apresentar um plano, que já vem sendo traçado desde o começo da semana, que é promover a interdição completa de alguns pontos de Salvador.

Nós queremos começar essa semana e a medida terá validade a partir deste sábado”.

### CONSONÂNCIA

Os dados separados por bairros da capital baiana, divulgados pelo secretário municipal de saúde Léo Prates, apontam ainda uma curva ascendente de casos em áreas como: Bonfim, Uru-guaí, Plataforma e Liberdade.

A medida, a ser adotada pela Prefeitura de Salvador está consonância com as recomendações do Comitê Científico do Consórcio Nordeste que, além do planejamento de lockdown, ainda propõe a contratação de médicos intensivistas, regulação de vagas em UTI, e afirma: “é fundamental ampliar a proteção aos profissionais de saúde”.

A decisão do prefeito ACM Neto está lastreada no risco iminente de alta na curva de contágios. “Quando não conseguimos atingir o mais êxito a gente tem com as medidas de restrição já estabelecidas, controlando a curva e evitando um número desenfreado de mortes em nossa capital, mais há uma sensação das pessoas que está tudo sob controle, e não é verdade”, ressaltou em recente entrevista à uma emissora de TV local.

Na oportunidade, chegou a sinalizar que o momento crítico para Salvador está chegando. “Será a partir desta segunda quinzena de maio”. Em seguida disse: “O tal do lockdown pode acontecer direcionado a um determinado bairro. Que a



### MEDIDA

O isolamento social radical deve começar pelos bairros da Pituba e Brotas

gente feche inteiramente o comércio; interdite as ruas; e impeça as pessoas de terem mobilidade na avenida principal. E depois, se necessário, ser estendido para a cidade toda. Espero que isso não tenha que acontecer”, ponderou.

### SINTONIA

Nesta mesma linha de sintonia, o Governador Rui Costa já sinalizou também em entrevistas que, “com relação ao aumento exponencial de casos em Ilhéus e Itabuna se for mantido um crescimento vertiginoso podemos editar um decreto estadual proibindo a circulação total de pessoas nas ruas. Se isso não for feito, haverá dezenas de mortes em Ilhéus e Itabuna. Não há condi-

ção de manter essa taxa de 20% e até 30% de crescimento de casos em um dia”.

O secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, também comentou, nesta quarta-feira 6, que “só haverá necessidade de um lockdown caso ocorra uma dessas hipóteses: não cheguem novos respiradores; a taxa de transmissão aumente; e não haja médicos suficientes para abrir novos leitos”.

Os primeiros sinais de que o lockdown setorizado em Salvador deveria acontecer, foram dados em recente entrevista do prefeito ACM Neto. “Entrar o mês de junho com média de mais de 70 mortos por dia é assustadora. Quem pensa o contrário, talvez não tenha senso da realidade dura que

bate à porta”.

O fato é que as principais autoridades públicas da capital e do estado já trabalham com o mês de junho como provável início do momento mais crítico da pandemia na Bahia. Rui Costa, por exemplo, chegou a afirmar que avalia determinar o “lockdown” nas cidades de Ilhéus e Itabuna por conta do crescimento acentuado dos casos de coronavírus.

### COMITÊ

O Comitê Científico do Consórcio Nordeste, já recomendou aos governadores da região - em boletim divulgado nesta terça-feira 5 -, a aderir o lockdown, “quando os números de leitos hospitalares tenham superado a 80% de ocupação e ao mes-

mo tempo, a curva de casos e de óbitos seja ascendente”.

Por sua vez, o Ministério da Saúde, considera o lockdown, o “nível mais alto de segurança e que pode ser necessário em situação de grave ameaça ao sistema de saúde”. E explica: “Ele nada mais é do que um agravamento do estado de quarentena, onde todas as entradas, saídas e fronteiras da região que adotou a medida, são restringidas e vigiadas por agentes de segurança”.

Durante o período de lockdown, apenas trabalhadores essenciais têm a permissão de entrar ou sair da área isolada. Todas as entradas do perímetro determinado são bloqueadas por profissionais de segurança e ninguém deve ter permissão de entrar ou sair sem justificativa plausível.

Também, é importante considerar que “a decretação de lockdown deverá ser feita em comum acordo com demais forças políticas e de segurança, sendo necessário, para isso, o envolvimento das forças armadas e polícias estaduais”, diz o Consórcio Nordeste.

Dada a gravidade e aceleração do contágio, o comitê científico do Consórcio Nordeste recomenda que os estados estabeleçam critérios objetivos para a decretação de lockdown, associando, a ele, medidas legais, políticas e de segurança que deem sustentação à eventual ocorrência. O isolamento completo é eficaz para reduzir a curva de casos e dar tempo para reorganização do sistema de saúde.

# Tribuna

## GASOLINA

### Petrobras deve anunciar 12% de aumento

FLÁVIO GOMES  
REPORTER

O motorista tem percebido, com bons olhos, desde o último final de semana, a queda dos preços dos combustíveis nas bombas dos postos. De acordo com o levantamento realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o valor médio do litro da gasolina para o consumidor recuou 1,57%, a R\$ 3,929. O preço do litro do diesel caiu 1,41% no período, para R\$ 3,203.

"Para mim, que trabalho com transporte por aplicativo, vai dar uma boa economizada", disse o motorista Everaldo da Boa Morte.

Em Salvador, a média de preço do litro da gasolina gira em torno de R\$ 3,76 e do etanol a R\$ 2,77. Segundo o presidente do Sindicato do Comércio de Combustíveis, Walter Tannus, existem duas variáveis para a queda dos preços nas bombas dos postos.

"A primeira é a queda do preço da gasolina 'A' na Petrobras. E o outro ponto é a questão dos revendedores,



#### REAJUSTE

Após baixas consecutivas no preço do combustível, valor começará a subir

que tiveram 80% na queda de vendas, tendo que sobreviver com apenas 20%. Então, em algum momento, eles iriam se desesperar para procurar aqueles clientes que foram embora", pontuou.

Mas essa queda pode durar por pouco tempo, já que a Petrobras está próxima de anunciar um novo aumento nesta quinta-feira. "Participei de uma videoconferência e acabei de ver

a Petrobras subindo o preço da gasolina em 12%. Essa é a tendência. Estamos vivendo um momento atípico. Eu diria que essa é a lógica, mas não sei se ela será seguida", disse.

# Tribuna

## Pagamento da 2ª parcela dos R\$ 600 depende da aprovação do calendário

CORREIO BRAZILIENSE

**O** Ministério da Economia já aprovou o calendário de pagamentos da segunda parcela do benefício emergencial de R\$ 600. Agora, falta apenas o Ministério da Cidadania aprovar as novas datas de pagamento para que o cronograma seja enviado para aprovação do presidente Jair Bolsonaro e comece a ser executado.

O andamento do calendário para a segunda parcela dos R\$ 600, que é aguardado há mais de uma semana pelos mais de 50 milhões de brasileiros que receberam a primeira parcela do benefício emergencial, foi apresentado, nessa terça-feira (5/5), pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

"Estamos muito próximos de finalizar. Depois que eu e o ministro (da Cidadania) Onyx (Lorenzoni) fechamos um cronograma, levaremos ao presidente Jair Bolsonaro, que é quem organiza. O ministro (da Economia) Paulo Guedes já deu o OK", afirmou Guimarães, garantindo que essas datas

**O PRESIDENTE** da Caixa, Pedro Guimarães, diz que calendário de pagamento está ajustado pelo banco e pelo Ministério da Economia



devem ser anunciadas nas próximas horas.

Questionado sobre essas datas de pagamento, em live realizada nessa terça, o presidente da Caixa disse que não anteciparia detalhes dos acertos, que têm ocorrido, segundo ele, via intensas conversas há pelo menos três dias. Ele adiantou, contudo, que haverá mudanças em relação ao primeiro pagamento.

A primeira parcela do benefício emergencial começou há quase um mês,

mas ainda não foi concluída porque a Dataprev ainda está analisando os dados cadastrais de milhões de brasileiros que pediram os R\$ 600 pelo aplicativo da Caixa e porque o calendário dos saques em espécie só chegou à etapa final, nessa terça, com a liberação para retirada dos nascidos em novembro e dezembro.

Ele acredita que o problema dos cadastros será resolvido automaticamente no pagamento da segunda parcela, visto que o governo

terá os dados dos beneficiários com direito ao auxílio. Mas Guimarães defende mudanças em relação ao saque presencial.

Os saques presenciais dos R\$ 600 começaram na semana passada, provocando filas enormes nas agências. A Caixa admite que parte dessa aglomeração foi causada por problemas operacionais e pela necessidade das pessoas.

Problemas que, segundo o banco, estarão resolvidos na segunda parcela, seja por melhorias no aplicativo Caixa Tem ou porque o beneficiário saberá como funciona os mecanismos de acesso ao benefício emergencial.

"Esse próximo calendário terá mudanças em relação ao atual e são mudanças fáceis de serem atendidas", reiterou Guimarães. O Ministério da Cidadania garantiu, na segunda-feira, que os dias de pagamento da segunda parcela do benefício emergencial serão anunciados em breve. Inicialmente, o governo informou que a segunda parcela do benefício emergencial seria paga a partir de 27 de abril, mas vem adiando desde então.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 07/05/2020	Página:

# Correio\*

## SECULT ASSINA CARTA PELA CRIAÇÃO DA LEI PARA APOIAR CULTURA

**BENEFÍCIO** A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, ao lado de outros 25 órgãos estaduais de cultura nacionais, assina uma carta aberta que apoia a criação da Lei Nacional de Emergência Cultural, lançada pelo Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura.

No documento, o fórum destaca a importância da votação pelo Congresso Nacional de um projeto de lei urgente sobre a concessão de benefícios emergenciais aos trabalhadores do setor, além de equipamentos culturais. A medida seria adotada durante o período de estado de emergência do país, decretado em 4 fevereiro por conta da pandemia do novo coronavírus.

“Este é um momento importante em que nós nos unimos com o propósito de, através do descontigenciamento do Fundo Nacional de Cultura e sua execução, que conta com um montante da ordem de R\$ 900 milhões, fortalecendo a execução de políticas públicas, cumprindo nosso compromisso federativo, de chegar até a ponta, ou seja, aos realizadores, fazedores e trabalhadores da cadeia produtiva da Cultura”, afirmou a secretária de Cultura do Estado da Bahia, Arany Santana.



NAYARA ARAUJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

# Orçamento de guerra e auxílio são aprovados no Congresso

**Pacote** que prevê R\$ 125 milhões para estados e municípios só depende da aprovação presidencial

**Agências**  
REPORTAGEM  
redacao@correio24horas.com.br

O Congresso Nacional deu importantes contribuições para o enfrentamento da crise provocada pelo coronavírus no Brasil. Na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o chamado Orçamento de Guerra, foi aprovado em segundo turno e deverá ser promulgado hoje

em uma sessão conjunta do Congresso. E no Senado, foi aprovado um pacote de ajuda para os estados e municípios, que viram suas despesas explodirem e as receitas caírem desde o início da expansão da pandemia no país.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, comemorou a aprovação do socorro a estados e municípios, considerada pelo deputado uma "grande vitória do Parlamento", em meio à pandemia do novo coronavírus.

Ele minimizou as diferenças entre os textos apresentados pela Câmara e pelo Senado, dizendo que aprovar a proposta, qualquer que seja ela, "é melhor do que ficar fazendo ping-pong de texto". Segundo ele, o ajuste dos dois líderes das casas legislativas representou uma

vitória para o Brasil.

"Se nós travássemos um embate, o grande perdedor seria a população brasileira. Não vou entrar nessa disputa. O importante é que estados e municípios começarão a receber uma compensação", afirmou o parlamentar.

O objetivo da PEC é separar do Orçamento-geral da União os gastos emergenciais usados no enfrentamento da doença, sem as exigências aplicadas ao orçamento regular, como a "regra de ouro".

Por esse mecanismo, previsto na Constituição, o governo não pode contrair dívidas para pagar despesas correntes, como salários. No entanto, no orçamento de guerra, essa regra não se aplicará.

O orçamento paralelo vai vigorar durante o estado de calamidade pública, aprovado pelo Congresso e que tem validade até 31 de dezembro.

## ESTADOS E MUNICÍPIOS

O Senado aprovou em sessão remota, o projeto que prevê ajuda financeira de R\$ 125 bilhões da União a Estados e municípios para tentar reduzir os impactos causados pela crise do coronavírus. Como o texto já tinha sido aprovado pela Câmara dos Deputados, seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o texto, a União vai transferir diretamente a estados e municípios R\$ 60 bilhões, divididos em quatro parcelas mensais. Os recursos, conforme a proposta, serão divididos da seguinte forma: R\$ 50 bilhões em compensação pela queda de arrecadação; R\$ 10 bilhões para as ações de saúde e assistência social, sendo R\$ 7 bilhões para estados e R\$ 3 bilhões para os municípios.

O projeto ainda suspende as dívidas de Estados e municípios com a União, inclusive os débitos previdenciários parcelados pelas prefeituras e que venceriam este ano. Este ponto pode gerar um impacto de R\$ 60 bilhões à União.

A contrapartida encontrada foi a proibição de aumento de salários de servidores municipais, estaduais e federais até dezembro de 2021. Esta regra não permite a criação de bônus como os de desempenho, por exemplo. O texto veda qualquer iniciativa que gere aumento de despesas, desde criação de cargos e funções à realização de concursos públicos.

Na primeira votação do projeto, parlamentares excluíram da regra de congelamento os servidores que atuam diretamente no combate à pandemia da covid-19. Esta medida, de acordo com a equipe econômica, se virasse lei, geraria economia de R\$ 93 bilhões. A Câmara, porém, incluiu mais categorias.

No Senado, foi definida a liberação de reajustes para servidores das áreas de segurança pública, saúde e os relacionados à limpeza urbana e assistência social.

## ENTENDA O QUE É O ORÇAMENTO DE GUERRA

● **O que muda** O regime especial vai permitir a simplificação de processos para compras, obras, além da contratação de serviços e de pessoal temporário para atender demandas geradas no enfrentamento ao coronavírus.

● **Como vai funcionar** Um Comitê de Gestão da Crise será criado e ficará responsável por aprovar as ações do regime emergencial, criar, eleger, destituir e fiscalizar ações. Quem comandará essas ações será o presidente da República, Jair Bolsonaro.

● **Endividamento** Vai aumentar o endividamento, porque o governo poderá aumentar seus gastos com salários, benefícios previdenciários, manutenção da máquina pública e outras despesas correntes, sem se preocupar com a chamada "regra de ouro" - mecanismo que impede o endividamento para pagar despesas correntes.

● **Controle** A cada 30 dias um relatório com os valores e o custo das operações de crédito realizadas no período do estado de calamidade pública será publicado. As ações adotadas também deverão ser destacadas na programação orçamentária e na prestação de contas anual da Presidência da República.

## Gasto contra a covid-19 pode chegar a R\$ 350 mi este ano

O Ministério da Economia estima que as medidas de combate à crise provocada pelo novo coronavírus devem gerar custo de cerca de R\$ 350 bilhões neste ano. Entre os novos custos, informou a área econômica, estão transferências ao Fundo Nacional da Saúde, gastos maiores com o auxílio aos estados e municípios, com o auxílio emergencial de R\$ 600, e com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Segundo o Tesouro Nacional, já foram gastos até o momento cerca de R\$ 60 bilhões nas ações.

O Ministério da Economia calcula que o rombo nas contas públicas (governo federal, estados, municípios e empresas estatais) estimado para este ano, com as medidas de combate ao novo coronavírus pode chegar aos R\$ 600 bilhões.

Se confirmado, esse será o maior valor da série histórica do BC, iniciada em 2001.

Rodrigo Maia destacou importância do orçamento de guerra para enfrentar o avanço do coronavírus

**125** milhões de reais é o volume total de recursos destinados a auxiliar estados e municípios

**600** bilhões de reais é o déficit previsto para o poder público este ano

**50** bilhões de reais vão compensar perdas em arrecadação



**Correio\*****24h****ECONOMIA**

# Dólar comercial bate recorde e fecha acima de R\$ 5,70

**MERCADO** Em mais um dia de nervosismo no mercado financeiro, o dólar comercial superou a barreira de R\$ 5,70 e bateu recorde. A moeda encerrou ontem vendida a R\$ 5,704, com alta de R\$ 0,113 (+2,08%). Esse é o maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação do real.

O euro comercial fechou a R\$ 6,171, com alta de 1,97%.

A libra comercial voltou a ultrapassar a barreira de R\$ 7, encerrando o dia vendida a R\$ 7,054, com alta de 1,54%.

O dólar operou em alta durante toda a sessão até fechar próxima da máxima do dia. A divisa acumula alta de 42,14% em 2020. O Banco Central (BC) interferiu pouco no mercado. A autoridade monetária apenas rolou (re-

novou) cerca de US\$ 500 milhões de contratos antigos de swap cambial – venda de dólares no mercado futuro – que vencerão em junho e comprou títulos da dívida pública externa brasileira com o compromisso de devolvê-los daqui a alguns meses.

O dia foi marcado por perdas no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 79.064 pontos, com queda de 0,51%. No início da sessão, o indicador caiu quase 1%, mas o ritmo de queda diminuiu ao longo do dia. Já o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou o dia com perda de 0,91%.

## LITRO DA GASOLINA VAI SUBIR 12% NAS REFINARIAS HOJE

**COMBUSTÍVEL** O valor do litro da gasolina vai subir, em média, 12% nas refinarias a partir de hoje. O preço do óleo diesel permanecerá o mesmo. A informação foi divulgada pela Petrobras. De acordo com a estatal, no acumulado do ano o preço da gasolina caiu cerca de 46,6%. Segundo levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre os dias 26 de abril e 2 de maio, o preço médio da gasolina comum no país foi R\$ 3,929. O do diesel foi R\$ 3,203, o do etanol, R\$ 2,667, e o gás de cozinha, R\$ 69,79.

## BALANÇO DA TIM

# R\$ 164MI

foi o lucro líquido normalizado da TIM Brasil no primeiro trimestre de 2020, alta de 8,3% em relação ao mesmo período de 2019. O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 1,926 bilhão, aumento de 8% na mesma base de comparação

# BC surpreende e reduz taxa básica de juros para 3% ao ano

**REUNIÃO DO COPOM** Com a atividade econômica em forte retração no Brasil, o Banco Central (BC) surpreendeu boa parte do mercado financeiro e anunciou ontem um corte de juros maior que o esperado. Em decisão unânime, os dirigentes da autarquia cortaram em 0,75 ponto percentual a Selic (a taxa básica de juros), de 3,75% para 3% ao ano. Esta foi a sétima redução consecutiva e a taxa atingiu o menor patamar da história.

A decisão do Banco Central foi motivada pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, que colocou em isolamento social uma parcela considerável da população brasileira, com reflexos sobre a economia. No comunicado que acompanhou a decisão de ontem, o BC avaliou que a contração econômica no Brasil será "significativamente superior" à prevista pela instituição em sua decisão anterior, em março. Para dirigentes do BC, a atual conjuntura prescreve

juros "extraordinariamente" baixos.

Além de citar perspectiva de retração econômica ainda maior este ano, o BC já sinalizou que em seu próximo encontro de política monetária, entre 16 e 17 de junho, a Selic deve sofrer novo corte, de até 0,75 ponto percentual. Se isso ocorrer, a taxa básica atingirá o piso recorde de 2,25% ao ano.

As preocupações dentro do BC com o mergulho da atividade ficaram claras. Isso porque dois dos oito dirigentes que tomaram a decisão sobre a Selic chegaram a defender que o corte previsto para junho fosse feito ontem, de uma só vez. Assim, a Selic já ficaria abaixo dos 3,00% ao ano. Mas, por cautela, a decisão final foi por voltar a reduzir a Selic mais à frente.

Apesar do esforço do BC para segurar a atividade, a consultora econômica Zeina Latif afirma que o movimento de corte de juros ocorreu em um momento em que a política monetária



## Novas reduções da Selic podem ser necessárias na busca pela redução do custo do capital

### Robson Braga de Andrade

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

# 0,75

ponto percentual é o corte esperado na Selic na próxima reunião do Copom

# 17

de junho será divulgada a nova taxa Selic

(a calibragem da taxa de juros) não tem efetividade.

"Não é a política monetária, não é a Selic. Quando olhamos as taxas de juros de um ano, que são as mais longas e definem o custo do dinheiro no mercado, a pressão é fruto do ambiente global de incertezas e dos riscos internos do Brasil", diz.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou como positiva a redução da taxa Selic. Para a entidade, novos cortes podem ser necessários por causa de incertezas que podem influenciar a decisão do Copom nas próximas reuniões. Os principais riscos na visão da CNI são a duração das medidas de isolamento social e os impactos negativos sobre a atividade econômica e o emprego.

"Quanto maior a queda na atividade, pior será a situação financeira de empresas e famílias com implicações sobre a maior necessidade de financiamento dos agentes econômicos. Assim, novas reduções da Selic podem ser necessárias na busca pela redução do custo do capital", disse o presidente da CNI, Robson Andrade.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) avaliou que o corte da Selic foi acertado.

## Produção de eletroeletrônicos diminui 9,1% em março

**INDÚSTRIA** A produção de eletroeletrônicos no Brasil caiu 9,1% em março, em relação ao mês anterior, afirmou a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) ontem. Os dados são do IBGE, agregados pela associação, com ajuste sazonal. No final de março, uma sondagem da Abinee mostrou que 24% das fabricantes estavam paralisadas, por causa da pandemia de coronavírus.

Ainda de acordo com a Abinee, essa é a segunda maior queda mensal desde maio de 2018, quando aconteceu a greve dos caminhoneiros. Apesar da queda em relação a fevereiro, o valor foi menos expressivo se comparado ao mesmo mês de 2019. Na comparação anual, a produção do setor recuou 0,3%.

"Já esperávamos esse desempenho com base em sondagens que havíamos feito junto às empresas do setor", diz Humberto Barbaoto, presidente da Abinee.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 07 de Maio de 2020 - 08:50

## ***AL-BA decide sobre abono permanência a militares e honorários para procuradores***

por Breno Cunha

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), Nelson Leal (PP), pautou para a sessão desta quinta-feira (07) à tarde a análise de duas matérias importantes propostas pelo Executivo.

A primeira delas é o Projeto de Lei que regulamenta o abono de permanência pago a servidores civis e militares que optam por permanecer em atividade mesmo após completarem os requisitos mínimos para a reserva remunerada. O texto pautado é uma segunda versão encaminhada pelo governo do estado à Casa ([leia aqui](#)).

A outra matéria que será votada pelos deputados estaduais é a que regulamenta o pagamento de parte dos honorários de sucumbência a procuradores que defendem o estado em ações.

O PLC regulamenta o pagamento aos procuradores de 80% do repasse de 20% dos honorários advocatícios decorrentes de feitos judiciais e administrativos que envolvam o governo ([leia aqui](#)). A matéria prevê que se o estado vencer uma ação contra uma empresa e a sentença gerar o pagamento de honorários de sucumbência de R\$ 1 milhão, por exemplo, o procurador que representou o estado no caso ficará, por direito, com R\$ 40 mil.

A sessão acontecerá de forma virtual por causa da pandemia do coronavírus, como já vem sendo feito nas últimas semanas.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 07 de Maio de 2020 - 08:00

## ***Coronavírus: Rui projeta ocupação de 1.300 leitos até a primeira semana de junho***

por **Ulisses Gama**

O governador da Bahia, Rui Costa, fez uma projeção nesta quinta-feira (7) sobre os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atender pacientes infectados com coronavírus. Segundo o gestor, o estado deve contar com 1.300 leitos, mas o número não deve ser suficiente em virtude da proliferação da doença e indicou que estes devem se esgotar na primeira semana de junho.

"Nossa meta é efetivar as compras. Se conseguirmos, até o fim do mês teremos 1.300 leitos exclusivos. Mas não é suficiente, infelizmente, se os números continuarem crescendo. No fim de maio ou na primeira semana de junho, vamos esgotar os leitos", afirmou, em entrevista à Rádio UESB FM.

O governador lembrou que o estado ainda não conseguiu concluir a aquisição de novos respiradores e indicou que os pedidos podem estar sendo colocados "no final da fila" por questões financeiras.

"Não tem sido fácil. Até o momento, a Bahia não concluiu nenhuma compra vinda do exterior. O que digo é a compra completa, com o respirador chegando. Saiu em rede nacional que nossa compra ficou retida nos Estados Unidos. Nossa última compra foi cancelada no último final de semana porque vinham atrasando a entrega. Temos outra compra com o Consórcio Nordeste que deve chegar nos próximos dias. Esse produto se tornou uma barra de ouro. Acredito que estejam colocando os nossos pedidos no final da fila", pontuou.

Questionado sobre a situação da Bahia, Rui ressaltou que o estado segue abaixo da média, mas rechaçou a possibilidade de acomodação com a situação. O governador reiterou a necessidade da prevenção e pediu a conscientização da população.

"A situação, de um lado, a gente olha nos números do Brasil e assusta. Passamos dos oito mil mortos. A Bahia segue com indicadores abaixo da média, mas não podemos nos acomodar. Temos que seguir determinados em tomar medidas preventivas. Essa foi a única medida eficaz: aprofundar o isolamento enquanto não vier a vacina. Peço que as pessoas tenham consciência disso", indicou.

O último boletim da Secretaria de Saúde da Bahia indicou 4.301 casos confirmados da doença, com 160 óbitos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/05/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 06 de Maio de 2020 - 22:00

## ***Senado aprova socorro a estados e municípios e reduz economia com salários de servidores***

por Iara Lemos e Thiago Resende | Folhapress

O plenário virtual do Senado aprovou, na tarde desta quarta-feira (6), o projeto que prevê ajuda financeira de aproximadamente R\$ 125 bilhões para estados e municípios por causa da pandemia do novo coronavírus.

O texto foi aprovado por 80 votos a favor e nenhum contrário. Na votação, os senadores concordaram em flexibilizar a regra de congelamento salarial, poupando categorias como policiais e professores.

Após o aval do plenário, a proposta segue para sanção do presidente da República Jair Bolsonaro.

Se for sancionado ainda nesta semana, o primeiro repasse dos recursos poderá acontecer ainda na primeira quinzena de maio.

O pacote de socorro aos estados e municípios é um meio-termo entre a versão aprovada pela Câmara em abril e a proposta inicial da equipe econômica.

O time do ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a apresentar, em meados de abril, um pacote de socorro de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 40 bilhões de transferência direta.

Por isso, o governo federal teve que ceder e ampliar o valor previsto no plano, inclusive para os repasses diretos, que têm efeito no Orçamento e são previstos em R\$ 60 bilhões. Mesmo assim, a proposta aprovada nesta quarta, e que já passou pela Câmara, é mais vantajosa para Guedes.

Governadores e prefeitos pedem ao Palácio do Planalto mais dinheiro para enfrentar a Covid-19 e para manter a máquina pública funcionando. Com a queda da economia, a receita dos estados e municípios está caindo e alguns gestores dizem que logo ficarão sem recursos para pagar salários.

Na votação desta quarta, os senadores cancelaram alterações feitas pela Câmara que afrouxou a contrapartida estabelecida pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para que os entes federados recebam o dinheiro.

Isso desidratou a medida que impede reajustes salariais a servidores públicos até o fim de 2021.

Após votações na Câmara e no Senado, a economia esperada com o congelamento caiu a R\$ 43 bilhões para União, estados e municípios no período. A proposta inicial do governo federal previa impacto de R\$ 130 bilhões.

A equipe de Guedes tentou reverter algumas derrotas, mas não conseguiu convencer os senadores a evitar que servidores públicos recebam aumento salarial até o próximo ano.

Portanto, foram poupados do congelamento servidores da área de saúde (como médicos e enfermeiros), policiais militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais legislativos, trabalhadores de limpeza urbana, de assistência social, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, professores da rede pública federal, estadual e municipal, além de integrantes das Forças Armadas.

A queda na economia é resultado de lobby do funcionalismo e de uma rasteira de deputados governistas à iniciativa de Guedes, como mostrou a Folha de S. Paulo nesta segunda (4).

Segundo o líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO), que capitaneou o movimento, a articulação teve o respaldo de Bolsonaro. "Não estamos concedendo aumento a ninguém, mas aceitando a possibilidade de aumento, que na prática é remota", afirmou.

"Essa construção consta sim com o apoio do presidente Jair Bolsonaro", afirmou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O Ministério da Economia contesta, principalmente, a blindagem dos professores, que não estão diretamente atuando no combate à Covid-19 e poderão receber reajuste salarial.

A alteração com a preservação de reajustes para professores foi acrescentada por Davi já em plenário, depois de uma série de discussões com os parlamentares que durou mais de uma hora. A Rede chegou a anunciar que faria um destaque, em separado, para tentar manter no projeto a blindagem para professores. Diante do apoio que o destaque ganhou de vários líderes partidários, Davi decidiu fazer a mudança direto no texto.

"Nós havíamos de fato já feito, mas apresentei meu relatório, excepcionando essa carreira (educação). Assim, no diálogo, acatamos segurança pública, saúde, assistência, e limpeza urbana, mas entendemos ser essencial, da importância devida de professores para a educação brasileira, para que estejam incluídos também no programa de combate ao coronavírus. Por isso, eu quero incluir os trabalhadores da educação nas exceções. Será por meio da educação e trabalho dos professores que poderemos sair dessa crise e sair dessa crise brutal", disse Alcolumbre.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a categoria é uma das mais prejudicadas pelo governo, e merecia ficar fora do congelamento obrigatório de salários exigido pelo governo no projeto.

"É um reparo aos nossos educadores, tão prejudicados por esse governo", disse.

No novo texto do projeto, Davi Alcolumbre manteve mudanças que foram feitas na Câmara dos Deputados na noite desta terça-feira (5), que incluíram fora do congelamento de salários a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de assistência social, professores e profissionais de saúde da União, estados e municípios.

"Ao acatar essa mudança, de professores treinando profissionais para irem para o enfrentamento, isso demonstra o equilíbrio do texto que estamos construindo. Esse texto resguarda os profissionais que estão na linha de frente da pandemia e dão apoio a estados e municípios", disse o líder do MDB, Eduardo Braga (AM).

Guedes defendia a suspensão dos reajustes a servidores até o fim de 2021 como forma de que esses trabalhadores também sejam afetados pela crise econômica causada pelo novo

coronavírus.

Além disso, fica vedado ampliar despesas obrigatórias, como aumentar o quadro de funcionários públicos.

Deputados argumentaram que a medida impede que estados e municípios criem vagas, por exemplo, de médicos e enfermeiros em um momento de crise na saúde pública.

No entanto, técnicos do Ministério da Economia dizem que o projeto tem uma brecha para contratações de profissionais que trabalham no combate à Covid-19 durante o estado de calamidade, ou seja, até o fim de 2020. A medida de ajuste fiscal está prevista no projeto de ajuda a governadores e prefeitos na pandemia.

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Farias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Farias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA EXECUTIVA** Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Maratona inglória

Beneficiários do auxílio emergencial de R\$ 600 enfrentam filas evitáveis com mais organização

Sem dúvida fundamental neste período de colapso econômico, a concessão de um auxílio temporário de R\$ 600 para trabalhadores de baixa renda, com custo total na casa dos R\$ 100 bilhões, tem esbarreado em graves problemas de logística. O ineditismo do programa, aprovado pelo Congresso, e a massa de beneficiários, estimada por ora em cerca de 50 milhões de brasileiros, explicam até certo ponto as dificuldades que se observam para fazer com que o recurso chegue rapidamente aos destinatários.

São deploráveis, ainda assim, cenas chocantes como as que se viram no sábado (2), quando pessoas pobres, muitas delas com problemas de saúde, enfrentaram filas intermináveis em agências da Caixa Econômica Federal (CEF) para tentar retirar o dinheiro.

Num momento em que a pandemia do novo coronavírus recrudescer, impondo o distanciamento físico e o uso de máscaras, formaram-se aglomerações que poderiam ter sido evitadas com melhor orientação e planejamento.

Cabe questionar se a concentração das ações na instituição estatal foi o melhor desenho para o programa. No lançamento da proposta, apontou-se aqui a importância do Executivo mostrar capacidade de articulação e recorrer a todos os meios disponíveis para cumprir de modo eficiente o prometido.

Além da estrutura já espalhada pelo país para a distribuição de inúmeros benefícios sociais, a própria rede privada de bancos poderia prestar algum apoio.

Os problemas, na realidade, já começaram pelos meios eletrônicos oferecidos para cadastrar e habilitar os que teriam direito à ajuda. Foram vários os relatos de lentidão, queda do sistema e outros empecilhos técnicos e burocráticos.

Diante do quadro, a Caixa anunciou que vem tomando providências e teria registrado nesta quarta-feira (6) "redução considerável" das filas em todo o país. Parcerias com prefeituras de cerca de 500 municípios estariam ajudando a ordenar o atendimento.

Os próximos dias revelarão se tais decisões irão de fato representar uma mudança de patamar na prestação do serviço — ainda mais se o número de beneficiários vier, como se teme, a aumentar.

A maratona inglória, que não deixa de expor um traço cultural perverso de desconsideração no trato dos estratos de baixa renda, remete a uma deficiência que o país precisa enfrentar o quanto antes: a falta de um sistema digital de identidades e cadastros públicos.

Trata-se de projeto indispensável, para o qual existe tecnologia disponível — como atestam, aliás, os dois países mais populosos do planeta, a China e a Índia.

## Máscaras e multas

Governo paulista acerta ao tornar proteção facial obrigatória, mas punição deveria ter valor menor

Motiva algum espanto que só nesta quinta-feira (7) o uso de proteção facial se torne obrigatório no estado de São Paulo, depois de 3.000 mortes e mais de dois meses desde o primeiro óbito por Covid-19. Atrasos têm consequências funestas, já se escreveu, e persistir no atraso implicaria obtusidade e grave impacto na saúde da população.

Oferecem as máscaras proteção perfeita contra o coronavírus para quem as porta? Não. Mas o dispositivo a cobrir narizes e bocas contribui para reter gotículas e aerossóis infectantes emitidos por meio de respiração, tosse ou espirros de pessoas contaminadas, apresentem ou não sintomas.

Como no caso do isolamento, entretanto, a medida só terá alguma eficácia se for amplamente adotada pelos habitantes. Daí a providência de torná-la mandatória, e felizmente já se verifica nas ruas de vários municípios paulistas adesão significativa ao equipamento.

Não importam muito modelo e material da máscara, desde que sejam trocadas, descartadas ou lavadas de forma periódica, após algumas horas de uso. O decreto esta-

bricação caseira que, além do potencial de gerar alguma renda para quem as vende, diminui sobremaneira o custo de um recurso intrinsecamente barato.

Quando se torna em conta o alto custo econômico do distanciamento social, aumenta a surpresa com o fato de essa imposição não ter chegado há mais tempo.

Antes tarde do que nunca. A norma procede bem ao condicionar a entrada em estabelecimentos acessíveis ao público e transportes coletivos ao emprego das máscaras.

Deixar a fiscalização do cumprimento às autoridades municipais, por outro lado, pode revelar-se pouco eficaz, dado que prefeitos poderiam considerar a providência eleitoralmente prejudicial.

Também é acertado prever advertências e multas, uma vez que alguns refratários só serão convencidos quando tiverem de sacar do próprio bolso. As punições fixadas no Código Sanitário paulista são elevadas, variando de R\$ 276 a exorbitantes R\$ 276 mil. Um valor mínimo menor, mais simbólico, seria o adequado.

Multas precisam ser proporcio-



## Os Faria Limers e a crise

Roberto Dias

SÃO PAULO É ótimo que a cultura de investimento no mercado financeiro venha se popularizando por aqui. Dez anos atrás havia mais brasileiros na prisão do que na Bolsa.

A tendência não arrefeceu com a crise. No meio da pandemia e do declínio dos juros, pessoas físicas continuam acreditando em ações. Já os estrangeiros fogem do Brasil, a despeito de o país estar uma pechincha. A fauna à espera de quem atirar na Bolsa vai sendo recomposta após o meteoro das fintechs. Os grandes bancos sangram clientes para instituições que oferecem retornos maiores e burocracias menores. Quem vai investir tem alternativas.

Os que navegam entre essas opções são disputados por pessoas que distribuem recomendações. Gente por vezes autointeressadíssima, que tortura números e usa comparações sem sentido para propagar as teses mais convenientes. São torcedores não amadores. Quem os vê opinar sobre um ativo não sabe se estão comprados ou vendidos nele.

O chamado Fintwit, o quintal do

mercado financeiro no Twitter, guarda vários desses perfis. Demonstram pouca afeição à crítica, abusam da linguagem agressiva e mantêm baixa consistência no discurso.

Quem acredita neles pode pensar que a recuperação virá num V de ângulo interno mínimo. O coronavírus expõe o discurso classista, que aparece até nas bocas mais razoáveis do mercado, fora do Fintwit. Parece normal, por essa ótica, fustigar o problema em dois: de um lado a curva de contaminação dos pobres e de outro a de infecção dos demais.

Não apenas os números estão entre as vitimas dessas pessoas. Torturam notícias também. O pedido súbito de demissão de Sergio Moro pegou algumas delas no contrapé, e o passo seguinte foi dizer que se tratava de fake news. Uma thread da Folha no Twitter expôs os envolvidos.

Desde a campanha de 2018, parte da Faria Lima é criticada pelo coração democrático atrofiado. O coronavírus mostra que há mais problemas espalhados pelo corpo.

roberto.dias@grupofolha.com.br

## Entre a morte e a vida

Maria Herminia Tavares

Pesquisadora do Cobrap e professora aposentada da USP. Escreve as quintas

É muito o que não se sabe sobre o avanço da Covid-19 no país. Ainda assim, parece que não nos saímos tão mal até aqui, como apontou nesta Folha o colunista Vinícius Torres Freire. Comparando a proporção de mortos por 1 milhão de pessoas, nos 42 dias desde a décima vítima, ele calculou que, mesmo descontada a subnotificação, a proporção de casos letais no Brasil era menor que nos Estados Unidos, Alemanha, Itália, Reino Unido e Espanha. Ressalvo, porém, que tudo poderia piorar, pois a progressão dos óbitos não dá margem a muito otimismo.

O mérito desses resultados alentados tem de ser creditado por inteiro ao SUS e às suas equipes, aos governadores e aos prefeitos que adotaram a tempo medidas de distanciamento social e fizeram a parte que lhes cabe na mobilização do sistema público de saúde. Por terem seguido o caminho indicado pelos especialistas, alguns se tornaram alvo de Bolsonaro e de minorias abastadas que o seguem.

Mas o que os governos subnacionais podem fazer tem limites. Na saúde, assim como em outras áreas sociais, o modelo brasileiro é o federalismo centralizado. Nele, a União detém grande poder normativo, regulatório e financeiro, enquanto aos estados — e especialmente aos municípios — cabe a implementação das ações.

Nesta crise, ao mesmo tempo em que o toco chefe do Executivo sabotou políticas razoáveis, por palavras e atos — mudando o ministro da Saúde, opondo-se ao isolamento social e dando como certos os ainda duvidosos benefícios de drogas tidas por miraculosas, de cujos efeitos colaterais, aliás, desdenha —, a máquina sob o seu desgoverno tem respondido de forma lenta e errática.

Em artigo certo no site Poder360 — "A velha falta de prioridade e uma nova tragédia anunciada" —, o economista José Roberto Afonso e a procuradora Éliada Pinto lembram que não é de hoje o sub-financiamento do SUS. Mostram também o abismo entre o que já está aprovado e o que efetivamente foi desembolsado pela União para a saúde, como se o combate à pandemia não fosse urgência urgentíssima.

Parcela crescente da população reconhece que os governadores agem em defesa da vida. Segundo pesquisa da XP Investimentos, em abril a sua avaliação positiva saltou 18 pontos percentuais, passando de 26% a 44% os que consideram sua atuação ótima ou boa.

Enquanto isso, a minoria criminosa que buzina às portas de hospitais, ofende enfermeiras, espanta jornalistas e se prosterna diante Bolsonaro ecoa, naturalmente sem sa-

## Bolsonaro sabotou Guedes

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Na semana passada, Jair Bolsonaro foi até a portaria do Palácio da Alvorada para de fazer a impressão de que Paulo Guedes era alvo de sabotagem no governo. O presidente disse que seu auxiliar, que posava satisfeito a seu lado, era "o homem que decide economia no Brasil". Dias depois, o próprio chefe ajudou a sabotar os planos do ministro.

Bolsonaro deu sinal verde para desidratar uma das bandeiras de Guedes no pacote econômico do coronavírus. Foi o presidente quem autorizou a retirada de todos os policiais da proposta que congelava salários de servidores para compensar as despesas com a pandemia.

A equipe econômica se queixou dos parlamentares que votaram a favor da blindagem de diversas carreiras do funcionalismo e apontou o dedo para o líder do governo na Câmara, que negociou as mudanças no projeto. Numa espécie de delação, o deputado Vitor Hugo (PSL) entregou o presidente e disse que partiu dele o aval para a traição a Guedes.

A disposição de Bolsonaro para proteger o funcionalismo não é novidade. O presidente fez carreira como representante sindical de militares e, no poder, continuou trabalhando a favor de algumas categorias.

Quando Guedes defendeu publicamente o congelamento de salários dos servidores, no início da última semana, Bolsonaro cutucou o ministro três vezes. O presidente se irritou ao ouvir que os funcionários não poderiam ficar em casa "com geladeira cheia" enquanto milhões de brasileiros perdem o emprego.

O líder do governo foi ao plenário para deixar as digitais de Bolsonaro na votação. Vitor Hugo contou que, em dois telefonemas, o presidente aprovou as alterações na proposta. No fim, deu a dimensão do apreço de seu chefe pela equipe econômica: "Eu sou líder do governo e não líder de qualquer ministério".

O episódio prova que Bolsonaro e Guedes jamais falaria a mesma língua. Como se vê, o presidente está mais próximo de seus novos aliados do que do centro, que costuraram os benefícios para os servidores.

proteger o funcionalismo não é novidade. O presidente fez carreira como representante sindical de militares e, no poder, continuou trabalhando a favor de algumas categorias.

Quando Guedes defendeu publicamente o congelamento de salários dos servidores, no início da última semana, Bolsonaro cutucou o ministro três vezes. O presidente se irritou ao ouvir que os funcionários não poderiam ficar em casa "com geladeira cheia" enquanto milhões de brasileiros perdem o emprego.

Quando Guedes defendeu publicamente o congelamento de salários dos servidores, no início da última semana, Bolsonaro cutucou o ministro três vezes. O presidente se irritou ao ouvir que os funcionários não poderiam ficar em casa "com geladeira cheia" enquanto milhões de brasileiros perdem o emprego.

O líder do governo foi ao plenário para deixar as digitais de Bolsonaro na votação. Vitor Hugo contou que, em dois telefonemas, o presidente aprovou as alterações na proposta. No fim, deu a dimensão do apreço de seu chefe pela equipe econômica: "Eu sou líder do governo e não líder de qualquer ministério".

O episódio prova que Bolsonaro e Guedes jamais falaria a mesma língua. Como se vê, o presidente está mais próximo de seus novos aliados do que do centro, que costuraram os benefícios para os servidores.

proteger o funcionalismo não é novidade. O presidente fez carreira como representante sindical de militares e, no poder, continuou trabalhando a favor de algumas categorias.

Quando Guedes defendeu publicamente o congelamento de salários dos servidores, no início da última semana, Bolsonaro cutucou o ministro três vezes. O presidente se irritou ao ouvir que os funcionários não poderiam ficar em casa "com geladeira cheia" enquanto milhões de brasileiros perdem o emprego.

O líder do governo foi ao plenário para deixar as digitais de Bolsonaro na votação. Vitor Hugo contou que, em dois telefonemas, o presidente aprovou as alterações na proposta. No fim, deu a dimensão do apreço de seu chefe pela equipe econômica: "Eu sou líder do governo e não líder de qualquer ministério".

O episódio prova que Bolsonaro e Guedes jamais falaria a mesma língua. Como se vê, o presidente está mais próximo de seus novos aliados do que do centro, que costuraram os benefícios para os servidores.

proteger o funcionalismo não é novidade. O presidente fez carreira como representante sindical de militares e, no poder, continuou trabalhando a favor de algumas categorias.

Quando Guedes defendeu publicamente o congelamento de salários dos servidores, no início da última semana, Bolsonaro cutucou o ministro três vezes. O presidente se irritou ao ouvir que os funcionários não poderiam ficar em casa "com geladeira cheia" enquanto milhões de brasileiros perdem o emprego.

## Bolsovírus

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Estamos todos doentes. Não bastasse o drama que vivemos com a crise da Covid-19, temos que lidar com o rastro de destruição deixado por um germe patogênico incapacitante: o bolsovírus, como foi apelidado. Jair Bolsonaro conseguiu a façanha de contaminar a população com seu discurso inescrupuloso, seu apreço pela ignorância e seu desprezo pela humanidade. Deixou um país inteiro infectado pela raiva e pela desesperança.

Estamos todos mentalmente desequilibrados. Quem não está cego e não perdeu toda a capacidade de discernimento e a decência sente os efeitos dessa infecção devastadora provocada pelo bolsovírus de uma forma também bastante severa: as pessoas estão tristes, abatidas, exaustas com o festival diário de ausências, de grosserias e de ata-

rigosa sensação de que não temos outro problema ainda maior, o coronavírus. A gravidade da pandemia acaba diluída diante dos mandos e desmandos desse brutamonte que enlameia a cadeia da Presidência.

Somos atropelados pelo tirocício entre o presidente e o ex-ministro da Justiça, as brigas com os governadores, os lampejos golpistas, que se tomaram corriqueiros. E, no final do dia, trombamos com o número de mortes pela Covid-19, a baixa adesão ao isolamento, o recorde de perdas entre os profissionais da saúde, os hospitais em colapso.

Todas as nossas atenções deveriam estar focadas em salvar vidas, mas passamos boa parte do tempo tentando nos livrar da insanidade a que Bolsonaro submete o país.

Quem ainda não está louco, condi-



dual que obriga o uso acerta ao de-  
fini-las de maneira vaga como "pro-  
teção facial, preferencialmente de  
uso não profissional".

Trata-se de incentivo correto à fa-

nais ao deuto, além de comportar  
aplicação e recolhimento celeres.  
Caso contrário, somam-se ao lon-  
go rol de leis que o poder público  
não consegue fazer cumprir.

ques à democracia.

Assistindo ao noticiário, que de-  
dica boa parte do seu tempo a des-  
crever a crise institucional que não  
abandona o país, tenho a falsa e pe-

este governo tresloucado e incompetente, está sendo enlouquecido à  
medida que faz oposição a ele. Ou  
acabamos com o bolsóviro ou não  
sei o que será de nós.

ber, o brado do general fascis-  
ta espanhol Millán Astray nos  
anos 1930: "Abaixo a inteligên-  
cia, viva a morte!".

mhermsavares@gmail.com

mercado **coronavírus**

# Metade da população poderá ter de receber auxílio, diz estudo

No cenário mais extremo, seriam 112 milhões de pessoas, a custo de R\$ 218 bi

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** O auxílio emergencial para trabalhadores informais já beneficiou 50 milhões de pessoas, mas esse número deve crescer para pelo menos 80 milhões e pode chegar a 112 milhões, mais da metade da população brasileira, caso a crise gerada pelo coronavírus gere mais perda de renda.

A IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado, realizou uma série de simulações com base nos dados das estatais Caixa e Dataprev até 1º de maio.

Mantido o número de pessoas já beneficiadas com o primeiro pagamento, a despesa em três meses ficaria em R\$ 96,5 bilhões.

Se o governo mantiver o percentual de aprovação das pessoas cadastradas (nem todas foram analisadas e algumas tiveram o benefício negado), serão 63 milhões de brasileiros e uma despesa de R\$ 120,4 bilhões. Esse é praticamente o valor que o Tesouro Nacio-

nal já reservou para fazer os pagamentos (R\$ 123 bilhões).

Na avaliação do analista da IFI Alessandro Casalecchi, responsável pelo estudo, o cenário mais provável é aquele que considera a inclusão de mais 17 milhões a esse número, totalizando 38% da população e uma despesa de R\$ 154,4 bilhões, cerca de cinco anos de gastos do Bolsa Família.

Nesse caso, o governo terá de arranjar mais R\$ 30 bilhões.

No cenário mais extremo, seriam pagos R\$ 218 bilhões a 112 milhões de brasileiros, 53% da população.

Para isso, seria necessário que todas as pessoas no Cadastro Único do governo, mas que não são beneficiárias do Bolsa Família, se tornem elegíveis. O número de informais aptos teria de triplicar. Algo que só ocorreria com uma grande piora do desemprego.

Há três grupos de beneficiários que receberão R\$ 600 ou R\$ 1.200 do chamado "coronavoucher". O primeiro é formado por trabalhadores infor-

**Pagamentos do coronavoucher até 1º de maio**



Fonte: Nota Técnica nº 42 - Cenários para a despesa com o auxílio emergencial - da IFI (Instituição Fiscal Independente), de 07/05/2020

mais que se cadastraram via aplicativo da Caixa. São 20 milhões já recebendo e que devem se tornar 40 milhões no principal cenário da IFI.

O cálculo considera que será mantido o percentual de aprovação de 66% dos cadastrados. Até o momento, 46 milhões

de pessoas se inscreveram, mas 10,8 milhões tiveram o benefício negado, 13,7 milhões terão de completar o cadastro e 1 milhão ainda espera processamento dos dados.

O segundo é formado por cidadãos que já recebiam o Bolsa Família (com valor médio

de R\$ 191,86) e agora vão receber um valor maior. A expectativa é que o número de beneficiados suba de 19 milhões para 20 milhões, pois a maior parte do cadastro já foi analisada nesse caso.

O terceiro é composto por inscritos no Cadastro Único do governo, mas que não recebiam Bolsa Família. São 10,8 milhões já recebendo o "coronavoucher", mas que devem chegar a pelo menos 20 milhões, segundo a IFI.

Atualmente, os elegíveis representam apenas 34% do total do grupo. Com um eventual agravamento das condições econômicas, segundo a instituição, parte dos demais 66% (21,3 milhões de pessoas) poderia se tornar elegível, à medida que sua renda cai ou seu emprego é perdido.

"É muito difícil saber a quantidade total das pessoas que vão perder emprego e renda. O pessoal do grupo 3 já está em uma certa situação de vulnerabilidade e pode acabar perdendo renda com a deterioração da economia e alimentar o contingente final de elegíveis", afirma Casalecchi. "O aumento do desemprego eleva o número de elegíveis."

Os cálculos consideram apenas as regras vigentes. Recentemente o Senado aprovou projeto que aumenta as categorias contempladas pelo auxílio emergencial (como motoristas de aplicativos, taxistas, caminhoneiros, músicos,

pescadores artesanais, catadores de materiais recicláveis, mães adolescentes e pais solteiros), entre outras mudanças, com despesa adicional estimada em R\$ 13 bilhões pelo Ministério da Economia.

Também foram estimados os valores para três meses. Caso a quarentena dure mais tempo, o governo terá de gastar mais. Há uma dúvida jurídica em relação à possibilidade de pagamento das três parcelas para pessoas que só se tornarem elegíveis em maio e junho. A IFI considerou que todos receberão três pagamentos.

"Os cálculos da IFI mostram que o custo do pagamento dos R\$ 600 será elevado. É importante atentar para o caráter temporário do programa, evitando que essa despesa, que é necessária, transborde para o pós-crise", afirma o diretor executivo da instituição Felipe Salto.

Até o dia 4º deste mês, 40,8 milhões receberam o benefício de R\$ 600 (82% dos beneficiados). Outros 9,2 milhões sacaram R\$ 1.200 (mães solteiras). O gasto somou R\$ 35,5 bilhões. A estimativa da IFI é uma renda média de R\$ 692 para os beneficiários em seu principal cenário.

Entre os beneficiários do Bolsa Família contemplados, destacam-se os que estão na Bahia (13% do gasto), em São Paulo (12%), em Pernambuco (8,2%) e no Ceará (7,9%).

**PAGAMENTO DE 2ª PARCELA DE AUXÍLIO TERÁ DATAS ESPAÇADAS**

Após o registro de filas e aglomerações em agências da Caixa (na foto, unidade na av. M'Boi Mirim, em SP), o presidente do banco, Pedro Guimarães, afirmou que os pagamentos da segunda parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 serão mais eficientes. O banco estrutura um cronograma com datas espaçadas para os repasses. De acordo com o executivo, as filas diminuirão na maior parte das agências na terça-feira (5), e a tendência é que sigam caindo. O primeiro mês de pagamentos teve coincidência de datas nos repasses feitos a mais de um grupo de pessoas, o que ampliou a demanda



Zanone Pires/Sit - 5.mai.20/Folhapress

# Caixa barra pagamento de ajuda de R\$ 600 a imigrantes

Ivan Martínez-Vargas e Flávia Mantovani

**SÃO PAULO E VIÇOSA (MG)** Os últimos meses têm sido difíceis para o boliviano Raul Aruquipa, 33, que mora há cinco anos em São Paulo. Costureiro de desempregado, ele recebe o Bolsa Família e diz que teve o pedido de seu auxílio emergencial negado em quatro agências da Caixa Econômica Federal. Aruquipa diz ter uma doença neurológica, o que restringe as tarefas que pode assumir no setor da confecção e já tinha problemas financeiros antes da pandemia.

Agora, sem ter como fazer bicos, afirma ter sido despejado por não ter conseguido pagar o aluguel de um apartamento na zona leste. Passou a viver de favor na casa de uma amiga em uma comunidade no bairro da Penha.

"Fui a quatro agências diferentes da Caixa pedir o benefício de R\$ 600, mas sempre me trataram mal e disseram que só poderia receber se tivesse carteira de trabalho, que eu perdi. Não posso tirar uma nova porque está tudo fechado por causa do coronavírus. Apresentei documentos bolivianos, mas não aceitaram". Segundo a DPU (Defensoria

procuradora, a Caixa não se manifestou até a conclusão deste texto, nem respondeu questionamentos da Folha sobre o número de imigrantes que tiveram o auxílio negado por falta de documentos.

O órgão ajuizou uma ação civil pública contra a Caixa e o BC (Banco Central) na última segunda-feira (6). "Uma quantidade significativa de imigrantes está potencialmente aliada do direito por questões puramente operacionais, derivadas da insuficiente normatização" pelo banco, diz o texto.

A exigência de regularidade migratória e de documentos com foto emitidos no Brasil para o pagamento dos valores contraria a legislação, segundo o defensor João Chaves, um dos autores da ação. "A assistência social é um direito também dos imigrantes, e existe uma normativa do próprio Banco Central que diz que passaportes ou cédulas de identidade de outros países devem ser aceitos pelos bancos brasileiros", afirma.

A DPU requer que os bancos aceitem também documentos com prazo de validade vencido durante a pandemia, tendo em vista que órgãos públicos como a Polícia Federal suspenderam a emissão

de passaportes, por exemplo, e prorrogou os prazos de validade de documentos", diz o defensor público João Paulo Dorini, também autor do processo.

Há falta de padronização nas exigências para o pagamento a imigrantes nas agências da Caixa, segundo ele. Algumas agências que aceitam o protocolo de pedido de refúgio. Outras pedem carteira de trabalho do imigrante ou CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório).

Procurada, a Caixa não se manifestou até a conclusão deste texto, nem respondeu questionamentos da Folha sobre o número de imigrantes que tiveram o auxílio negado por falta de documentos.

O Banco Central, do qual a DPU requer que exija que o pagamento seja feito a imigrantes, afirmou que não comenta ações judiciais.

A DPU chegou a enviar, no dia 16 de abril, um ofício a todos os gerentes de agências da Caixa em que os orienta a fazer o pagamento a imigrantes mediante a apresentação de documentos de identificação brasileiros, ainda que estejam com prazo de validade

ro, chegou a levar o ofício da Defensoria a uma agência da Caixa onde mora, em Duque de Caxias (RJ), mas ainda assim seu pedido para receber o auxílio foi negado.

Ele mora com o filho de nove meses e o marido congolês, que segundo ela está sem renda porque trabalha em uma loja de hortifrúteis fechada devido à quarentena no estado. "Estou no CadÚnico, mas não recebi nada e fui no dia 24 de abril para a agência. A atendente disse que eu não poderia nem entrar no banco por não ter um documento válido e minha carteira de trabalho de imigrante expirou. Ela não aceitou meu passaporte".

Insistente, Ana conseguiu um novo ofício da DPU que oficializava o direito ao benefício com a apresentação apenas do passaporte angolano. Ela diz ter chegado à porta da agência nesta quarta-feira (6) às 6h, esperado até as 11h para ser atendida, mas que, desta vez, conseguiu o auxílio.

A advogada Karina Quintanilha, que integra a rede do Fórum Internacional Fontêki Kwaze, da USP diz que as dificuldades para o recebimento têm sido comuns. "Os imigrantes que já tinham Bolsa Família ou estavam no CadÚnico tiveram mais facilidade, mas muitos estão passando por problemas relacionados ao cadastro ou a documentos. O principal gargalo é o CPF, que muitos não têm ou estão tendo dificuldade para regularizar".

Mesmo quem teve o auxílio aprovado, quando vai a agência da Caixa não tem conseguido receber o valor. "É muito comum não aceitarem o documento que ele tem, como o protocolo de pedido de refúgio [geralmente uma folha A4 com uma foto e dados pessoais emitida pela PF]", diz ela.

"Exigir carteira de trabalho de imigrante barra o pagamento a muitos, porque em

“O acesso ao auxílio não pode ser dificultado com a justificativa de que o documento está vencido, sem foto ou mesmo porque

ria Pública da União), há vários casos com o de Aruquipa, e eles contrariam a lei.

A DPU afirma que os estrangeiros têm direito ao benefício

de documentos.  
"O acesso ao auxílio não pode ser dificultado com a justificativa de que o documento está vencido, sem foto ou

expirado, ou de documentos de seus países de origem.

A estudante angolana Ana Aniesse, 20, fez périplo para solicitar o benefício. Primei-

**não tem documento brasileiro**

**João Paulo Dorini**  
defensor público federal

geral é um dos últimos documentos que eles conseguem no país. As agências não têm tido uma única regra sobre que documentos os estrangei-

A demora para receber os R\$ 600 tem sido "um preconceito a mais" para os imigrantes, diz ela. "Não somos prioridade", afirma.

## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

## Megafone

O número de comunicados ao mercado e fatos relevantes sobre o coronavírus divulgados por companhias de capital aberto no Brasil chegou a 259 nesta quarta (6), segundo levantamento feito pela coluna nos dados da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Os primeiros relatos sobre o impacto da doença nos negócios demoraram a ser feitos formalmente. No início de março, quando o estrago na Bolsa já era evidente, só duas empresas se manifestaram sobre o assunto.

**AVISO** A primeira informação divulgada sobre o tema veio no dia 2 de março, quando a Alliar soltou um comunicado informando que faria teste domiciliar da doença. No dia 6, a Hermes Pardini também fez um relato sobre a disponibilidade dos exames.

**CONTÁGIO** No dia 12 de março, a Vale informou suas medidas e políticas para proteger empregados e operações contra o coronavírus. No mesmo dia, a BRF divulgou que havia adotado um protocolo de segurança e determinado planos de contingência.

**CALENDÁRIO** Foi só a partir de 16 de março que uma série de empresas como Bahema e Ser (educação), BRK (saúde), Gol e Azul (aviação), Duratex (revestimentos) e Engie (energia) abriram a onda de comunicados.

**SILÊNCIO** A ausência de comunicações sobre os efeitos do coronavírus nos negócios foi divulgada pelo Painel S.A. no dia 3 de março. No dia 10 de março, a CVM divulgou um ofício orientando empresas listadas a identificar efeitos da pandemia em seus balanços.

**TOSSE** Desde o início da pandemia, deputados e senadores editaram 17 medidas envolvendo planos de saúde e o surto do coronavírus, segundo levantamento da empresa de tecnologia jurídica Sigat.Li. Onze delas impedem que segurados inadimplentes deixem de ser atendidos durante a crise ou vedam rescisões contratuais no período.

**AMOSTRAGEM** A Petrobras vai financiar um projeto da Firjan Senai para desenvolver uma metodologia de testes de coronavírus chamada Poling Multiplex. A proposta é analisar amostras de grupos, em vez de fazer testes individuais, o que reduziria em até 85% os custos dos ensaios. A ideia poderá ser aplicada em equipes de empresas.

**NA ESTRADA** A OCR vai oferecer 50 mil teleconsultas médicas sobre a Covid-19 para caminhoneiros em parceria com a Cia. da Consulta. O serviço, que começa a ser agendado com 30 médicos nesta semana, vai até julho.

**FIÇÃO** As produções de Netflix começaram a ser retomadas na Coreia do Sul, na Islândia e no Japão com uma nova realidade, segundo o diretor de conteúdo da empresa, Ted Sarandos, que escreveu um artigo para o Los Angeles Times nesta segunda-feira (4). As filmagens na Suécia devem voltar neste mês, e as da Noruega, em julho.

**CAMARIM** Sarandos enumerou as adaptações feitas para voltar às filmagens, além de testes e medição de temperatura de elenco e equipe de produção. No novo protocolo de higiene, os maquiadores usam aplicadores descartáveis.

**CÂMERA** A rotina na passa a ter pausas a cada duas ou três horas, para dar tempo de limpar partes dos sets com álcool, além de permitir que profissionais lavem as mãos. No final do dia, os objetos e figurinos são esterilizados.

**AÇÃO** Segundo Sarandos, no cenário pós-pandemia, as filmagens de cenas de ação, com multidão ou momentos intimos poderão ser adiadas. É possível que os roteiros de algumas séries tenham de ser reescritos para se adaptarem às restrições. No entanto, os efeitos visuais podem substituir algumas cenas.

**TELA** O advogado Ronaldo Lemos, colunista da Folha e diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, vai participar do novo Oversight Board do Facebook, o conselho independente criado pela gigante de tecnologia para tratar de casos globais sobre conteúdos na rede.

**PNEU** A Bradesco Auto/RE decidiu manter os valores de 2019 do seguro individual de carro renovado até o dia 30 de junho. A empresa diz que, com a medida, que poderá ser prolongada, pretende também influenciar as ações de outras operadoras na pandemia.

**PISTA** O presidente da Latam Airlines, Jerome Cadier, é o convidado do Ao Vivo em Casa, série de lives da Folha, nesta quinta (7). As 17h, no site do jornal, o executivo vai falar sobre os impactos da pandemia na aviação com previsões para as empresas e os passageiros.

## Deputados aprovam em 2º turno a PEC da Guerra, e texto vai para promulgação

Proposta retira amarras orçamentárias para governo combater pandemia e aumenta poder de fogo do BC para estabilizar mercado

Danielle Brant

**BRASÍLIA** A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (6) em segundo turno o texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) que cria o Orçamento para ações de combate ao coronavírus e que autoriza o Banco Central a comprar títulos públicos e privados e estabilizar o mercado durante a pandemia. O texto não sofreu alterações em relação à versão votada em primeiro turno, na segunda (4). A proposta foi aprovada por 477 a 11 — eram necessários votos de ao menos 308 deputados (três quintos da Casa).

Os deputados rejeitaram propostas para suprimir trechos do texto. A PEC vai à promulgação, em sessão do Congresso que pode acontecer nesta quinta (7).

Articulado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o texto retira amarras para que a equipe do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenha mais agilidade e flexibilidade para adotar medidas emergenciais. A PEC cria um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações durante o estado de calamidade pública, aprovado pelo Congresso até o fim do ano.

A ideia é separar o Orçamento fiscal, que reúne desembolsos recorrentes com Previdência e custeio da máquina pública, por exemplo, do extraordinário, criado para medidas a serem tomadas durante a pandemia de Covid-19.

O texto, por exemplo, afrouxa normas para contratação temporária de pessoal e também a de obras e serviços para enfrentamento da pandemia. A PEC também libera o governo de cumprir, neste ano, a chamada regra de ouro. Essa norma impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

A proposta diz que, durante a vigência da calamidade pública, recursos decorrentes de operações de crédito realizadas para o refinanciamento da dívida mobiliária (dívida pública) poderão ser utilizados também para o pagamento de seus juros e encargos. O texto aprovado amplia o

**51% DOS SERVIDORES FEDERAIS ESTÃO EM HOME OFFICE**  
Com a pandemia do novo coronavírus, 51% dos servidores públicos federais passaram a trabalhar em home office, informou o Ministério da Economia nesta quarta-feira (6). Levantamento da pasta mostra que, até sexta-feira (1º), o número de casos confirmados da Covid-19 entre servidores federais chegou a 487. Os dados não são definitivos porque abrangem apenas 167 mil funcionários de unidades administrativas que encaminharam informações ao ministério. Quase metade dos órgãos não respondeu no prazo.

poder de atuação do Banco Central na crise. A PEC autoriza o BC a comprar e vender, no mercado secundário, ativos que tenham classificação de risco igual ou superior a BB-, o que significa grau especulativo — ou seja, o emissor poderia ter dificuldade para pagar seus títulos.

Conforme o texto da PEC, o rating teria que ser concluído por uma das três principais agências internacionais (S&P Moody's ou Fitch).

O texto do Senado restringia os tipos de ativos que poderiam ser adquiridos pelo BC — debêntures (títulos de dívida) não conversíveis em ações, cédulas de crédito imobiliário, certificados de recebíveis imobiliários ou de agronegócio, notas comerciais ou cédulas de crédito bancário.

A Câmara eliminou os dispositivos que traziam esse detalhamento, o que significa que o Banco Central poderia comprar, no mercado secundário, os ativos acima e outros emitidos por empresas e instituições financeiras.

O texto estabelece ainda que a autoridade monetária deve priorizar a compra de títulos emitidos por micro, pequenas e médias empresas.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, deverá prestar contas ao Congresso a cada 30 dias sobre as operações de compra e venda de títulos.

Como contrapartida para a compra de ativos, o BC impediu que as instituições financeiras paguem juros sobre o capital próprio ou dividendos acima do mínimo estabelecido por lei ou no estatuto social. Também impede o aumento da remuneração, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração das empresas.

Na Câmara, os deputados suprimiram, na segunda, artigo aprovado no Senado que estipulava que, para receber benefícios creditícios, financeiros e tributários no âmbito de programas da União, as empresas tinham que se comprometer a manter empregos.

Caso o Congresso entenda que houve irregularidade ou descumprimento da emenda, poderá sustar, por decreto legislativo, qualquer decisão de órgão ou entidade do Executivo relacionada às medidas.

## A PEC do Orçamento de Guerra

**O que é**  
Proposta segregada, no Orçamento da União, as ações voltadas ao combate do novo coronavírus. É como se essas medidas ganhassem um carimbo para evitar que se confundam com o Orçamento fiscal, que inclui dinheiro para programas de ministérios, por exemplo

**Objetivo**  
Dar mais liberdade para que o governo contrate funcionários temporários para atuar na contenção do Covid-19. O mesmo vale para contratos de obras, serviços e compra de bens para o enfrentamento do vírus

**O que prevê**  
Libera o governo de cumprir, neste ano, a chamada regra de ouro. Essa norma impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais. O texto permite que o poder público contrate, durante a calamidade, empresas que tenham dívidas com a Previdência

**O que muda para o BC**  
O BC poderá comprar e vender, no mercado secundário, ativos que tenham classificação de risco igual ou superior a BB-, o que significa grau especulativo — ou seja, o emissor poderia ter dificuldade para pagar seus títulos. A ideia é dar saída a fundos de investimentos, num contexto em que investidores precisam resgatar suas cotas. Assim, o BC daria liquidez ao mercado de títulos públicos e privados, comprando esses papéis. Por outro lado, ficaria sujeito a eventual colapso do emissor do título — o rating BB- é dado na emissão e não refletiria necessariamente a capacidade de pagamento da empresa durante a pandemia

## Com recuperação do petróleo, Petrobras reajusta gasolina em 12% após 11 reduções

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Após uma sequência de cortes, a Petrobras aumentará em 12% o preço da gasolina em duas refinarias a partir desta quinta-feira (7). É o primeiro reajuste desde o início da pandemia do novo coronavírus, que derrubou as vendas de combustíveis e as cotações do petróleo no mundo.

Após o reajuste, o litro da gasolina será vendido pelas refinarias da estatal, em média, a R\$ 1,02, voltando ao patamar acima de R\$ 1 pela primeira vez em mais de três semanas. Com o corte antes do reajuste desta quinta, o preço do produto ainda acumu-

**50%**  
é a queda do litro da gasolina nas refinarias em 2020

**13,7%**  
é a queda do litro da gasolina nos postos de combustíveis neste ano

Petrobras, o valor de venda da gasolina em suas refinarias equivale a 18% do preço final do produto — o restante é composto por impostos e margens de distribuidores e revendedores.

O preço do diesel ficará inalterado. Também acompanhando a queda das cotações internacionais do petróleo após o início da pandemia, a Petrobras já reduziu em 38% o valor de venda do combustível em suas refinarias em 2020.

O anúncio de aumento do preço da gasolina ocorre após leve recuperação da cotação internacional do petróleo Brent, referência mundial de preços negociada em Lon-

drão usado pela Petrobras para definir os preços dos combustíveis, também variou para cima nos últimos dias. Nesta quinta (6), o dólar fechou a R\$ 5,70.

Segundo dados do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), a Petrobras estava vendendo a gasolina no país com defasagem em relação ao mercado internacional. Na semana passada, o preço interno estava 4,9% abaixo do praticado no golfo do México, nos Estados Unidos.

A estatal vem tendo dificuldades para desovar seus estoques de gasolina e chegou a consultar distribuidoras de combustíveis sobre a disponibilidade de tanques de arma-

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES

## JUROS

Abril, em % no mês



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Contribuição abril

**Audience, empregador e facultativa**  
Valor mín. R\$ 1.045,5% R\$ 209  
Valor máx. R\$ 1.010,06 20% R\$ 1.230,21

## MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 89,1045,5% R\$ 52,25

## Assalariada

Aliquota

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Aliquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado De 7,5% a 14%		97,04	713,09
Empregador 20%		250,50	1.220,21

De R\$ 1.045,61 a R\$ 2.089,60 9%  
 De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%  
 De R\$ 3.134,41 a R\$ 4.179,20 14%  
 \*O prazo para emissão vence no dia 20 mai e, para pessoas físicas, vence em 15 mai

ve no dia 7 mai. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição de INSS do empregador e da demissão, e FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidente. A contribuição ao INSS da demissão pode ser descontada de seu salário.

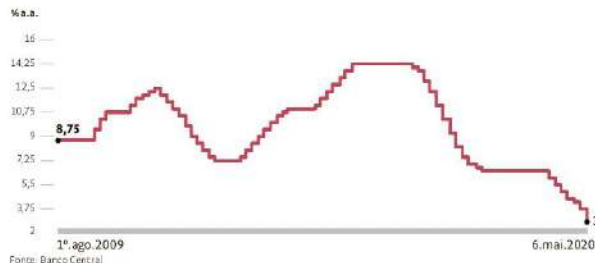
a queda de 50% no consumo depende de políticas comerciais de postos e distribuidoras. Segundo a

res, que chegou nesta semana a bater a casa dos US\$ 30 por barril pela primeira vez depois de um mês. A taxa de câmbio, outro ele-

o repasse da série de cortes de preços ao consumidor, até o momento, foi de 13,7%.

coronavírus mercado

Copom reduz taxa básica de juros para 3% ao ano



# BC surpreende com corte de 0,75 ponto nos juros, para 3%

Copom indica que, com agravamento da crise, promoverá nova redução na mesma magnitude na próxima reunião

Larissa Garcia

**BRASÍLIA** Com a deterioração do cenário econômico por causa do avanço do novo coronavírus no país, o Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central, surpreendeu o mercado nesta quarta-feira (6) com um corte da taxa Selic em 0,75 ponto percentual, para 3% ao ano, nova mínima histórica.

Economistas consultados pela Bloomberg esperavam uma redução menos incisiva, de 0,5 ponto percentual. O comitê indicou novo corte de no máximo 0,75 ponto percentual na próxima reunião "para complementar o grau de estímulo necessário como reação às consequências econômicas da pandemia da Covid-19".

"No entanto, o comitê reconhece que se elevou a variância do seu balanço de riscos e ressalta que novas informações sobre os efeitos da pandemia, assim como uma diminuição das incertezas no âmbito fiscal, serão essenciais para definir seus próximos pas-

sos", diz o comunicado.

Dois membros do Copom ponderaram que, mesmo com a possibilidade de elevação da taxa de juros estrutural, poderia ser oportuno prover todo o estímulo necessário de imediato (com corte maior), com a indicação de manutenção da taxa para a próxima decisão, com o objetivo de reduzir os riscos de descumprimento da meta para a inflação de 2021. O juro estrutural é aquele considerado neutro, que não estimula e nem reduz a atividade econômica.

"Entretanto, foi preponderante a avaliação de que, ante a conjuntura de elevada incerteza doméstica, o espaço remanescente para utilização da política monetária é incerto e pode ser pequeno. Assim, o Copom optou por uma provisão de estímulo mais moderada, com o benefício de acumular mais informação até sua próxima reunião", detalhou a nota do BC.

Além do cenário externo, com maior saída de recursos do mercado, o Copom ressaltou que os in-

dicadores de abril já mostram que a contração da atividade econômica será significativamente superior à prevista na última reunião do Copom.

De acordo com o comunicado, no cenário híbrido, com a taxa de juros a 2,75% a.a. em 2020 e 3,75% em 2021 e o dólar constante a R\$ 5,55, as projeções do Copom para a inflação são de 2,4% para 2020 e 3,4% para 2021.

Já no cenário com taxa de juros constante a 3,75% a.a. e taxa de câmbio constante a R\$ 5,55, as projeções para a inflação são de torno de 2,3% para 2020 e 3,2% para 2021.

Os cenários para a inflação estão incertos para o BC. A autoridade monetária ressaltou que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco na direção da redução de demanda com a pandemia, o que faria o índice de preços recuar.

Por outro lado, a piora da trajetória fiscal — com aumento de gastos públicos e do rombo das contas do governo —, em razão das medidas de enfrentamento à Co-

vid-19, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, poderia levar a um aumento da inflação.

O diretor João Manoel Pinho de Mello não participou da reunião, seguindo orientação da área de gestão de pessoas do BC. Na semana passada, todos os membros do Copom foram testados para Covid-19. O primeiro resultado do diretor foi positivo. No segundo, o resultado foi negativo, mas foi recomendado um terceiro para contraprova.

Entretanto, por não haver tempo hábil para a realização do referido exame, por prudência, Pinho de Mello decidiu não participar das sessões presenciais do Copom, na terça e na quarta.

No comunicado da decisão passada, em março, quando o colegiado optou por reduzir a Selic em 0,5 ponto percentual, o comitê afirmou que considerava adequada a manutenção da taxa em 3,75% ao ano. Na ocasião, a autoridade monetária foi criticada por não responder com mais agressividade ao avanço da crise.

No mercado, já havia análises que esperavam um corte que o BC reduzisse a Selic em pelo menos 0,75 ponto percentual — havia até aposta de redução em 1 ponto.

Nesta semana, o mercado aumentou ainda mais as expectativas para a retração do PIB de 2020, que passou de queda de 3,34% para 3,76%. "Fomos surpreendidos pela magnitude do corte e pelo comunicado, que foi mais completo, claro e direto", disse a economista-chefe da Claritas Investimentos, Marcela Rocha. Para ela, a decisão do BC de fazer o corte gradual foi acertada.

"O BC precisa ganhar tempo para acompanhar desdobramentos fiscais, a contração da atividade [econômica] será significativamente pior e a projeção da inflação não mostra descumprimento da meta, mas, de fato, é preciso tempo para avaliar", pondera. O superintendente de pesquisas macroeconômicas do Santander, Mauricio Oreng, também afirma ter sido adequada a decisão.

"A escolha foi correta, o Copom avisa que vai dar estímulos, mas ganha tempo para observar, o nível de incerteza é muito grande."

Como a queda da Selic impacta as aplicações

**VEJA COMO FICA A RENTABILIDADE DA RENDA FIXA COM SELIC A 3% AO ANO**  
 Levantamento feito pela Yubb, com base na rentabilidade média de cada investimento

**Poupança**  
 Rentabilidade líquida anual cai de **2,63%** para **2,10%**

**Tesouro Selic 2025**  
 Rentabilidade bruta anual cai de **3,78%** para **3,03%**

**Recibos de Depósito Bancário (RDB)**  
 Rentabilidade bruta anual cai de **4,98%** para **3,99%**

**Debênture**  
 Rentabilidade bruta anual cai de **4,95%** para **3,96%**

**Letra Financeira (LF)**  
 Rentabilidade bruta anual cai de **4,84%** para **3,87%**

**LC (Letra de Câmbio)**  
 Rentabilidade bruta anual cai de **4,73%** para **3,79%**

**Debênture Incentivada**  
 Rentabilidade líquida anual cai de **4,62%** para **3,69%**

**CDB (Certificado de Depósito Bancário)**  
 Rentabilidade bruta anual cai de **4,11%** para **3,29%**

**LCI (Letra de Crédito Imobiliário)**  
 Rentabilidade líquida anual cai de **3,80%** para **3,04%**

**LCA (Letra de Crédito do Agronegócio)**  
 Rentabilidade líquida anual cai de **3,66%** para **2,93%**

**DÓLAR E OURO**  
 Dentro da renda variável, o **ouro** e o **dólar** são opções de segurança, já que eles tendem a ter o comportamento inverso do mercado de ações, se valorizando em momentos de aversão a risco. Além disso, o juro mais baixo contribui para a alta do dólar por meio do carry trade — prática de investimento em que o ganho está na diferença do câmbio e do juro.

**BOLSA**  
 Quanto menor o rendimento da renda fixa, maior tende ser o investimento do brasileiro na renda variável, como a **Bolsa**. Especialistas apontam, porém, que, dado a mudança no cenário macroeconômico, a renda variável se torna ainda mais arriscada. Segundo projeções do mercado, o Ibovespa deve terminar o ano na faixa de 90 mil pontos. Nesta quarta (6), fechou a 79 mil pontos. No ano, o índice acumula perda de mais de 30%

• Recomendação é que investidores de perfil conservador e moderado diminuam sua exposição ao risco. Quando o Ibovespa estava em alta, as recomendações de renda variável para esses perfis eram de 10% e 20% da carteira, respectivamente. Hoje, é recomendado no máximo 5% e 15%

**PERFIL DE INVESTIDOR Conservador**  
 Preza estabilidade do investimento. Quer saber qual será o rendimento ao fim do mês, sem arriscar perder dinheiro ou ter surpresas no meio do caminho. No passado, mantinha toda a carteira em renda fixa, mas, com a queda da rentabilidade, analistas recomendam uma pequena alocação em fundos multimercado e ações

**Moderado**  
 Aceita mais oscilações nos investimentos, especialmente a longo prazo, mas também preza a garantia do retorno. Sua carteira é mais diversificada, com maior exposição para a renda variável

**Arrojado**  
 Está mais disposto a correr risco em nome do retorno maior. Tem mais tranquilidade para lidar com oscilações bruscas do mercado de renda variável

**Agressivo**  
 Não tem medo de perder em algumas aplicações para ganhar em outras. Tem sangue-frio para aguentar o tranco de queda brusca de ações

**Distribuição dos investimentos recomendada por especialistas, de acordo com o perfil do investidor**



# Dólar sobe 2% e vai a R\$ 5,70, novo recorde

Júlia Moura

**SÃO PAULO** O dólar segue renovando o seu recorde nominal (sem contar a inflação). Nesta quarta-feira (6), a moeda disparou 2% e fechou a ineditos R\$ 5,7040.

Além da força internacional do dólar na sessão, especialistas apontam que o re-

baixamento da perspectiva de estímulos para negativa da nota de crédito do Brasil pela agência de classificação de risco Fitch e a expectativa de corte na Selic pelo Banco Central, que ocorreria depois do fechamento do mercado, pesam na desvalorização do real.

Segundo a Fitch, a alteração se deve aos problemas econô-

micos gerados pela pandemia de coronavírus e ao agravamento da crise política.

Atualmente a nota do Brasil é BB-, grau de risco semelhante ao de países como Uruguai e Guatemala.

"O rebaixamento da Fitch abre espaço para um possível downgrade do Brasil no futuro", diz Lucas Carvalho, ana-

lista da Toro Investimentos.

Nesta quarta, a divisa brasileira foi a segunda que mais se desvalorizou no mundo, o real é a que mais perde valor entre o dólar, com queda de 42%.

O Ibovespa fechou em queda de 0,5% a 79 mil pontos, pressionado pela queda dos índices Dow Jones e S&P 500. Com Reuters.



Vem com



O banco completo e grátis onde seu dinheiro rende 10% a mais que a poupança.

- ✓ Aceita todas as bandeiras
- ✓ Vem com banco e cartão internacional totalmente grátis
- ✓ Frete grátis
- ✓ Venda com link de pagamento pelas redes sociais (Instagram, WhatsApp, Facebook e Twitter)



Peça já, acesse ou ligue: **PAGSEGURO.COM.BR**  
**4003-6624**  
 Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

## mercado coronavírus

# 51% das classes D e E perderam metade ou mais de sua renda

24% do segmento diz ter ficado sem receber nada em 2 meses, aponta pesquisa

Eliane Trindade e Giovanna Reis

**SÃO PAULO** Nos últimos dois meses, 51% dos brasileiros das classes D e E, com renda per capita de até R\$ 500, perderam metade ou mais de suas rendas, em um contingente de 58 milhões de pessoas. Entre elas, 24% declararam ter ficado sem receber nenhuma durante a pandemia, realidade que já afetaria mais de 13 milhões de brasileiros que integram a base da pirâmide socioeconômica país.

Os dados são de pesquisa realizada entre 20 e 21 de abril pela Plano CDE, consultoria especializada em projetos sociais e políticas públicas.

O estudo ouviu mil pessoas de todas as classes sociais e regiões para mensurar os impactos econômicos do isolamento social, medida de prevenção ao novo coronavírus.

"A crise acentua as desigualdades de classe e também regionais. Pega mais as classes C, D e E, que têm mais gente com renda variável, e afeta muito mais o Norte e o Nordeste", afirma Maurício Prado, diretor-executivo da Plano CDE.

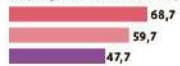
Segundo o administrador e mestre em antropologia pela College London, a desigualdade também se evidencia em perdas mais significativas nas classes D e E, que correspondem a 28% da população brasileira. "É onde se registra

## Renda dos mais pobres é a mais afetada na pandemia

Em % Classes A e B (renda per capita acima de R\$ 2.000) Classe C (renda per capita entre R\$ 500 e R\$ 2.000) Classes D e E (renda per capita de até R\$ 500)

### Efeito da crise na renda

Renda familiar não mudou ou mudou pouco (continua ganhando mais que a metade do que ganhava antes da crise)



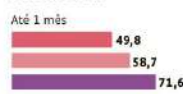
### Renda familiar foi zerada ou diminuiu mais que a metade



### Renda familiar aumentou



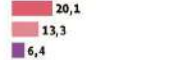
### Tempo que conseguiria sobreviver com a poupança durante a crise



### 2 a 3 meses



### 4 meses ou mais



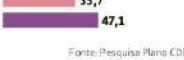
### Endividamento na crise



### Não mudou a situação de dívidas



### Com mais dívidas do que em fevereiro



Fonte: Pesquisa Plano CDE

### a maior informalidade.

Entre os 100 milhões de brasileiros que se enquadram na classe C, com renda per capita entre R\$ 500 e R\$ 2.000, 10% dos entrevistados disseram ter ficado sem rendimentos e 29% relataram redução de metade ou mais nos ganhos.

É o caso da diarista de aplicativo Andriela da Silva, 32. Com o isolamento, ela foi obrigada a parar de trabalhar, levando a renda familiar a uma queda de quase 70%. A família de quatro pessoas está so-

brevivendo à pandemia com o salário do marido de Andriela, "mil e pouco reais", mais o auxílio emergencial de R\$ 600 oferecido pelo governo.

"Se eu não trabalho, eu não ganho", afirma a diarista. "Então fica deste jeito: sem receber nada, gastando o pouco que eu já tinha. Não sei o que vai ser da gente daqui a uns meses, só Deus na causa."

Já nas classes A e B não houve alteração na renda para um terço dos entrevistados. Outros 30% dos brasileiros que

ganham acima de R\$ 2.000 por capita declararam que seus rendimentos caíram menos da metade. "Nas classes A e B, além de as rendas serem muito melhores, elas são mais seguras", avalia Prado.

Para 3% dos brasileiros das classes mais abastadas a pandemia representou aumento de ganhos. "É tem esse percentual que faz dinheiro com a crise", diz o antropólogo.

Com margem de erro de 3,1 pontos percentuais e índice de 95% de confiança, o levanta-

mento revela ainda a baixa capacidade de poupança no país, razão pela qual a maior parte da população, de todas as classes sociais, atrasou dívidas.

Mais de 70% das famílias de baixa renda não dispõem de reserva para um mês de crise. Enquanto nas classes A e B 20% informaram ter poupança suficiente para enfrentar mais de quatro meses sem receber.

A maior parte dos brasileiros atrasou o pagamento de alguma conta entre março e abril, segundo a pesquisa.

Ao questionar a situação de dívidas em relação a fevereiro, último mês antes de medidas de isolamento social imposto pela Covid-19, 47% dos integrantes das classes D e E disseram ter se endividado, 43% deixaram de pagar água ou luz e 22% atrasaram o aluguel.

Andriela não pagou as mensalidades do curso de inglês da filha nos últimos dois meses. Além disso, tem uma fatura de cartão em aberto no nome de uma tia, a quem planeja reembolsar depois.

Chamam a atenção na classe C os 23% que deixaram de pagar a fatura do cartão de crédito. "É preocupante por ser uma parcela vulnerável que está se endividando e com crédito caro", afirma Prado.

Já 42% das classes A e B afirmaram não ter atrasado nenhum pagamento nem ter necessitado de dinheiro emprestado no período.

A grande maioria das famílias mais necessitadas não havia recebido nenhuma ajuda financeira até meados de abril, aponta a pesquisa.

Público-alvo da ajuda emergencial de R\$ 600 que começa a ser paga pelo governo, 52% dos brasileiros das classes D e E disseram não ter recebido nenhum tipo de apoio até o momento da pesquisa.

A exceção são os beneficiários do Bolsa Família. Graças aos R\$ 1.200 que recebe do programa por ser mãe de dois, Greicy Delgado, 33, afirma estar "tranquila por enquanto". Ainda que seu salário tenha sido reduzido à metade — passou a receber R\$ 700 —, a empregada doméstica conta com a bolsa-merenda de R\$ 55 por filho, cesta básica e pensão do ex-marido, que continua trabalhando.

"O Bolsa Família ajuda bastante. Os gastos aumentaram, porque as crianças estão ficando mais tempo em casa, mas eu estou estável por enquanto", afirma Greicy.

Enquanto aguardavam a primeira parcela do auxílio governamental, 30% das famílias de baixa renda relatam algum apoio de familiares, 10%, de vizinhos, 8%, de líder comunitário, 6%, de igrejas, e 4%, de ONGs.

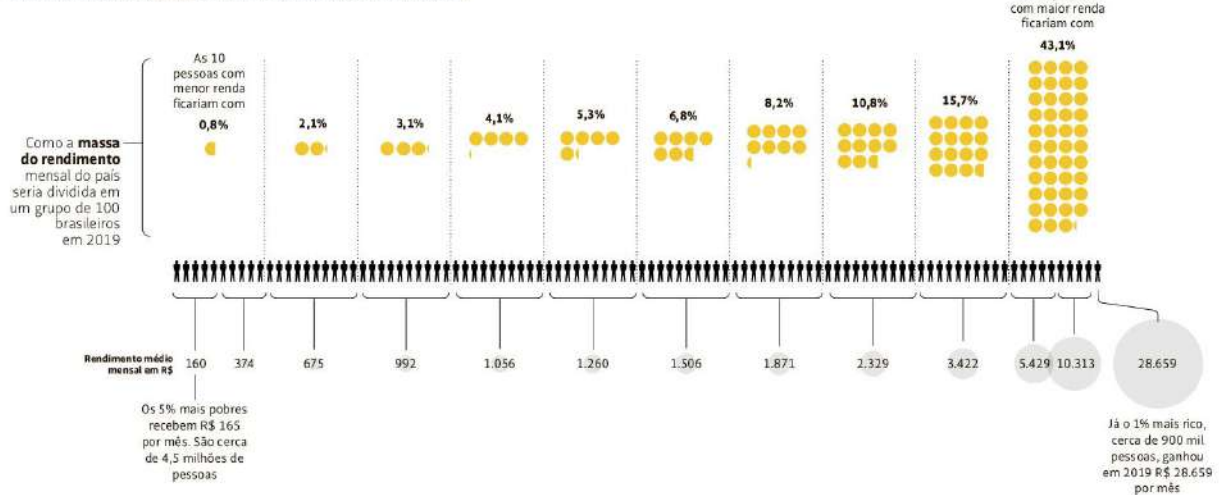
Segundo o diretor do Plano CDE, mesmo com o recorde histórico de doações e toda a mobilização do terceiro setor, o apoio da filantropia ainda é insuficiente.

"Essas famílias normalmente contam com amigos, vizinhos, familiares e igreja como uma forma de seguro para emergências. Só que agora estão todos juntos na crise. Em uma situação de pandemia, eles não têm outro ativo que não seja doação de dinheiro ou estas básicas", afirma.

A situação também é dramática entre famílias de classe C, que estão fora dos critérios de programas sociais, como o Bolsa Família.

"Elas estão mais descobertas que as classes D e E. Não estão cadastradas pelo governo e, se tentarem agora, não serão aprovadas para a ajuda emergencial, pois estão numa faixa de renda acima do critério estabelecido", afirma o diretor do Plano CDE.

## 1% mais rico ganhou 33,7 vezes a média da metade mais pobre



## Desigualdade de ganhos para de subir, mas se mantém em nível alto

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Pesquisa divulgada nesta quarta (6) pelo IBGE mostra que a desigualdade de renda no país parou de crescer após três anos seguidos de alta. Mas estagnou nos maiores patamares da série histórica, iniciada em 2012.

Com a queda do desemprego para 11% no ano passado, aumentou em 2019 a fatia da população que tinha algum tipo de rendimento. A melhora no cenário, porém, foi acompanhada de uma explosão na informalidade, que atingiu o maior nível desde 2016.

De acordo com o IBGE, 2,4 milhões de brasileiros passaram a ter algum rendimento

R\$ 2.317 no ano anterior.

O estudo mostra que a metade mais pobre da população vive com uma renda média de R\$ 850 por mês. Os 5% mais pobres, ou cerca de 4,5 milhões de pessoas, recebem R\$ 165, em média, por mês.

Já o 1% mais rico, cerca de 900 mil pessoas, ganhou R\$ 28.659 por mês. O valor equivale a 33,7 vezes a média da metade mais pobre.

Em 2015, ano de menor desigualdade desde o início da série histórica em 2012, a diferença foi de 30,5 vezes. O índice de Gini do rendimento do trabalho ficou em 0,509, mesmo patamar de 2018 e pouco acima do 0,508 de 2012.

Segundo o IBGE, o aumen-

talidade na renda do trabalho do país. O IBGE, porém, não avaliou os motivos da alta.

A massa real de rendimentos, que soma as rendas mensais de todos brasileiros, foi de R\$ 213,4 bilhões em 2019. O valor é 2,2% maior que o verificado em 2018, refletindo o aumento no número de pessoas com renda mensal. Desse total, 43,1% ficaram nas mãos dos 10% mais ricos, valor praticamente estável ante 2018.

Já os 10% mais pobres ficaram com 0,8% da massa de rendimento mensal domiciliar per capita no país.

Considerando outras fontes de renda, como aposentadorias, aluguéis, pensões alimentícias e mesadas, o ren-

ta de renda do trabalho do país. O IBGE, porém, não avaliou os motivos da alta. A massa real de rendimentos, que soma as rendas mensais de todos brasileiros, foi de R\$ 213,4 bilhões em 2019. O valor é 2,2% maior que o verificado em 2018, refletindo o aumento no número de pessoas com renda mensal. Desse total, 43,1% ficaram nas mãos dos 10% mais ricos, valor praticamente estável ante 2018.

### Aumenta diferença salarial entre brancos e pretos, diz IBGE

A diferença de rendimentos entre trabalhadores brancos e pretos aumentou em 2019, atingindo o maior patamar desde 2016, segundo o IBGE.

da pesquisa, iniciada em 2012, perdendo apenas para 2016.

Os trabalhadores que se declararam pardos tiveram em 2019 renda média de R\$ 1.719 por mês. O valor equivale a 57,3% do rendimento médio dos brancos. Nesse caso, porém, a diferença se mantém praticamente estável nos últimos anos, após queda em 2016.

Em 2019, os trabalhadores pretos representavam 10,4% da população ocupada no país. A fatia vem crescendo ao longo dos últimos anos, desde os 8,1% verificados em 2012. Os brancos são 44,8% da população ocupada, que somou 92 milhões de pessoas em 2019.

A pesquisa do IBGE mostrou que permanece grande

mentos entre gêneros no país. No ano passado, a renda média das mulheres foi de R\$ 1.985, enquanto a dos homens foi de R\$ 2.555.

Isto é, a renda média das mulheres era equivalente a 77,7% da dos homens. A diferença é maior que os 78,8% de 2018, mas mostra evolução em relação aos 73,6% de 2012.

As mulheres representavam 43,2% da população ocupada em 2019, evolução em relação aos 41,6% de 2012.

A pesquisa também mostrou que cresceu o número de domicílios brasileiros com esgotamento sanitário ou fossa séptica ligada a rede no país. A alta se deu principalmente no Norte e no Centro-Oeste.





Enfermeira do Instituto de Infectologia Emilio Ribas, observa paciente com coronavírus na UTI. Eduardo Anzellini / Folhapress

## Quatro estados e oito capitais têm 90% das UTIs ocupadas

PE, RJ, CE e RR têm situação mais crítica; cenário é mais ameno no Centro-Oeste

**SALVADOR, RIO DE JANEIRO E RIBEIRÃO PRETO** Ao menos quatro estados brasileiros já têm mais de 90% dos leitos de terapia intensiva destinados a pacientes com Covid-19 ocupados. Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Roraima são os que vivem situação mais grave, com taxas de ocupação de vagas de UTI estaduais que variavam entre 100% e 93% na segunda (4) —o número muda diariamente, conforme a liberação de leitos por alta médica e mortes.

Um dos primeiros a registrar colapso no sistema de atendimento a pacientes graves, o Amazonas continua em situação crítica, apesar do recente apoio do governo federal.

O governo informou que 87% dos 171 leitos de UTI estão ocupados, mas relatos de profissionais de saúde indicam que as UTIs da rede estadual em Manaus, a única cidade do estado com esse serviço, estão trabalhando na capacidade máxima.

O hospital de referência Delphina Aziz está cheio desde 10 de abril. De lá para cá, o governo do estado e a prefeitura da capital abriram um hospital de retaguarda e um de campanha, respectivamente.

Nesta semana, o estado recebeu 267 profissionais de saúde contratados pelo Ministério de Saúde. Funcionários do Delphina, porém, dizem que o principal gargalo lá é a falta de respiradores.

Entre as capitais, já são oito as com índice acima de 90%. Além de Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza e Boa Vista,

as cidades de São Luís, Belém e São Paulo estão próximas de um colapso para o atendimento de pacientes graves.

O cenário de escalada da doença fez as prefeituras de Belém, São Luís e Fortaleza adotarem nesta semana medidas mais rígidas de isolamento social, com o bloqueio total de atividades não essenciais.

O RJ, que já registra filas para ocupação dos leitos há duas semanas, tinha 97% dos leitos estaduais de UTI para Covid ocupados nesta segunda. Restavam no estado apenas 12 das 399 vagas disponíveis. Elas estão em dois hospitais: um fica na cidade de Volta Redonda e já recebe pacientes da capital. O outro fica no Leblon, na zona sul carioca, e é o único hospital de campanha estadual inaugurado até agora —com 42 dos 100 leitos de UTI previstos.

O governador Wilson Witzel (PSC) prometeu criar dez desses hospitais temporários até o fim de abril, com 900 vagas de UTI, mas eles estão atrasados. Enquanto isso, a fila por leitos de cuidado intensivo se acumula, e pacientes aguardam por dias em unidades inadequadas. Eram 363 pessoas à espera de transferência no estado na segunda (4).

Em Pernambuco, com ocupação em 98%, já há filas com mais de cem pacientes aguardando por vaga de UTI. O Pará, que na semana passada teve mais de 90% dos leitos de terapia intensiva ocupados, reduziu a ocupação para 84% com a abertura de novos leitos.

### Quatro estados têm ocupação acima de 90% dos leitos de UTI para Covid-19

Estado	Ocupação (em %)	Leitos de UTI estaduais para a doença em 4. mai
RR	100	14
PE	98	435
RJ	97	399
CE	90	473
AM*	87	171
PA*	84	640
MA	74	242
SP	69	5.017
RS*	67	1.713
MG*	64	2.331
ES*	61	355
BA	58	333
AL*	51	140
PB	49	179
SE	47	32
GO	42	45
RN	41	119
RO	40	78
PI	34	188
DF	34	172
TO	31	32
PR	29	574
AC	24	38
SC	17	498
MT*	6	98
MS	1	152
AP	Não informado	Não informado

\*AM, Profissionais de saúde dizem que a ocupação das UTIs é total; PA, Total de leitos no estado, governo não informou número de leitos específicos para Covid-19; PE, SUS e privado; O estado não informou separadamente; MG, Total de leitos na rede estadual, não apenas para Covid-19; ES, inclui leitos privados contratados pelo estado; A, SUS e privado; O estado não informou separadamente; MT, Correlaciona leitos SUS, incluindo hospitais federais e municipais. Fonte: governos estaduais

Já em Roraima, o hospital geral do estado está com lotação máxima em sua UTI destinada ao tratamento da Covid-19. Até a última semana, eram 10 vagas no local, que foram ampliadas para 14. Nesta segunda-feira, havia 14 pacientes na UTI, segundo a pasta.

Enquanto o país vive escalada dos casos graves de Covid-19, parte dos estados reduziu o ritmo de abertura de leitos de terapia intensiva na última semana. A falta de respiradores é o principal entrave.

São Paulo, por exemplo, aguarda esses equipamentos para disponibilizar, gradativamente, mais 1.800 leitos. Segundo o secretário estadual de Saúde, José Henrique Germann, respiradores devem chegar a partir desta quinta (7) e serão instalados nos hospitais da região metropolitana.

O estado está com ocupação de 69% dos 5.017 leitos de UTI destinados ao tratamento da Covid-19, mas a situação é mais crítica na Grande São Paulo, onde o índice está perto de 90%. Na segunda, os internados em unidades de terapia intensiva devido à doença já chegavam a 3.457.

No Ceará, que tinha ocupação de 93% no estado e 97% na capital, o governo espera a chegada de 700 respiradores comprados de fornecedor da China. O governador Camilo Santana (PT) informou que o primeiro lote com 200 equipamentos deve ser recebido ainda nesta semana.

A Bahia, que chegou a ter carga de 300 respiradores confiscada nos EUA, aguarda 500 novos para ampliar a rede de atendimento. O hospital de campanha no estádio da Fonte Nova, por exemplo, deve ter as obras concluídas na segunda (11), mas não poderá funcionar sem os equipamentos.

Ao todo, os estados abriram pelo menos 980 leitos de UTI na última semana para casos de Covid-19. Na maioria, contudo, foram adotadas estratégias como o remanejamento de vagas dentro da própria rede hospitalar e a incorporação de leitos privados.

Outras regiões já começam a preocupar com ocupação acima de 60%, como Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Minas Gerais informou taxa de 64%, mas não faz separação dos leitos comuns e dos leitos destinados a pacientes com o vírus.

A Bahia tem 58% dos leitos de UTI ocupados, porém em Salvador a estimativa é que as UTIs fiquem lotadas em dez dias, caso não haja expansão da rede de atendimento.

Nos demais estados, a ocupação está abaixo de 50%, mas houve rápido crescimento do número de pacientes graves comparado à semana passada.

No Paraná, que nos últimos dias atingiu a marca de 1.500 casos e 99 mortes, a taxa de ocupação passou de 15% para 29% em uma semana. Já Tocantins viu salto de 10% para 31% no mesmo período —o estado tem 10 dos 32 leitos de terapia intensiva ocupados, com a possibilidade de acréscimo de 72 vagas.

Estados do Centro-Oeste têm um cenário mais tranquilo.

Em Goiás a ocupação dos leitos de UTI praticamente se manteve na última semana: das 45 vagas disponíveis no hospital de campanha em Goiânia e no Hospital de Urgências em Anápolis, 19 estão preenchidas na segunda, ante 18 na semana anterior.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também permanecem em situação mais confortável. O primeiro avançou de 14 vagas para 98 em uma semana, e o segundo só tem 2 das 152 UTIs públicas para Covid ocupadas. João Pedro Pitombo, Júlia Barbon, Marcelo Toledo, Fábio Maisonnave, Fernanda Canofre, Katna Baran, Patrícia Pasquini, Diego Garcia, Ana Luíza Albuquerque, Paula Sperber, João Valadares, Úrsula Passos e Renato Onofre

### Pacientes esperam mais de uma semana por vaga de UTI em PE

João Valadares

**RECIFE** A fila de espera por vaga de UTI para pacientes com síndrome respiratória aguda grave, um dos principais indicadores de contaminação pelo vírus, cresceu 27,4% em seis dias em Pernambuco.

Dados desta segunda (4) apontam que 256 doentes aguardam vaga enquanto são atendidos nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e emergências. Na quarta-feira da semana passada (29), eram 186 pacientes na espera.

A Folha teve acesso aos dados da central de regulação de leitos de Pernambuco. Um paciente de 60 anos espera uma transferência desde 23 de abril. Até esta segunda, ele estava internado no Hospital da Polícia Militar de Pernambuco.

No hospital Belarmino Correia, em Goiânia, na região metropolitana do Recife, um paciente de 82 anos esperava, até segunda, vaga em UTI desde 29 de abril. Na mesma unidade, outros três doentes aguardavam transferência desde 1º de maio e desde o dia 3 (dois).

Oposseado José Ladislau Filho, 74, morreu na UPA de Igarassu, na região metropolitana do Recife, no domingo (3).

O filho dele, o comerciante Thiago Ladislau, disse que o pai esperou uma semana por leito de UTI. Na UPA, ele conseguiu respirador. "Quando chegamos à UPA, ele foi entubado. Somos informados que ele tinha síndrome respiratória, mas não saiu o resultado da Covid-19. Meu pai sempre controlou a hipertensão e a diabetes. Morreu sem conseguir ir para a UTI", diz Thiago.

Pernambuco tem 9.881 casos confirmados e 803 mortes em decorrência da Covid-19. Nas últimas 24 h, foram registrados 54 óbitos e 556 novos testes positivos para a doença.

A Secretária de Saúde não informa o tamanho da fila de UTI. Só diz que houve aumento de 400% nas internações por Covid-19. E que 99% dos 437 leitos de UTI da rede estadual estão ocupados.

## Com 615 novas mortes, Brasil se torna o sexto com mais óbitos no mundo

**BRASÍLIA** Dados do Ministério da Saúde desta quarta (6) mostram que o Brasil bateu um novo recorde de mortes por coronavírus registradas em um dia, com 615 novos óbitos, e se tornou o sexto país com mais óbitos no mundo, segundo a Universidade Johns Hopkins (EUA), que monitora dados da pandemia.

Com 8.536 mortes, o Brasil ultrapassou a Bélgica, que tem 8.339. Também houve 10.503 novos casos confirma-

Segundo especialistas, os números reais devem ser maiores, já que há baixa oferta de testes no país e subnotificação. Atualmente, o país tem 1.643 mortes em investigação.

Questionado sobre se o recorde indica uma necessidade de reforço em orientações de isolamento, o ministro da Saúde, Nelson Teich, admitiu que há uma tendência de aumento na curva e defendeu reforço em "medidas de cuidado", sem, contudo, citar exemplos,

com a sociedade falando dos cuidados", afirmou. Apesar de reconhecer o aumento, Teich voltou a defender que sejam analisados os cenários regionais, e não uma "média Brasil". Segundo o ministro, as orientações devem variar por região.

A pasta tem aumentado a divulgação de outros dados tidos como positivos, como a estimativa de recuperados. Até esta quarta, eram 51.370, o equivalente a 41% do total.

Janeiro, com 13.295 já confirmados e 1.205 mortes.

Já quando analisados os dados de incidência da Covid-19, indicador que abrange o total de casos pela população, outros estados passam à frente. São eles Amapá, Amazonas, Roraima, Ceará, Pernambuco, Acre e Espírito Santo.

Ao comentar os números, Teich apenas citou que a pasta iria reforçar "medidas de cuidado", mas mais cedo o ministro admitiu a possibilidade de que o governo recomende o chamado lockdown (confinamento radical) para cidades que estejam enfrentando uma transmissão mais grave do coronavírus. O ministro

## AM registra 1.134 casos em 1 dia, e Assembleia quer reabrir igrejas

**MANAUS** Por 13 votos a 2, a Assembleia Legislativa do Amazonas aprovou nesta quarta-feira (6) um projeto de lei que permite a celebração de missas e cultos durante a pandemia de Covid-19. A votação aconteceu no dia em que o estado registrou, pela primeira vez, mais de 1.000 casos novos de Covid-19, que já passam de 9.000.

Esta lei estabelece as igrejas e templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública em todo Es-

trados mais 1.134 casos de Covid-19 no estado e 102 mortes. O Amazonas acumula 9.243 casos confirmados, com 751 mortes em decorrência da doença.

O autor da proposta é o deputado estadual e pastor da Igreja Universal do Reino de Deus João Luiz (Republicanos), recém-saído da UTI após problemas renais e afastado por licença médica.

O projeto vai agora para a sanção do governador Wilson Lima (PSC), que enfrenta um processo de impecha-



dos — o total é de 125.218. Os cinco países com mais mortos são EUA (72.617), Reino Unido (30.150), Itália (29.684), Espanha (25.613) e França (25.538).

“Sobre as mortes, a curva não está caindo e vamos ter que prestar atenção nisso e intensificar um pouco mais a nossa comunicação

Epicentro da crise, São Paulo tem 37.853 registros da doença e 3.045 mortes. Depois de São Paulo, o estado com maior número de casos é o Rio de

também afirmou que o plano para o isolamento social trará diretrizes regionalizadas. **Natália Cancian, Paulo Saldaña e Ricardo Della Coletta**

tado do Amazonas, sendo vedada a determinação de fechamento total de tais locais”, afirma o projeto. Nesta quarta, foram re-

ment na Assembleia, acusada de má gestão da saúde. Se a proposta for vetada, volta para o Parlamento para nova votação. **Fabiano Maisonnave**

## saúde coronavírus



## INTERVENÇÃO NO METRÔ SUMARÉ, EM SÃO PAULO

Máscaras coloridas foram colocadas sobre os retratos que decoram a estação da linha 2-verde do metrô paulistano, do artista Alex Flemming, para incentivar o uso de proteção. Nelson Almeida/ATP

## Regiões de SP com mais casos não terão reabertura no dia 11

Capital, Campinas e Baixada Santista não devem ter relaxamento da quarentena

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O governo de São Paulo está classificando regiões do estado como zona vermelha (maior risco), amarela (risco elevado) e verde (menor risco) para determinar o ritmo da flexibilização do isolamento social, que deve ocorrer a partir do dia 11 de maio. Segundo o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, as áreas metropolitanas de São Paulo, de Campinas e da Baixada Santista serão classificadas como regiões vermelhas. Nelas, é pouco provável que se autorize qualquer abertura gradual a partir da semana que vem.

"Em última instância, o comitê de especialistas, a ciência, é que vai decidir", disse Vinholi, referindo-se aos 12 especialistas do centro de contingência da Covid-19, liderado pelo infectologista David Uip, que vai anunciar as mudanças na quarentena nesta sexta (8), ao lado do governador João Dória. "Mas na zona vermelha, é muito improvável haver flexibilização", disse.

Segundo Vinholi, os dados são inquestionáveis. "Esses locais passam por grande aceleração no número de contaminações, baixa taxa de isolamento social e grande parcela da população faz parte do grupo de risco", disse.

Na região amarela, onde o risco é um pouco mais baixo, estariam as regiões do Vale

do Paraíba, Sorocaba, Piracicaba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, mais distantes da capital, e lá pode haver algum tipo de flexibilização. Já as regiões na zona verde, que teriam risco um pouco menor e poderiam ter algum tipo de flexibilização, só serão anunciadas pelo centro de contingência na sexta (8). Talvez nenhuma região se encaixe nessa classificação.

"A situação é muito preocupante no interior do estado, há um avanço significativo da doença, o número de casos está crescendo quatro vezes mais do que na região metropolitana", diz Vinholi. "Há 45 dias, só 10 cidades paulistas haviam registrado casos; agora, são 354", completa.

O secretário aponta que, nos EUA, só houve flexibilização de isolamento depois de 14 dias seguidos de queda no número de contaminações pela Covid-19 e, na Nova Zelândia, após 18 dias. "Nenhuma região do estado tem queda no número de casos".

Em entrevista à Folha, o prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB), cobrou empatia de Dória em relação à população que está sofrendo por causa das consequências econômicas. Prefeito da maior cidade do interior paulista, ele afirmou que espera que o governador confie mais na avaliação dos prefeitos do estado e anuncie na sexta-feira o início da flexibilização

sobre saúde e podem adotar medidas para impedir o avanço do novo coronavírus.

O ministro Nelson Teich (Saúde) admitiu nesta quarta-feira (6) que o governo federal deve recomendar o chamado "lockdown" (confinamento radical) para cidades que estejam com índice de transmissão mais alto do novo coronavírus e afirmou que o plano do ministério para o isolamento social trará diretrizes regionalizadas. "O importante é colocar que quando a gente fala em isolamento e distanciamento existem vários níveis. É importante que a gente entenda que

—o contrário, diz, será difícil manter o isolamento, porque a população já está esgotada.

Segundo Vinholi, só existem dois métodos comprovadamente eficazes no combate à Covid-19 —isolamento social e uso de máscaras. "Em 22 de março, São Paulo respondia por 67% dos casos do país; hoje, por menos de 35%, graças ao isolamento", diz. O uso de máscara passará a ser obrigatório em áreas públicas em todo o estado a partir desta quinta-feira (7).

### Teich admite defender 'lockdown' em locais com mais transmissão

Natália Cancian e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O ministro Nelson Teich (Saúde) admitiu nesta quarta-feira (6) que o governo federal deve recomendar o chamado "lockdown" (confinamento radical) para cidades que estejam com índice de transmissão mais alto do novo coronavírus e afirmou que o plano do ministério para o isolamento social trará diretrizes regionalizadas.

"O importante é colocar que quando a gente fala em isolamento e distanciamento existem vários níveis. É importante que a gente entenda que

não existe uma defesa do isolamento ou não isolamento. Vai ter sempre medidas simples até o lockdown. O que é importante é que cada lugar vai ter sua necessidade", declarou o ministro, durante coletiva no Palácio do Planalto.

Segundo o ministro, as diretrizes para o tema estão em análise na pasta e devem ser divulgadas no momento oportuno, mediante coordenação com as autoridades sanitárias com estados e municípios. "Vai ter lugar que vamos recomendar o 'lockdown' e vai ter lugar em que existe uma situação que permite tentar alguma coisa", acrescentou, afirmando que, em locais em que houver menor incidência da Covid-19, serão propostas ações de flexibilização.

Ele citou como exemplo experiências em outros países, onde trabalhadores que seguem indo a seus postos de trabalho passam por testes de temperatura e de oxigenação antes de iniciar o expediente.

Teich também defendeu que o debate sobre isolamento não se transforme numa luta política. "Peço que a gente não transforme uma política que tem que ser desenhada para flexibilizar o dia a dia das pessoas como uma disputa política e um tudo ou nada".

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) é um crítico das políticas de isolamento social, tem promovido aglomerações em frente ao Palácio

do Planalto e pregado que governadores flexibilizem suas ações de distanciamento.

Teich também afirmou que o ministério promoverá campanhas publicitárias sobre cuidados de prevenção da Covid-19 e isolamento social, conforme disseram secretários estaduais de saúde após teleconferência com o titular da pasta. Ele disse, no entanto, que as campanhas precisarão ser direcionadas para a realidade de cada localidade.

O ministro também criticou o que chamou de "tomada" de leitos de UTI da rede privada para o SUS (Sistema Único de Saúde) para o tratamento de casos do novo coronavírus. Ele defendeu que a cessão de leitos do sistema suplementar, quando necessária, ocorra mediante cooperação e negociação dos hospitais particulares com os gestores públicos.

"A gente tem que ser eficiente o bastante para que o SUS seja capaz de enfrentar [a crise da Covid-19]. E caso chegue no limite, conversar com a iniciativa privada e descobrir uma forma de trazer a saúde suplementar para fazer parte da solução do SUS como uma cooperação, e não como uma tomada", declarou.

Com a falta de leitos de UTI na rede pública, hospitais privados em alguns pontos do país têm sido obrigados pela Justiça a abrir vagas para o SUS sem qualquer remuneração.

Diante disso, redes particulares em vários estados passaram a inventariar rapidamente os leitos de UTI ainda disponíveis para oferecê-los em negociação ao setor público.

Oriundo da rede privada, Teich tem recebido críticas por demonstrar em discursos preocupação com a situação financeira do serviço de saúde particular em um momento em que cresce a ocupação de leitos do SUS.

## Governo amplia presença militar na pasta da Saúde

Natália Cancian e Talita Fernandes

BRASÍLIA Após a indicação do general Eduardo Pazuello para ocupar o posto de nº 2 do Ministério da Saúde, o governo de Jair Bolsonaro vem ampliando a participação de militares na pasta.

Nesta quarta (6), o ministro Nelson Teich nomeou mais cinco nomes de origem militar para cargos de coordenação e direção na pasta.

Eles devem assumir funções na secretaria-executiva, sob comando de Pazuello. As nomeações foram publicadas em edição extra no Diário Oficial da União.

Entre elas está a de Paulo Guilherme Ribeiro Fernandes, tenente-coronel do Exército, que será coordenador geral de planejamento.

Também foram nomeados Reginaldo Ramos Machado, para diretor do departamento de gestão interfederativa e participativa, e Jorge Luiz Kormann, como diretor. Ambos têm histórico de formação militar.

Outros dois nomes são Marcelo Blanco da Costa, ligado ao Exército e que deve assumir como assessor do Departamento de Logística em Saúde, área responsável por compras na pasta, e Emanuela Almeida Silva, que será coordenadora de pagamento de pessoal e contratos administrativos.

As nomeações ocorreram uma semana após Pazuello ser oficializado como secretário-executivo. Ex-coordenador da Operação Acolhida, o general teve seu nome indicado por outros ministros gerais e teve o comitê formalizado por Bolsonaro.

Em 30 de abril, foi publicada a nomeação do coronel do Exército Antonio Elcio Franco Filho como secretário-executivo adjunto de Pazuello.

O coronel foi secretário estadual de Saúde de Roraima entre abril e junho de 2019, na gestão de Antonio Denarium (PSL), um dos principais aliados de Bolsonaro. Ele tem graduação e mestrado em ciências militares.

Sobre as nomeações da última semana, Teich disse que já tinha definição sobre a equipe, mas aguardava chancela do governo. Até agora, só mais um secretário foi confirmado: o médico e biólogo Antônio Carlos Campos de Carvalho, que deve ocupar o secretário de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde.

Devem ser mantidos a secretaria de gestão em trabalho na saúde, Mayra Pinheiro, que confirma a permanência, e o atual secretário especial de saúde indígena, o coronel da reserva do Exército Robson Santos da Silva —a reportagem não conseguiu contato com Silva.

## STF libera controle de circulação a estados e municípios

Matheus Teixeira

BRASÍLIA Em nova derrota para o presidente Jair Bolsonaro, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, nesta quarta (6), que estados e municípios têm competência para adotar medidas de restrição de transporte de pessoas e mercadorias fim de evitar o avanço do novo coronavírus.

Os ministros sustentaram o trecho da medida provisória que exigia a aval do Executivo federal e da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para que prefeitos e governadores restringissem

sobre saúde e podem adotar medidas para impedir o avanço do novo coronavírus.

O ministro Gilmar Mendes lembrou, ainda, que a Constituição define que cabe a prefeitos e governadores a exploração e a regulamentação de transporte público interestadual e intermunicipal. Já Alexandre de Moraes disse que a cabe à União adotar medidas para impedir o desabastecimento ou acelerar a chegada de medicamentos em determinadas regiões porque, nesse caso, iria prevalecer o interesse nacional.

Ele ponderou, no entanto,

medida de interesse geral, a União pode atuar, mas não pode excluir os estados e os municípios" afirmou. "Ninguém tem o monopólio no combate à pandemia". "Obviamente, municípios e estados não são repúblicas autônomas, não podem fechar suas fronteiras e não deixar ninguém sair e ninguém entrar. Assim como o Estado não pode fechar suas fronteiras", disse Moraes. "Enquanto estes federativos continuarem brigando judicialmente ou pela imprensa, é a população que sofre. A população não está muito

durante esse período de pandemia, de calamidade, segurança, trabalho. Que tenha esperança para a segunda onda, para um momento posterior". A ação foi apresentada pelo partido Rede Sustentabilidade contra a medida provisória editada por Bolsonaro.

A norma estabeleceu que a restrição ao transporte intermunicipal e interestadual só poderia ocorrer com a autorização da Anvisa dos ministros da Saúde, da Infraestrutura e da Justiça e Segurança Pública. O ministro Edson Fachin não seguiu a maioria para invalidar a norma. Ele sustentou

## Pasta quer ampliar testes de 2.700 para 70 mil ao dia

BRASÍLIA O Ministério da Saúde anunciou nesta quarta (6) um projeto que prevê ampliar a oferta de testes também para casos leves por meio drive-thrus em capitais e cidades acima de 500 mil habitantes.

O modelo prevê ainda ampliar a análise de 2.700 testes para 70 mil testes por dia em laboratórios vinculados. A ampliação deve ocorrer entre os meses de junho, julho e agosto.

Apesar do anúncio de ampliação da testagem, o ministério frisa que a oferta



no Parão dos Bananeiros, no Morumbi, zona oeste da capital paulista.

O estado atingiu 3.545 mortos nesta quarta, com 194 novas mortes, um crescimento de 7%. Além disso, São Paulo chegou a 37.853 casos confirmados, um aumento de 10%.

"Lamentavelmente, ultrapassamos 3.000 mortos com o coronavírus. O maior volume da história de São Paulo

é isolamento social registrou índice de 47%, abaixo do esperado pelo governo estadual. Questionado se o anúncio precoce da flexibilização da quarentena não influenciou nesses números, Doria culpou Bolsonaro.

"O que tem estimulado lamentavelmente a conduta das pessoas é o comportamento errático do presidente do Brasil, que, dando exemplos

Nelson Teich, por ter ido ao Amazonas verificar a situação do estado, que vive colapso no sistema de saúde devido à pandemia.

No atual patamar de isolamento, a administração estadual teme que o sistema de saúde paulista não aguarde a demanda. De acordo com o governo, a ocupação da UTI no estado é de 67,2% e na Grande São Paulo, de 86,6%.

vista da Foma com o prefeito de Campinas, Jonas Donizete (PSB), que cobrou empatia de Doria. Ele afirmou que espera que o governador do estado confie mais na avaliação dos prefeitos das cidades paulistas e anuncie nesta sexta-feira (8) o início da flexibilização da quarentena — do contrário, diz, será difícil manter o isolamento, porque a população já está esgotada.

ter acesso ao auxílio emergencial do governo federal.

Doria também voltou a anunciar serviços online pelo Poupatempo. Agora, foi lançado um aplicativo que dá acesso 60 serviços públicos diferentes pelo celular, sem a necessidade de o cidadão se deslocar até um posto físico. O aplicativo pode ser baixado por meio da Google Play ou da Apple Store.

**57% de isolamento social** foi o índice desta quarta (6)

**58 mil testes** foram feitos (desde 1º mar)

**67%** dos leitos de UTI do estado estão ocupados

**7 km** foi o pico do trânsito às 9h30

# Com apoio do governo, Câmara dá rasteira em Guedes ao 'salvar' categorias de congelamento de salário

Mudanças feitas pelos deputados desfiguram completamente a ideia original do ministro de fazer uma contrapartida de ajuste fiscal ao auxílio emergencial aos Estados

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

06 de maio de 2020 | 10h21

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), não foi o único perdedor na **votação desta terça-feira, 5, do projeto de auxílio emergencial para Estados e municípios pela Câmara**. O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, levou uma rasteira com o apoio do próprio governo.

A sua proposta de congelamento dos salários dos servidores da União, Estados e municípios foi completamente desfigurada pelos deputados. **A Câmara mudou**

## **o projeto e abriu uma porteira para salvar do congelamento vários grupos de servidores, a maioria da área de segurança.**

Detalhe: a mudança teve a assinatura do líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), ao lado do líder do PP, deputado Arthur Lira (PP-AL). Liderança do Centrão, Lira já começou a ser agraciado nesta quarta-feira, 6, com indicações políticas para cargos no governo.

Emenda apresentada pelos dois excluiu do congelamento as polícias Federal e Rodoviária Federal, agentes penitenciários, técnicos e peritos criminais, agentes socioeducativos, garis e assistentes sociais. Até policiais legislativos conseguiram ficar de fora do congelamento.

Outro destaque (sugestão de alteração) retirou os professores. Militares das Forças Armadas e da segurança nos Estados já haviam sido excluídos do aperto na votação do Senado.

As exceções incluídas no projeto desfiguram completamente a ideia original do ministro de fazer uma contrapartida de ajuste fiscal ao auxílio emergencial.

Em entrevista no Palácio do Planalto, na semana passada, **Guedes havia feito, inclusive, uma ligação do custo do projeto com a economia prevista nos próximos 18 meses com congelamento.**

Nada disso aconteceu. Pelo contrário, a negociação direta de Guedes com Alcolumbre para incluir a contrapartida não funcionou. E tudo com o aval do Palácio do Planalto.

A pressão das categorias de servidores deu certo, como sempre, mas foi favorecida também pelo erro estratégico do presidente do Senado de puxar a sardinha (no caso, os recursos do auxílio) para o seu Estado, o Amapá. Tabelas mostrando o favorecimento ao Amapá na divisão de recursos, na comparação por habitante, se multiplicaram na Câmara nos últimos dias. **Os deputados também mudaram o critério de divisão, o que fez com que o Amapá perdesse recursos.**

Isso acirrou os ânimos para a revanche da Câmara. Alcolumbre prometeu restaurar o texto em nova votação do Senado.

O racha nas duas Casas, que não é de hoje, subiu de patamar. No governo, Guedes sofre mais um desgaste que se segue ao lançamento do polêmico plano Pró-Brasil, que prevê o aumento de investimentos públicos em infraestrutura.

# Com ampliação de carreiras que podem ter reajuste, economia com projeto de Estados desaba a R\$ 43 bi

Proposta inicial negociada com o relator do projeto de auxílio emergencial a Estados e municípios no Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP) era de uma economia de R\$ 130 bilhões em 18 meses

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

06 de maio de 2020 | 15h53

BRASÍLIA - As mudanças na proposta de congelamento dos salários dos servidores introduzidas na Câmara reduziram para apenas R\$ 43 bilhões a economia que será obtida nas contas públicas da União, de Estados e municípios com a contrapartida exigida para o socorro de R\$ 120 bilhões dado a governadores e prefeitos. Os cálculos do impacto foram pedidos pelo **Estado** ao [Ministério da Economia](#).



A proposta inicial negociada com o relator do projeto de auxílio emergencial dos Estados e municípios no Senado **Davi Alcolumbre (DEM-AP)** era de uma economia de R\$ 130 bilhões em 18 meses – R\$ 98 bilhões para Estados e municípios e R\$ 32 bilhões para o governo federal. Na votação do Senado, no sábado, a economia tinha caído para R\$ 93 bilhões e, **na terça-feira, 5, na votação da Câmara, ficou em R\$ 43 bilhões.**

O Ministério da Economia informou que fez o cálculo para dar suporte ao debate legislativo. “As alterações afetam a capacidade que governadores e prefeitos terão para enfrentar a crise de saúde pública e o desemprego causado pela crise”, alerta a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O projeto de socorro prevê transferência direta de R\$ 60 bilhões aos prefeitos e governadores. Além disso, suspende dívidas de Estados e municípios com o Tesouro Nacional e bancos oficiais.

Alcolumbre disse que vai recuperar o teor do projeto aprovados pelos senadores em nova votação no Senado.

Além dos militares das Forças Armadas, de segurança dos Estados e profissionais de saúde, os deputados salvaram do congelamento servidores das polícias Federal e Rodoviária Federal, agentes penitenciários federais,

profissionais da limpeza pública, assistência social, guarda municipal e socioeducativos.

A manutenção da possibilidade reajuste para essas categorias mostra a força de pressão da área de segurança junto ao Palácio do Planalto e o Congresso.

Os professores também ficaram de fora e poderão receber aumentos salariais. O destaque (sugestão de alteração ao texto-base) foi proposto pelo PT e aprovado com o apoio de partidos do Centrão, como PP e PL, embora o governo tenha dado orientação para barrar a medida.

Os deputados também decidiram retirar a restrição de que esses aumentos salariais só pudessem ocorrer quando as categorias estivessem diretamente envolvidas no combate à pandemia.

Enquanto isso, de acordo com estimativas oficiais, **73% dos trabalhadores com carteira assinada devem ter os salários suspensos ou reduzidos em razão da crise**. Até o momento, cerca de 5,5 milhões de empregados já tiveram o contrato suspenso ou o salário reduzido.

**Veja como foi a redução na economia**

- Proposta do relatório inicial apresentada no Senado Federal (30 de abril): transferência da União de R\$ 60 bi e economia com controle de gastos do funcionalismo de R\$ 130 bilhões.
- Proposta aprovada no Senado Federal (02 de maio): transferência da União de R\$ 60 bilhões e economia com controle de gastos do funcionalismo de R\$ 93 bilhões.
- Proposta aprovada na Câmara dos Deputados (05 de maio): transferência de R\$ 60 bilhões e economia com controle de gastos do funcionalismo de R\$ 43 bilhões.

# Não ter reajuste salarial é 'indigno e vexatório', diz sindicato de auditores do Fisco nos Estados

Fenafisco sinalizou que vai recorrer do congelamento de salários para servidores até 2021; a Câmara ampliou as categorias que vão poder continuar tendo reajustes

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

06 de maio de 2020 | 13h14

BRASÍLIA - A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) disse, em nota, que os deputados fizeram “justiça” ao **ampliar as categorias de servidores que vão poder ter reajustes nos salários até o fim de 2021**. O sindicato já sinaliza que vai recorrer do congelamento para os demais servidores, classificado como "indigno e vexatório".

A Fenafisco diz que os servidores públicos estão entre os que mais pagam impostos no Brasil e que, pelo critério da isonomia, manter o congelamento para

os demais servidores é "legalmente frágil". A federação reúne 32 sindicatos com mais de 37 mil filiados.

De acordo com o Banco Mundial, um servidor público da área de fiscalização e controle, como os auditores fiscais, recebe, em média, R\$ 17,6 mil como salário no início da carreira.

"Sem desmerecer a importância da medida dispensada à ampla maioria dos servidores públicos, a Fenafisco entende que se mostra insustentável do ponto de vista fiscal, injustificável do ponto de vista constitucional (pelo princípio da isonomia) e incompreensível do ponto de vista político, a manutenção do congelamento salarial para os demais servidores públicos", diz a entidade.

Com apoio do governo, várias categorias, principalmente da área de segurança, foram salvas do congelamento na votação do projeto de auxílio emergencial do governo federal aos Estados e municípios pelo plenário da Câmara. **Até os policiais legislativos (que fazem a segurança da Câmara e do Senado) vão poder ter reajustes no período.**

“Além de fazer justiça a milhões de servidores públicos de todo o país, a Câmara reparou, em parte, a decisão do Senado, que tomou os servidores públicos como os responsáveis pela salvação da economia nacional, a pretexto de que 'todos devem dar a sua cota de sacrifício'”, diz a nota.

Na iniciativa privada, mais de 5,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada já tiveram os salários reduzidos ou os contratos suspensos. De acordo com estimativas oficiais, **sete de cada dez empregados formais vão ser atingidos com uma das duas possibilidades.**

# Líder do governo na Câmara diz que ordem para beneficiar servidores foi de Bolsonaro

As mudanças contrariaram o acordo negociado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende o congelamento dos salários como contrapartida para que governadores e prefeitos recebam o auxílio da União.

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

06 de maio de 2020 | 17h43

BRASÍLIA - O líder do governo na Câmara, **Major Vitor Hugo** (PSL), admitiu, em pronunciamento no plenário nesta quarta-feira, 6, que recebeu ordem direta do **presidente Jair Bolsonaro** para propor **mudança que beneficia categorias de servidores no projeto de auxílio emergencial aos Estados e municípios**.

**As mudanças contrariaram o acordo negociado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes**, que defende o congelamento dos salários como contrapartida para que governadores e prefeitos recebam o auxílio da União.

"Sou líder do governo e não líder de qualquer ministério", disse o deputado. Ele contou que, durante a votação, ontem, conversou com Bolsonaro. "Desse plenário, eu liguei para o presidente da República e me certifiquei que essa era a melhor solução. E o presidente, 10 horas da noite de ontem, falou: 'faça dessa maneira e vamos acompanhar esses profissionais que estão na ponta da linha' e assim aconteceu", afirmou.

O congelamento é uma contrapartida pedida pelo governo para o repasse de R\$ 60 bilhões de auxílio para Estados e municípios. Na votação da noite de terça-feira, os deputados voltaram a permitir reajustes para policiais legislativos e trabalhadores da educação pública da proposta, além de agentes da **Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal**, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, profissionais de saúde e assistência social.

Segundo Major Vitor Hugo, **a proposta de exclusão da expressão "desde que diretamente envolvido no combate da covid-19"** foi uma determinação do presidente Bolsonaro, cumprida por ele.

Para auxiliares do ministro, o deputado "admite bola nas costas" de Guedes. O movimento contrariou o superministro da Economia, que negocia a reversão no Senado. **O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, aceitou**



**parcialmente as mudanças feitas pelos deputados.** O texto ainda deve ser votado hoje no Senado.

# Senado aprova ajuda a Estados e permite reajustes para categorias da saúde, segurança e educação

Texto aprovado pelo Congresso seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro

Julia Lindner, O Estado de S.Paulo

06 de maio de 2020 | 19h18

BRASÍLIA - O **Senado** aprovou nesta quarta-feira, 6, em sessão remota, o **projeto que prevê ajuda financeira de R\$ 125 bilhões da União a Estados e municípios** para tentar reduzir os impactos causados pela **crise do coronavírus**. **Como o texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados**, seguirá para sanção do presidente **Jair Bolsonaro**.

LEIA TAMBÉM >[Alcolumbre recua e deixa professores entre categorias que podem ter reajuste até 2021](#)

Segundo o texto, a União vai transferir diretamente a estados e municípios R\$ 60 bilhões, divididos em quatro parcelas mensais. Os recursos, conforme a

proposta, serão divididos da seguinte forma: R\$ 50 bilhões: compensação pela queda de arrecadação (R\$ 30 bilhões para estados e DF; R\$ 20 bilhões para municípios); R\$ 10 bilhões: ações de saúde e assistência social (R\$ 7 bilhões para estados e DF; R\$ 3 bilhões para municípios).

O projeto ainda suspende as dívidas de Estados e municípios com a União, inclusive os débitos previdenciários parcelados pelas prefeituras e que venceriam este ano. Este ponto pode gerar um impacto de R\$ 60 bilhões à União.

### **Servidores da saúde, segurança e educação poderão ter reajustes**

A contrapartida encontrada foi a proibição de aumento de salários de servidores municipais, estaduais e federais até dezembro de 2021. Esta regra não permite a criação de bônus como os de desempenho, por exemplo. O texto veda qualquer iniciativa que gere aumento de despesas, desde criação de cargos e funções à realização de concursos.

**Durante a primeira votação do projeto no Senado**, parlamentares excluíram da regra de congelamento de remunerações os servidores civis e militares que atuam diretamente no combate à pandemia da covid-19. Ficaram de fora da proibição, portanto, funcionários públicos das áreas da saúde, da

segurança e os das Forças Armadas desde que trabalhem na contenção do coronavírus.

Esta medida, de acordo com a equipe econômica, se virasse lei, geraria economia de R\$ 93 bilhões. A Câmara, porém, em votação nesta terça-feira, 5, incluiu mais categorias, o que reduziu a economia para R\$ 43 bilhões.

**Alcolumbre apresentou nesta quarta novo relatório, em que acata parcialmente as sugestões dos deputados.** O parecer libera o reajuste de salário para servidores da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), guardas municipais, trabalhadores da educação pública como os professores, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana e de assistência social.

O presidente do Senado não quis incluir neste grupo os policiais legislativos, profissão contemplada pelos deputados.

A proposta suspende os prazos de validade de todos os concursos públicos homologados até o dia 20 de março. Os prazos voltam a correr após o término do período de calamidade pública. "A suspensão abrange todos os concursos públicos federais, estaduais e municipais, bem como os da administração direta ou indireta, já homologados", esclarece o texto.

## Amapá, de Alcolumbre, volta a ser um dos mais beneficiados na divisão dos recursos

Em oposição ao que foi feito na Câmara, no entanto, Alcolumbre retomou a divisão dos recursos aprovada pelo Senado. Desta forma, seu Estado, o Amapá, será o segundo mais beneficiado pelo projeto.

### Socorro a Estados e municípios

No total, o repasse direto a Estados e municípios será de R\$ 60,155 bilhões, o que equivalente a R\$ 286 por pessoa



Fonte: Senado Federal e Ministério da Saúde. Elaboração: Câmara dos Deputados

ESTADÃO

Enquanto São Paulo receberá R\$ 279 por habitante, Roraima ficará com R\$ 798 per capita do socorro federal. Já o Amapá, Estado do presidente do

Senado, que negociou o acordo com a equipe econômica, receberá R\$ 733 per capita. O valor é muito acima da média de todos os Estados de R\$ 286.

Na justificativa para retomar os critérios de divisão estabelecidos pelo Senado, Alcolumbre diz que a maior parte dos recursos já vai para os grandes centros.

"A taxa de incidência só orienta a distribuição de R\$ 2,8 bilhões dos R\$ 10 bilhões destinados a ações de saúde e assistência social. O restante, ou seja, R\$ 7,2 bilhões são distribuídos conforme o critério populacional. A maior parte dos recursos, pois, já terminará indo para os grandes centros do País", disse.

O presidente do Senado também argumenta que, com o critério de incidência, é possível que a distribuição varie de acordo com o avanço do coronavírus em diferentes regiões. "Considerar a taxa de incidência, enfim, é ter um olhar para onde o sofrimento é maior. Em maio, são os Estados do Norte e Nordeste. Mas não se sabe o comportamento do vírus quando o inverno chegar ao Centro-Sul do País. Nos meses de junho e julho, portanto, poderá ser a vez de acudir outros brasileiros necessitados. É importante, pois, que os critérios sejam complementares e capazes de apontar o melhor caminho para amenizar a dor de todos os brasileiros", alegou.

# Bolsonaro ignora equipe econômica e dá aval para manter reajuste de servidores

Com apoio do presidente, Congresso modificou projeto elaborado por Guedes, para congelar salários de funcionários públicos, e diminuiu economia de gastos em até R\$ 90 bilhões

Adriana Fernandes e Julia Lindner, O Estado de S.Paulo

07 de maio de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Com aval do presidente **Jair Bolsonaro** ao corporativismo do funcionalismo público, o **Congresso** atropelou medida desenhada pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes**, de congelamento de salários dos servidores públicos, e reduziu em quase R\$ 90 bilhões a economia nos gastos do governo federal, Estados e municípios com a folha de pagamento de pessoal até 2021.

**O congelamento era a contrapartida que Guedes cobrou para repassar diretamente R\$ 60 bilhões aos governadores e prefeitos nos próximos quatro meses, suspender dívidas e manter garantias do**

**Tesouro** em empréstimos, num alívio financeiro total de R\$ 125 bilhões, em meio à crise provocada pela pandemia do **coronavírus**.

A **Câmara** “salvou” várias categorias do congelamento e o Senado manteve as mudanças, com exceção dos policiais legislativos. **As alterações reduziram para R\$ 43 bilhões a economia** que seria obtida nas contas de **União**, Estados e municípios.

Esse é mais um desgaste para Guedes, que enfrentou, há duas semanas, “fogo amigo” no lançamento do programa **Pró-Brasil** (que previa a ampliação de investimentos públicos em infraestrutura) e não conseguiu emplacar a reforma administrativa (com redução no número de carreiras e do salário de entrada de novos servidores) – de novo, por resistência de Bolsonaro.

A proposta inicial negociada com o relator do projeto de auxílio emergencial a Estados e municípios no **Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, era de uma **economia de R\$ 130 bilhões em 18 meses**. Depois da pressão do funcionalismo, principalmente da área militar, o Senado não quis repor o texto inicial.

Alcolumbre chegou a apresentar um relatório retirando da lista de exceções os professores e policiais legislativos. Mas, diante da pressão, deixou os professores de fora do congelamento.



“Nos momentos de negociação, havia dois governos. Uma área econômica do governo técnica e querendo segurar, e a área política comandada por servidores militares, o ministro Ramos (**Luiz Eduardo Ramos**, da **Secretaria de Governo**), indo para outra direção”, disse o relator do projeto na Câmara, **Pedro Paulo (DEM-RJ)**. Para ele, o congelamento vai “cair” na Justiça.

## Socorro a Estados e municípios

No total, o repasse direto a Estados e municípios será de R\$ 60,155 bilhões, o que equivalente a R\$ 286 por pessoa

EM BILHÕES DE REAIS



Fonte: Senado Federal e Ministério da Saúde. Elaboração: Câmara dos Deputados

ESTADÃO

Apesar do recuo em relação aos servidores da Educação, o presidente do Senado reintroduziu no texto a expressão “desde que esses servidores trabalhem no combate à pandemia”. A frase tinha sido retirada na votação da Câmara por determinação do presidente Bolsonaro e foi motivo de desavenças

do líder do governo, **Major Vitor Hugo (PSL-GO)**, com Guedes. “Sou líder do governo, e não líder de qualquer ministério”, disse ele.

Ele contou que, durante a votação na Câmara, na última segunda-feira, 4, conversou com Bolsonaro, que deu a ele a ordem. **“Faça dessa maneira e vamos acompanhar esses profissionais que estão na ponta da linha”, disse o líder.** O Ministério da Economia não se manifestou.

### **Texto ‘salva’ 70% dos servidores do congelamento**

**Sete de cada dez servidores em serviço nos Estados e municípios vão poder ter reajustes salariais até dezembro de 2021.** O restante vai arcar sozinho com o congelamento de salários e promoções nos próximos 18 meses. As alterações feitas na **Câmara** e mantidas pelo **Senado**, que “salvaram” várias categorias do congelamento de salários, reduziram o alcance da medida proposta por **Guedes**, como uma “cota de sacrifício” do funcionalismo público – que tem estabilidade no emprego – na crise da pandemia da **COVID-19**.

O crescimento da folha de pessoal é hoje o principal fator a corroer o espaço do **Orçamento** da maioria dos Estados e municípios brasileiros. Os servidores das áreas de **Saúde, Educação e Segurança** são responsáveis pelo maior peso nas folhas de governadores e prefeitos. No caso do governo federal, **as**

**categorias poupadas representam cerca de 60% do total dos servidores.**

**Foram poupados do congelamento** servidores da área de **Saúde** (como médicos e enfermeiros), policiais militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais, trabalhadores de limpeza urbana, de assistência social, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, professores da rede pública federal, estadual e municipal, além de integrantes das **Forças Armadas**.

As diversas categorias de servidores mostraram força de mobilização e pressão no Congresso, mesmo com as críticas de diversos setores da sociedade civil, afetados pela crise com demissões e corte de salários, que cobraram medidas semelhantes dos servidores.

**De acordo com dados oficiais, hoje já são mais de 5,5 milhões de trabalhadores que tiveram o salário reduzido ou o contrato suspenso por causa da crise provocada pela pandemia.** A expectativa é que 73% dos empregados formais sejam atingidos com uma das duas modalidades. **Outros 50 milhões de pessoas já receberam o auxílio emergencial de R\$ 600 pago pelo governo a desempregados e informais.**

**“Imagino que quem teve corte de salários esteja bastante frustrado de ter que pagar aumento para servidor que está ganhando salário em dia, enquanto o seu salário está cortado”,** disse o líder do **Novo** na Câmara, o deputado **Paulo Gustavo Ganime (RJ)**.

O Novo foi o único a orientar o voto “não” na ampliação das categorias blindadas pela Câmara. “Eles (os deputados) pensaram menos no **Brasil** e mais em defender as próprias categorias e os votos que eles têm nessas categorias”, disse o deputado.

## Privilegiados

No ano passado 44% dos servidores receberam mais de R\$ 10 mil; 22% mais de R\$ 15 mil e 11% mais de R\$ 20 mil por mês

## Servidores do Executivo

FAIXA SALARIAL, EM REAIS	PORCENTAGEM DE SERVIDORES
Até 3 mil	2,8%
3.000,01 a 4.000,00	10,1%
4.000,01 a 5.000,00	7,0%
5.000,01 a 6.000,00	8,4%
6.000,01 a 7.000,00	10,2%
7.000,01 a 8.000,00	7,5%
8.000,01 a 9.000,00	5,8%
9.000,01 a 10.000,00	4,4%
10.000,01 a 11.000,00	5,3%
11.000,01 a 12.000,00	4,0%
12.000,01 a 13.000,00	6,8%
13.000,01 a 14.000,00	3,9%
14.000,01 a 15.000,00	2,1%
15.000,01 a 20.000,00	11,2%
20.000,01 a 25.000,00	5,1%
25.000,01 a 30.000,00	2,7%
30.000,01 a 33.763,00	1,8%

Acima do teto  
(33.763,00) 1,0%

## Remuneração bruta inicial

EM MILHARES DE REAIS

### CARREIRAS

Técnico-administrativo  
(universidade) 4,8

PGPE/  
PCC 6,5

Defesa  
(civis) 6,9

Outros 7,8

Área-fim  
setorial 8,0

Médico  
(universidade) 8,5

Professor de  
ensino básico 9,0

Professor de  
ensino superior 10,3

### CARREIRAS

Carreiras  
policiais 11,1

Autarquias/  
fundações 11,2

Agências  
reguladoras 13,4

Diplomacia 15,2

Fiscalização  
e controle 17,6

Planejamento  
e Gestão 20,7

Carreiras  
Jurídicas 24,1

Banco Mundial

Alcolumbre, pediu aos servidores que não foram poupados que entendam o congelamento dos salários como uma “contribuição”. “Os servidores vão contribuir apenas com a suspensão do reajuste por 18 meses”. O que estamos pedindo é uma colaboração, uma contribuição”, afirmou antes de votar o texto.

Na votação da última quarta-feira, 6, os senadores chancelaram alterações feitas pela Câmara que afrouxaram a contrapartida estabelecida por Guedes, para que governadores e prefeitos recebam o dinheiro. **A equipe do ministro**

**tentou reverter algumas derrotas, mas não conseguiu convencer os senadores.**

**Os governadores e prefeitos terão que regulamentar quem está ou não na linha de frente de combate na covid-19, o que pode esvaziar ainda mais a eficácia do congelamento com tantas categorias excluídas.**

Para a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB), o congelamento vai criar um “Frankenstein jurídico”. Na sua avaliação, o projeto faz ingerência indevida na autonomia de dar ou não reajuste de competência e responsabilidade constitucional de cada governador e prefeito. “Nenhum governador ou prefeito, ainda que quisesse, conseguiria dar aumento neste ano e, se quiser fazê-lo, só no ano que vem”, disse.

## **Justiça**

Para a **Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)**, o Congresso fez “justiça” ao ampliar as categorias de servidores que vão poder ter reajustes nos salários até o fim de 2021. O sindicato sinalizou que vai recorrer do congelamento para os demais servidores, classificado como “indigno e vexatório”.

A Fenafisco alegou que os servidores públicos estão entre os que mais pagam impostos no Brasil e, pelo critério da isonomia, manter o congelamento para os demais servidores é “legalmente frágil”. **A federação reúne 32 sindicatos com mais de 37 mil filiados.**

“Sem desmerecer a importância da medida dispensada à ampla maioria dos servidores públicos, a Fenafisco entende que se mostra insustentável do ponto de vista fiscal, injustificável do ponto de vista constitucional (pelo princípio da isonomia) e incompreensível do ponto de vista político a manutenção do congelamento salarial para os demais servidores públicos”, diz a entidade.



# Senado conclui votação de ajuda de R\$ 120 bi aos estados

Alcolumbre mantém maioria das exceções aprovadas pela Câmara e permite reajuste salarial também para professores

O Globo · 7 maio 2020 · AMANDA ALMEIDA, ISABELLA MACEDO, GABRIEL SHINOHARA E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Texto final manteve maior parte das exceções criadas pela Câmara ao congelamento de salários de servidores.



O Senado aprovou ontem o projeto que autoriza o socorro de R\$ 120 bilhões a estados e municípios diante da crise causada pelo coronavírus. A matéria vai agora para sanção do presidente Jair Bolsonaro. O texto final manteve a maior parte das exceções criadas pela Câmara ao congelamento de salários de servidores públicos por 18 meses, proposto pelo governo federal como contrapartida ao pacote de auxílio. Os senadores reverteram ainda a fórmula de distribuição dos recursos, que havia sido alterada pelos deputados. Com isso, as regiões Norte e Nordeste voltaram a ser beneficiadas.

Na terça-feira, a Câmara blindou do congelamento salarial categorias como policiais legislativos, peritos criminais e professores, além dos profissionais de saúde e segurança, que já haviam sido excluídos na primeira votação no Senado. A expectativa da equipe econômica era que essas mudanças fossem revertidas no Senado, mas o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também foi relator do projeto, cedeu a pressões e acabou mantendo a maior parte das exceções. Só policiais legislativos acabaram excluídos da lista de protegidos.

Em uma primeira versão do relatório apresentado ontem, Alcolumbre chegou a prever que professores não seriam poupados — ou seja, ficariam sem aumento de salário por 18 meses. Na última hora, no entanto, mudou de ideia.

—Pedindo o apoio de vossas excelências para que possamos sair unificados desta Casa, eu quero incluir os trabalhadores da educação entre as exceções previstas. Será por meio da educação e com o trabalho de nossos professores que nós conseguiremos sair desta pandemia, superar esta crise e sair com o país mais fortalecido —disse Alcolumbre antes da votação.

O Ministério da Economia estimava que União, estados e municípios economizariam R \$130 bilhões caso o congelamento salarial fosse váli dopara todos os servidores. Apedido do GLOBO, a pasta calculou que anova versão do texto diminui esse impacto fiscal par aR \$43 bilhões —uma redução de R \$87 bilhões. Só a permissão de reajustes para professores de vete refeito de R\$ 50 bilhões. A conta foi feita com base em projeções de crescimento das despesas, considerando a média de aumento dos últimos três anos.

#### DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Alcolumbre manteve no texto uma ressalva às categorias poupadas do congelamento. Os profissionais poderão ter reajustes “desde que diretamente envolvidos no combate à pandemia da Covid-19”. Isso gerou polêmica no plenário. Alguns senadores alegaram que essa condicionante será usada pelos governos para congelar também os salários dessas categorias.

Para Simone Tebet (MDB-MS), isso criará um “Frankenstein jurídico”:

— Nós vamos ter categoria onde alguns, eternamente, terão aumento, e outros não.

O projeto prevê o repasse de R\$ 60 bilhões de auxílio para estados e municípios. Também há a suspensão das dívidas dos estados e municípios com União, bancos públicos e instituições financeiras internacionais. A medida tem impacto de R\$ 60 bilhões, o que eleva o total do pacote a R\$ 120 bilhões.

Senadores rejeitaram a alteração feita pela Câmara na distribuição dos recursos que serão repassados pela União a estados e municípios. Os deputados haviam previsto como critério para distribuição do dinheiro destinado exclusivamente à saúde o número geral de casos do coronavírus, o que privilegia estados mais populosos, como os do Sudeste.

No Senado, a regra voltou a ser a taxa de incidência da Covid-19, que considera o número de casos e a população de cada estado. Nesse formato, o Amapá, estado de Alcolumbre, passa a ter o maior volume de recursos por habitante.

Em seu relatório, Alcolumbre defendeu o critério do índice de incidência e rejeitou a mudança feita pelos deputados, argumentando que a taxa é um item consagrado na literatura epidemiológica e usada em relatórios do Ministério da Saúde.

“O número absoluto de casos, como quer a emenda da Câmara dos Deputados, não é capaz de revelar uma realidade que vai além da mera contagem matemática”.

# Câmara dos Deputados conclui votação do Orçamento de Guerra

O Globo · 7 maio 2020 · BRUNO GÓES [bruno.goes@oglobo.com.br](mailto:bruno.goes@oglobo.com.br) BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Orçamento de Guerra. O texto foi aprovado em segundo turno com 477 votos a favor e 1 contra e deve ser promulgado ainda esta semana. Todos os destaques foram derrubados. As novas regras darão segurança jurídica ao governo para ampliar os gastos no combate ao novo coronavírus.

O projeto foi uma iniciativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e conta como apoio da equipe econômica. Com a alteração da Constituição, as despesas públicas durante o estado de calamidade pública não estarão sujeitas a amarras fiscais, como a regra de ouro, que impede que o governo se endivida para apagar despesas correntes, e o teto de gastos, que limita o aumento dos gastos à inflação do ano anterior. Além disso, separa os gastos regulares das despesas destinadas ao enfrentamento do coronavírus.

O projeto também permite que o Banco Central (BC) compre títulos públicos e títulos privados de crédito no mercado secundário. O texto passou pela Câmara duas vezes, sendo a primeira no início do mês. Quando tramitou no Senado, houve modificações, justamente na regulação da compra de títulos pelo BC.

Antes da votação em primeiro turno, o relator na Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), fez duas modificações. Primeiro suprimiu um trecho que previa que as empresas beneficiadas pelas operações do BC deveriam se comprometer a manter os empregos. E retirou do texto um trecho que especificava quais tipos de títulos privados de crédito o Banco Central poderia comprar. Dessa maneira, a instituição poderá atuar no mercado de maneira mais ampla.

# MP 936: Congresso quer criar previsão para ampliar acordos

Parlamentares estudam incluir no texto uma regra para que governo aumente, se necessário, o período de jornada reduzida

---

O Globo · 7 maio 2020 · GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

---

O Congresso pode criar uma regra, com aval do governo, para ampliar o período máximo dos acordos de redução de jornada e salário previsto pela medida provisória (MP) 936. Em vigor desde 1º de abril, o texto começará a ser analisado esta semana pelos parlamentares e pode ser alterado. Pela redação atual, o período do regime especial pode ser de, no máximo, três meses.

Caso a mudança seja feita, a União teria que prorrogar também o pagamento do chamado Benefício Emergencial (BEm), que compensa as perdas de renda dos trabalhadores abrangidos pelos acordos. Técnicos do Ministério da Economia admitem essa possibilidade.

A equipe econômica defende, no entanto, que a ampliação do prazo não seja automática e passe pelo crivo do Executivo. Assim, o novo texto, ainda em negociação, traria uma previsão legal para que o governo, se necessário, aumente o tempo máximo de jornada reduzida.

É nessa linha que trabalha o relator do texto na Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). — Proponho manter os mesmos prazos da proposta do governo. Apenas sugiro a previsão de prorrogação por iniciativa do próprio governo, caso considere necessário — disse o deputado ao GLOBO. — Vou preservar a arquitetura da proposta do governo: suspensão de contratos ou redução de jornada e salário, com governo complementando a renda dos trabalhadores que terão seus postos de trabalho mantidos.

A MP autoriza empregadores a negociarem diretamente com os funcionários acordos para redução de jornada e salário, com duração de até três meses, e suspensão dos contratos de trabalho por até dois meses. Durante a vigência desses dois regimes, o governo vai usar o seguro-desemprego para ajudar a complementar uma parte da remuneração dos trabalhadores na mesma proporção do corte salarial, que pode ser de 25%, 50% ou 70%.

## FÓRMULA DE CÁLCULO

Os acordos podem ser firmados durante todo o período de calamidade pública, ou seja, até 31 de dezembro deste ano. A mudança em negociação não interfere nesse prazo, mas apenas no período de duração, hoje limitado a três meses.

Ainda não está claro, no entanto, se a ampliação do tempo valeria apenas para novos contratos e como seria a regra para empresas que já fizeram acordos poderem propor aditivos para estender o período de redução de jornada.

Em outra frente, parlamentares também querem alterar a fórmula de cálculo do benefício proposto pelo governo, que tem como parâmetro as parcelas do seguro-desemprego, que variam entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813. Os deputados sugerem elevar este teto para três salários míni-

mos (R\$ 3.135), mas a equipe econômica não concorda e estima uma despesa adicional acima de R\$ 20 bilhões. O impacto do programa foi calculado em R\$ 51,2 bilhões.

## Ajuda a Estados passa com concessão a servidores

Senado reverte regra que mudava distribuição de recursos, mas manteve brecha para reajuste salarial

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner — De Brasília

07/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O Senado reverteu ontem a mudança feita pelos deputados na distribuição dos R\$ 60 bilhões que serão destinados a Estados e municípios para ajudar no combate à covid-19 e compensar parte da queda de arrecadação de ICMS e ISS. A volta ao texto aprovado pelos senadores favorece os Estados do Norte e Nordeste, em especial do Amapá, do relator e presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM).

A Casa manteve parcialmente a polêmica permissão de reajustes salariais para os servidores públicos federais, estaduais e municipais até dezembro de 2021. O embate, iniciado com as mudanças na Câmara, gerou novo desgaste na relação do parlamento com o ministro da Economia, Paulo Guedes, reacendendo problemas na relação da Economia com o Planalto.

O líder do governo na Câmara, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), orientou a favor da maioria das exceções criadas, que incluíram, por exemplo, os policiais legislativos (que fazem a segurança do Congresso). Diante das críticas pela desidratação das contrapartidas, Hugo primeiro disse ter aval de Guedes. Mas com as fortes reclamações da equipe econômica nos bastidores, ele subiu à tribuna e retificou sua informação, dizendo que falou antes com o presidente Jair Bolsonaro e recebeu o aval. “A exclusão foi uma determinação do presidente, cumprida pelo líder do governo na Câmara, uma vez que sou líder do governo e não o líder de qualquer ministério”, disse.



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit [who.int](http://who.int)

Com isso, Hugo abriu um novo capítulo de atrito entre a área econômica e o Planalto, pouco mais de uma semana depois de Bolsonaro ter dito que quem mandava na economia era Guedes.

A flexibilização definida pela Câmara terá impacto nas contas públicas, segundo o Ministério da Economia. A proposta inicial, de suspender todos os aumentos, gerava um controle de gastos do funcionalismo de R\$ 130 bilhões, na União, Estados e municípios. O texto aprovado pelos senadores no sábado reduziu para R\$ 93 bilhões, com a criação de exceções como policiais e Forças Armadas. E as mudanças dos deputados - a maior parte, apoiada pela base aliada - derrubaram para R\$ 43 bilhões.

Para um integrante da equipe econômica, as mudanças não foram razoáveis e permitirão que o dinheiro seja “desviado” para conceder aumentos ao funcionalismo público. “Se você controla aumento de funcionalismo, governadores e prefeitos ficariam com margem maior para investir na pandemia. Isso é socialmente injustificável, inaceitável”, disse.

Ainda não havia sido divulgada projeção para a última versão, aprovada ontem e enviada à sanção. Inicialmente, Alcolumbre tentou excluir os professores, tido como maior impacto nos entes federativos, mas vários partidos apresentaram emendas e ele recuou, reclamando da pressão dos servidores. “A proposta era reduzir em 25% o salário dos servidores públicos por três anos. Não fizemos isso. E eu tenho que ouvir algumas injustiças, de que estou prejudicando servidor”, queixou-se.

Por fim, a única exceção aprovada pela Câmara e excluída pelos senadores foram os policiais legislativos. Contudo, o Senado retomou o trecho que impunha uma trava e permitirá reajustes para aqueles “diretamente envolvidos no combate à covid-19”.

Esse aspecto também era considerado importante pela equipe econômica, pois pode ajudar a conter o efeito fiscal negativo das mudanças. O texto pode tornar inócua a permissão para reajuste dos professores, já que não estão no enfrentamento à covid-19. Já alguns técnicos disseram que, como o texto está vago, todos os profissionais enquadrados nas exceções poderão ter aumento.

Entre as categorias excepcionalizadas estão os policiais, Forças Armadas, agentes socioeducativos, profissionais de saúde, trabalhadores do setor de limpeza urbana e coveiros. Todas as demais carreiras do funcionalismo, sejam federais, estaduais ou municipais, ficarão proibidas de receber reajustes até o fim de 2021.

Liderados por Alcolumbre, os senadores também divergiram do modelo de distribuição dos recursos aprovado pela Câmara e que foi um dos principais embates entre os deputados e o governo. Na opinião dos deputados, Guedes trabalhava, a mando de Bolsonaro, para reduzir os repasses para os governadores do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), e de São Paulo, João Doria (PSDB), que sonham em concorrer ao Planalto.

A Câmara primeiro aprovou que a distribuição levaria em conta a perda de arrecadação de ICMS e ISS dos Estados e municípios em relação ao ano de 2019. O custo, caso a queda nas receitas fosse de 30%, chegaria a R\$ 87 bilhões em seis meses, mas poderia ser maior.

Alcolumbre negociou com o Ministério da Economia e estabeleceu um valor fixo para os repasses, de R\$ 60 bilhões, que serão distribuídos por um mix de indicadores, mas que, ao fim, favoreceram mais os Estados menos desenvolvidos. Para os mais ricos, o maior benefício foi a suspensão de dívidas até o fim do ano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.



## Socorro não vai evitar atraso de salários no RJ

Mesmo com ajuda, perda de receita do Estado é estimada em R\$ 8,1 bilhões

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

07/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Mesmo com o auxílio emergencial aprovado pelo Senado Federal, o Estado do Rio de Janeiro teria uma perda de receita de R\$ 8,1 bilhões este ano, o que tornaria praticamente impossível quitar a folha de pagamento em setembro. A estimativa da Fazenda fluminense é de que - na comparação com 2019 - a receita do governo estadual encolha em R\$ 10,6 bilhões, enquanto a ajuda financeira da União ao Rio ficaria na casa dos R\$ 2,5 bilhões.

“É absolutamente insuficiente”, afirma o secretário estadual de Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho. A perda de receita projetada pelo governo fluminense estaria concentrada na arrecadação de ICMS (-R\$ 6,6 bilhões) e de royalties e participações especiais do petróleo (-R\$ 3,23 bilhões). A tendência é de que as dificuldades para pagamento de fornecedores comecem no fim de agosto.

Na avaliação de Carvalho, a brecha aberta pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que numa segunda versão do relatório do projeto de auxílio emergencial incluiu o direito a reajuste de salários para professores e outros profissionais de educação, significa uma pressão adicional sobre as finanças fluminenses.

A contrapartida exigida no projeto é de que os salários do funcionalismo fiquem congelados por 18 meses. Os professores acabaram excluídos dessa restrição na segunda versão do relatório de Alcolumbre. Também não estão sujeitas ao

congelamento salarial outras categorias profissionais, como militares, policiais e peritos criminais.

Numa tentativa de mitigar a perda de receitas, o governo fluminense estuda fazer uma nova emissão de dívida lastreada na receita futura de royalties do petróleo. A operação poderia render R\$ 2,5 bilhões em dinheiro “novo”, mas ainda está num estágio “embrionário”, conforme admite Carvalho.

Ao todo, o governo estadual abriu mão de R\$ 11,15 bilhões em receitas de royalties para honrar pagamentos assumidos com instituições nacionais e internacionais, entre 2014 e 2018, de acordo com dados compilados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

“Ainda temos espaço livre no fluxo de royalties. São recursos que não estão vinculados à nenhuma das operações realizadas até agora”, frisa o titular da Fazenda do Rio de Janeiro. O secretário explica que estão em análise três possibilidades.

A primeira seria realizar a emissão como uma nova tranche das operações já acordadas anteriormente. Outra alternativa seria fazer antecipação de recursos com base em contratos que alterem algumas das cláusulas pactuadas no passado. A terceira opção - defendida pelo secretário de Fazenda - é a de estruturar uma captação em bases inteiramente novas.

“As condições mudaram radicalmente em relação a 2014 [quando foram feitas algumas das primeiras antecipações]”, argumenta Carvalho. “Os juros internacionais e nacionais são muito menores hoje”. Para dar segurança jurídica à operação seria necessário o aval da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério Público.

O secretário informa ainda que está “praticamente concluída” a negociação para evitar o pagamento antecipado de R\$ 3,4 bilhões nos próximos 12 meses a dois fundos americanos que viabilizaram no passado parte das operações de antecipação de royalties. A queda nas cotações internacionais do petróleo disparou uma cláusula de proteção dos credores contra a inadimplência, o que geraria o pagamento antecipado de parcelas ainda a vencer.

# Concluída votação da PEC do Orçamento de guerra

Texto segue agora para promulgação, o que deve acontecer hoje

Por **Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto** — De Brasília

07/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A Câmara concluiu ontem a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que segrega o Orçamento, também conhecida como PEC do Orçamento de guerra. O texto segue agora para promulgação, o que deve acontecer hoje em sessão do Congresso Nacional.

Ontem, os deputados federais rejeitaram três destaques em uma sessão de mais de seis horas de duração, a qual foi encerrada a pedido de lideranças partidárias. O texto base da proposta havia sido aprovado mais cedo por 477 deputados, enquanto apenas um deputado votou contra a PEC - Glauber Braga (Psol-RJ).

O projeto dá suporte às despesas do governo federal durante a calamidade pública decretada em decorrência da pandemia de covid-19, com a simplificação de contratações e permissão para descumprimento de regras fiscais. A PEC também concede poderes extraordinários para o Banco Central (BC) atuar na crise econômica neste momento.

Um acordo costurado entre os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), determinou que, mesmo com mudanças feitas em relação ao texto aprovado no Senado, a PEC iria direto à promulgação, sem precisar de uma nova votação pelos senadores. De acordo com esse entendimento,

por se tratarem de supressões na redação, o texto de consenso pode passar a vigorar imediatamente.

A Câmara ampliou os ativos que o Banco Central poderá comprar nos mercados secundários financeiros, de capitais e de pagamentos. O Senado permitiu essas operações durante a pandemia, mas restringiu a seis tipos de ativos. Os deputados excluíram do texto essa lista, o que, na prática, libera a compra de qualquer ativo, como debêntures conversíveis em ações (o que poderia tornar o Banco Central a ser sócio de empresas).

Também está liberada a compra e venda de títulos do Tesouro pelo BC, mas só no mercado secundário. Foi mantida a exigência de que o BC só possa comprar ativos com “rating” BB- ou superior, conferido por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação de risco, e com preço de referência publicado por entidade do mercado financeiro.

Com a proposta, será possível a injeção de recursos em empresas que estejam enfrentando dificuldades financeiras em função da crise do coronavírus, já que o Banco Central terá a autorização para comprar títulos das empresas e para emprestar os ativos a estas companhias sem precisar passar pelo crivo do sistema bancário.

De acordo com dados do BC, com a autorização, a instituição poderá comprar até R\$ 972 bilhões em ativos de empresas.

Mesmo com o argumento de que o critério do rating prejudicaria pequenas empresas, parlamentares rejeitaram na segunda-feira emenda do partido Cidadania que pretendia retirar a exigência de classificação de risco.

Após a promulgação da PEC, os deputados retomam os trabalhos na sexta-feira para analisar destaques de projeto que facilita venda de imóveis da União e para votar proposta que trata da obrigatoriedade do uso de máscaras em função do coronavírus.



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

## Maior rigor no controle do gasto com pessoal

Mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal terá forte efeito sobre a administração

07/05/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Não recebeu a devida atenção uma mudança feita na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelo projeto de lei complementar 39/2020, aprovado na terça-feira pela Câmara dos Deputados e ontem pelo Senado. O noticiário ficou restrito ao montante e à distribuição da ajuda financeira da União aos Estados e municípios, com pouca luz sendo jogada sobre uma alteração que terá caráter permanente e vai melhorar o controle sobre os gastos com a folha salarial dos servidores.

A alteração do artigo 21 da LRF, feita pelo PLP 39, torna nulo o ato que resulte em aumento da despesa com pessoal em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

### Mudança na LRF terá forte efeito na administração

Ou seja, não vale mais aquela prática, bastante difundida, de conceder reajuste salarial em várias parcelas a serem pagas pelos governos seguintes. Prática que, na esfera federal, foi usada em governos do PT. A ex-presidente Dilma Rousseff foi obrigada a pagar parcelas significativas de reajustes salariais concedidos pelo ex-presidente Luiz Inácio da Silva. A nova regra valerá para os três Poderes e órgãos da União, dos Estados e dos municípios.

Os aumentos concedidos durante o governo do ex-presidente Michel Temer tiveram parcelas pagas a várias categorias até o ano passado.

Será nula também a aprovação, a edição ou a sanção, pelos chefes do Executivo, pelos presidentes das casas do Legislativo, pelos presidentes de Tribunais do Poder Judiciário e pelo chefe do Ministério Público da União e dos Estados de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público ou a edição de ato para nomeação de aprovados em concurso público quando houver parcelas de aumento de despesas a serem implementadas em período posterior ao fim do mandato.

Como foi aprovado ontem pelo Senado, o PLP 39 vai agora à sanção do presidente Jair Bolsonaro. A nova regra da LRF terá grande importância no controle das despesas com pessoal e acabará com uma prática nefasta dos administradores deixarem despesas de pessoal para serem pagas por seus sucessores.

A iniciativa de alterar o artigo 21 da LRF parece ter sido do Ministério da Economia, aceita e incorporada ao projeto por seu relator, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). Ela não consta do projeto de lei complementar 149/2020, que trata da compensação pela perda de receita dos Estados e municípios, aprovado anteriormente pela Câmara, e nem do PLP 39/2020 original, de autoria do senador Antonio Anastasia (PSD-MG). Não resultou também de emenda de nenhum senador.

Alcolumbre disse, em seu parecer, que a motivação da mudança na LRF “é impedir que os governantes e chefes de Poder atuais criem despesas novas para seus sucessores, inviabilizando, dessa forma, a futura administração”. O presidente do Senado lembrou aos seus colegas as práticas política que, infelizmente, ainda imperam no Brasil. “Muitos aqui sabem das dificuldades de administrar um município ou um Estado, especialmente quando herdamos dívidas contraídas pelo antecessor, que, em busca de dividendos políticos, compromete a sanidade das contas públicas”.

Alcolumbre entendeu que a proibição para que não se deixe despesa salarial a ser paga pelos sucessores “ajuda a resolver um problema mais estrutural, que a LRF, em sua redação original, não conseguiu plenamente”. A mudança, portanto, feita em

meio a uma crise sanitária sem paralelo neste século, ajudará, em caráter permanente, o equilíbrio das contas.

Até agora, a LRF considerava nulo apenas o ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato dos titulares dos três Poderes, do Ministério Público e dos tribunais de contas. A regra poderia ser facilmente burlada pois, em boa parte dos casos, os aumentos nas despesas com pessoal são concedidos para vigorarem no último ano dos mandatos, principalmente, no caso de Estados e municípios, com parcelas a serem pagas nos exercícios seguintes.

O exemplo mais recente é o caso da prefeitura do Rio de Janeiro. No mês passado, os vereadores do Rio aprovaram um projeto de lei que cria uma nova gratificação para os servidores administrativos da prefeitura. Como o município está em situação de calamidade pública por causa do novo coronavírus, os vereadores aprovaram uma emenda determinando que a gratificação só será concedida em 2022. Ou seja, a próxima administração, a ser eleita neste ano, terá que pagar a conta.

---

Comemorou-se muito, dentro do governo, a aprovação pelo Senado e pela Câmara do artigo 8º do PLP 39, que proíbe governos estaduais e prefeituras de darem aumento, a qualquer título, na remunerações dos seus servidores. O congelamento das despesas com pessoal até o dia 31 de dezembro de 2021 foi apresentado como uma contrapartida de Estados e municípios à ajuda financeira da União durante a pandemia.

A questão discutida na área técnica é que o famoso artigo 8º do PLP 39 pode ser inconstitucional. A nota informativa 18, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, diz que “poderá haver questionamentos quanto à possibilidade de a União legislar sobre matérias inerentes à competência legislativa e administrativa dos entes subnacionais, sem ofender a autonomia de tais entes”.

A consultoria considera que uma emenda constitucional seria “o instrumento mais adequado para determinar o congelamento da remuneração de todo os agentes públicos das esferas de governo atingidas pela calamidade reconhecida pelo Congresso Nacional”. A questão agora é saber se alguma entidade representativa de servidores terá interesse em ingressar no Supremo Tribunal Federal, com uma ação direta de inconstitucionalidade questionando o artigo 8º.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Médico: “Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)”

DOCTOR NATURE

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO

Mãe deixa cachorro sozinho com menina alguns segundos e olha no que deu

GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

por **taboola**

## Leia em Valor Investe

---

### VALOR INVESTE

Gol: Setor aéreo terá recuperação rápida quando pandemia for controlada, diz presidente



# Custo fiscal da MP 936 pode subir entre 48% e 71%

Ministério da Economia se opõe a mudanças no texto

Por **Fabio Graner** — De Brasília

07/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O ministério da Economia encaminhou para a Câmara nota técnica com diversas simulações sobre mudanças na possibilidade de auxílio do governo para os trabalhadores que tiverem redução de salário e jornada.

O documento, obtido pelo **Valor**, aponta que a ideia de elevar o valor de referência, atualmente definido como o teto do seguro-desemprego (R\$ 1,8 mil) para a concessão do benefício emergencial poderia tornar a MP 936 mais regressiva, beneficiando trabalhadores com maior renda.

Nas contas dos técnicos do Ministério, a elevação da referência atual, teto do seguro-desemprego, pode ampliar o custo fiscal da medida, de R\$ 51,2 bilhões, entre 48% e 71%, a depender da nova referência.

A hipótese de elevar o auxílio está sendo considerada pelo relator da matéria, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Assim, se fosse adotado o teto de três salários mínimos como referência, o custo do programa iria para R\$ 75,9 bilhões. O maior crescimento proporcional do custo fiscal seria em relação aos empregados de empresas de médio e grande porte.

A simulação com pior resultado fiscal foi a que considera o teto do INSS (R\$ 6,1 mil): R\$ 87,6 bilhões, 71% acima do custo original da medida.

“Um exercício com o patamar mais baixo dessas propostas prevê aumento de mais 70% no custo do programa para aqueles que ganham acima de 3 salários mínimos quando comparados com o custo que teriam nos termos da redação original da MP 936”, diz a nota. “É pouco razoável gastar substancialmente mais com trabalhadores que já estão em situações mais protegidas pela própria empresa”.

O documento, assinado pelo secretário-especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal, salienta que “a perda salarial é menor quanto menor a renda, atestando a progressividade da política”.

Ele salienta que está relativamente garantida a proteção dos rendimentos e dos vínculos empregatícios de alguns trabalhadores, entre eles os que ganham abaixo de 3 salários mínimos, situação em que preserva-se de 100 a 70% do salário em qualquer modalidade de acordo.

Anteontem, a secretaria divulgou nota destacando que o benefício médio a ser pago para compensar as perdas salariais está em R\$ 752,44 reais, acima inclusive do auxílio emergencial, de R\$ 600, pagos a trabalhadores mais vulneráveis. Nesse sentido, a visão da área é que elevar o apoio na MP 936 será ainda mais regressivo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Médico: “Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)”

DOUTOR NATURE

### LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

# Decisões validam compensações tributárias feitas por exportadores

Receita Federal usou exclusão do ICMS do PIS e da Cofins para vetar operações

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

07/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Exportadores vêm obtendo decisões para validar compensações tributárias vetadas pela Receita Federal. Desde dezembro, a fiscalização usa a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins como justificativa para impedir o uso de quaisquer créditos decorrentes das contribuições - mesmo os não relacionados à chamada “tese do século”.

Há decisões favoráveis na primeira instância administrativa, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), e também no Judiciário. Beneficiam empresas que foram alvos de fiscalização da Delegacia Especial de Maiores Contribuintes (Demac) do Rio de Janeiro.

As companhias têm recebido, desde o fim do ano passado, decisões de auditores fiscais contra o uso de créditos escriturais de PIS e Cofins. Esses créditos são gerados por causa da sistemática da não cumulatividade e não fazem parte da discussão sobre o ICMS.

A fiscalização entende, porém, que as duas coisas estão interligadas. A justificativa é a de que na época em que as compensações foram transmitidas havia ações em curso, movidas pelas empresas, para discutir a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O resultado desses processos em andamento, segundo a Receita, poderia interferir nos valores das compensações e, por esse motivo, teriam que ser desconsideradas.

Uma das empresas notificadas apresentou recurso e conseguiu reverter a decisão dentro da própria Receita. A 7ª Turma da DRJ de Juiz de Fora (MG), de forma unânime, rejeitou o ato da fiscalização. As delegacias de julgamento da Receita Federal são divididas por temas e não por regiões. Isso explica o fato de decisões do Rio de Janeiro serem revisadas por uma unidade localizada no município mineiro.

O auditor fiscal Robson Marcos Schreider, relator do caso, diz na decisão que o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins não trata dos créditos previstos no artigo 3º das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003 - que foram usados nas compensações. O mesmo ocorre,

acrescenta, nos embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional contra a decisão dos ministros e que ainda está pendente de julgamento (RE 574706).

“Fácil concluir que a sistemática de apuração dos créditos previstos nessas leis não será alterada pela decisão final do STF e nem pela decisão final na ação ordinária [movida pela empresa que teve as compensações desconsideradas]”, afirma. O caso envolve aproximadamente R\$ 2,6 bilhões (processo nº 16682.720981/2019-31).

Schreider destaca ainda que alterações sobre a sistemática de apuração dos créditos de PIS e Cofins dependeriam de uma mudança legislativa. “Se a empresa, em 2014, 2015 ou outro ano qualquer, adquiriu um bem ou serviço por R\$ 10 mil, efetuou o pagamento devido e o contabilizou corretamente, esse é o valor sobre o qual vão ser apurados os créditos”, diz.

As exportadoras costumam acumular muitos créditos porque nas vendas ao exterior não há tributação. Elas pagam PIS e Cofins na entrada, quando adquirem os produtos que serão exportados, mas não conseguem compensá-los na saída. A legislação prevê que, nessas hipóteses, podem pedir a restituição dos valores.

A maioria converte a restituição em compensação - o pagamento de tributos com crédito fiscal. O caso julgado pela DRJ trata exatamente dessa situação. A empresa havia utilizado os créditos acumulados de PIS e Cofins para o pagamento de Imposto de Renda e CSLL.

A fiscalização da Demac do Rio de Janeiro havia considerado as compensações realizadas nos anos de 2015 e de 2016 como “não declaradas”. Com isso, os tributos que haviam sido pagos com os créditos ficaram em aberto. A empresa ainda recebeu uma multa de 75% sobre os valores utilizados para a quitação.

Uma outra exportadora que passou por situação semelhante optou por recorrer ao Judiciário e obteve liminar. A decisão é do juiz Wilney Magno de Azevedo Silva, da 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro (processo nº 5006674-36.2020.4.02.5101).

“Não há razão para restringir a análise sobre o pedido de aproveitamento dos créditos vinculados a receitas de exportação pretéritos por uma decisão judicial

posterior aos pedidos administrativos e que trata de direito creditório diverso do pleiteado”, diz o juiz.

A empresa, nesse caso, também teve desconsideradas pela fiscalização as compensações de 2015 e 2016. Recebeu nove decisões administrativas, de idêntico teor, que consideravam como inviável calcular os valores referentes aos créditos aos quais a companhia afirma ter direito sob o fundamento de que as ações ajuizadas para discutir a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins poderiam alterar os valores requeridos.

A auditora fiscal que assina os documentos havia aplicado o artigo 59 da Instrução Normativa 1.717, de 2017. Esse dispositivo diz que “é vedado o ressarcimento de crédito cujo o valor possa ser alterado total ou parcialmente por decisão definitiva em processo judicial ou administrativo fiscal”.

Advogados vêm se referindo a esse movimento, desde as primeiras decisões da Demac, como “extremamente perigoso” para os contribuintes. Se referendado, afirmam, poderia inviabilizar as compensações com o uso de quaisquer créditos de PIS e Cofins.

“Além de trazer total insegurança sobre a pretensão de o contribuinte exercer o seu direito de questionar tributos na Justiça. Isso coloca em descrédito o sistema de compensação”, diz o advogado Julio Janolio, que atuou nos dois casos juntamente com o advogado Victor Amaral, ambos do escritório Vinhas e Redenschi.

Os advogados afirmam que os argumentos da fiscalização não poderiam ser aplicados aos casos. Ressaltam que o artigo 74, parágrafo 12, da Lei nº 9.430, de 1996, é claro no sentido de que a compensação será considerada não declarada se o crédito usado pelo contribuinte estiver pendente de decisão judicial - o que não ocorreu. A fiscalização se utilizou de uma discussão paralela para vetar as compensações.

Especialista na área, Ariel Möller, do escritório Fux Advogados, diz que as investidas da Demac causaram “certa surpresa”. “É um órgão bem mais técnico do que as delegacias de atendimento. Os auditores são muito bem treinados e têm contato com temas mais complexos”, afirma. “A sensação que fica, agora, é que pode ter

sido uma investida isolada da Demac em relação a esse assunto. Porque a DRJ, em geral, tem uma visão mais pró-fisco. Grande parte das autuações, por exemplo, são mantidas na primeira instância administrativa.”

Para o advogado, o acórdão da 7ª Turma da unidade de Juiz de Fora deixa claro que a Demac “confundiu os assuntos”. E, apesar de a decisão não ter efeito vinculante, Ariel Möller acredita que possa funcionar como “uma orientação informal” dentro do órgão. “Até porque acaba gerando um contencioso desnecessário.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Médico: “Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)”

DOCTOR NATURE

### LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: Brasil tem 5.466 mortes e Teich vê 'chance real' de 2ª onda

# Equipe diverge e deixa para Bolsonaro decisão sobre Cide

Aumento da taxaço à gasolina opõe equipe econômica a Agricultura e Minas e Energia

Por Lu Aiko Otta e Cristiano Zaia — De Brasília

07/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---







A ministra Tereza Cristina, da Agricultura: apoio ao setor sucroalcooleiro — Foto: José Cruz/Agência Brasil

Divergências na equipe de governo colocaram sobre a mesa do presidente Jair Bolsonaro a decisão sobre elevar ou não a Cide combustíveis, cobrada sobre a gasolina. Defendida pelo setor sucroalcooleiro, que amarga forte queda na demanda por causa da pandemia, a medida enfrenta oposição da equipe econômica. Mas é defendida pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também defende para o presidente a adoção de medidas tributárias de apoio ao segmento, apurou o **Valor**. A área econômica, por outro lado, é contrária a medidas governamentais que atendam a um setor específico.

Entre as opções, estão a elevação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), tributo cobrado na gasolina, de R\$ 0,10 para R\$ 0,30 por litro, a redução a zero do PIS-Cofins do etanol e a taxação de 15% nas importações de gasolina. As discussões se arrastam por 40 dias, mas há pressão para que o presidente arbitre rapidamente e tome uma decisão.

Com a elevação, da Cide, o setor sucroalcooleiro espera retomar ao menos em parte a competitividade do etanol em relação à gasolina. O setor amarga queda de 50% na demanda e enfrenta problemas de armazenagem. Há discussões em curso entre o Ministério da Economia e o BNDES para financiar a construção de tanques.

O principal argumento a favor do aumento da Cide é que a medida não teria impacto no preço final. Como o preço da gasolina está em queda, a elevação do tributo de R\$ 0,10 por litro para R\$ 0,30 apenas evitaria uma queda maior na bomba. Não teria impacto na inflação, nem para o consumidor. Além disso, ajudaria a criar uma “gordura” no preço que ajudaria a amenizar futuras oscilações. Em 2019, a arrecadação da Cide chegou a R\$ 2,7 bilhões.

A área econômica argumenta que as ações tomadas desde o início da pandemia são de caráter transversal, ou seja, atendem às empresas como um todo. É o caso do adiamento do prazo de recolhimento de tributos federais e do aumento da liquidez no sistema financeiro para facilitar a concessão de crédito.

Os técnicos da equipe econômica temem que, ao atender um setor em particular, venha uma avalanche de pedidos específicos. Há sugestões de todo tipo em análise no governo e as pressões são fortes.

A equipe é contrária também a elevar tributos em meio à crise. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na semana passada que este não é o momento de aumentar impostos e que discussões desse tipo serão travadas logo à frente, na reforma tributária.

O contexto, porém, era diferente. Foi durante a audiência na comissão mista do Congresso que discute a pandemia, na última quinta-feira. Alguns parlamentares o questionaram sobre a redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos que teria sido publicada no Diário Oficial naquele dia. As perguntas partiram de interpretação equivocada de uma Instrução Normativa publicada pela Receita Federal, que tratava de uma regra de transição para o aumento do tributo, tal como aprovado na reforma da Previdência.

Uma política de apoio ao setor sucroalcooleiro é, no entanto, defendida pela ministra da Agricultura. Ela tem demonstrado frustração com a demora na decisão e afirmou que a bola estava com o Ministério da Economia.

Já o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu a elevação da Cide no início de março, como alternativa para evitar oscilação excessiva do preço da gasolina. Na ocasião, foi desautorizado por Bolsonaro. A proposta de criação de uma espécie de colchão tributário foi retirada da mesa, segundo o Ministério de Minas e Energia. Essa ideia de usar a Cide como um “colchão tributário” para dar estabilidade ao preço da gasolina é, porém, uma ideia que está presente nos meios técnicos desde a greve dos caminhoneiros, em 2018. O atual cenário, com a gasolina barata, seria um bom momento de implementá-la, avaliam técnicos. A questão é o timing político.

Essas visões diferentes foram levadas a Bolsonaro que, no início de fevereiro, comprou uma briga com governadores por causa do preço da gasolina. Ele afirmou que reduziria a zero os tributos federais sobre o combustível, se os Estados fizessem o mesmo com o ICMS. O desafio provocou reação dos governadores, que apontaram a política de preços da Petrobras como a responsável pelos altos preços cobrados na época.

Fabio Romão, economista da LCA Consultores, lembra que desde o início do ano a Petrobras já vinha reduzindo os preços dos combustíveis, mas esse efeito demorou a aparecer na venda ao consumidor final. O efeito da pandemia na demanda, porém, acelerou esse processo. Pelas estimativas de IPCA da LCA, do início de março ao fim de abril o preço da gasolina na bomba caiu 9,32% e o do diesel, 8,16%. O etanol teve queda mais acentuada, de 15,45%. **(Colaborou Marta Watanabe, de São Paulo)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Médico: "Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)"

DOCTOR NATURE

### LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

## Governo não cede a pedido de montadoras

Setor voltou a reunir-se com Guedes para pedir que créditos de tributos federais possam ser usados como garantia em negociações com bancos

Por Marli Olmos — De São Paulo

07/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Desde o início da pandemia, a indústria automobilística tem tentado, sem sucesso, ajuda do governo para facilitar a obtenção de empréstimos bancários. O interlocutor tem sido, quase sempre, o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele voltou a reunir-se ontem com os principais representantes dos maiores fabricantes de veículos do país. Mais uma vez, os executivos saíram frustrados do encontro realizado por meio de videoconferência, segundo relataram fontes.

As montadoras têm feito contatos com diversos bancos. Mas a principal preocupação refere-se à garantia para a liberação de recursos. Uma das ideias é que o governo interceda nas negociações aceitando oferecer, como garantia dos empréstimos, créditos de tributos federais que as montadoras têm acumulados.

São vários bilhões de reais, segundo fontes do setor, referentes, principalmente, a Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que foram se acumulando nas transações comerciais da cadeia que envolve a indústria automobilística e fornecedores. Um dinheiro, portanto, que o governo deve ao setor. Os créditos desses impostos serviriam, segundo a proposta da indústria, para o governo entrar como fiador desses empréstimos.

A equipe econômica parece irredutível a aceitar tal proposta. Das horas de conversa com os executivos surgiu, até agora, apenas a boa vontade do ministro para agrupar bancos interessados em atender as montadoras.

As empresas do setor automotivo tentam evitar ter de recorrer às matrizes que, igualmente afetadas pela crise provocada pela covid-19, estão menos propensas a ajudar suas subsidiárias.

No início de abril, quando o setor mal começara o período de férias coletivas em suas fábricas, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, fez duras críticas aos bancos, que, segundo ele, impunham “custos absurdos” para conceder empréstimos ao setor.

Na ocasião, Moraes defendeu que o Banco Central criasse um mecanismo para tomar parte do risco nos empréstimos bancários e, dessa forma, ajudar o setor a ter liquidez para honrar os pagamentos dos salários de seus funcionários e fornecedores.

Amanhã, o presidente da Anfavea voltará a estar com a imprensa para divulgar resultados do desempenho do setor em abril. Na comparação com abril de 2019, a venda de veículos no mercado interno caiu 76% no mês passado, segundo dados divulgados na segunda-feira pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), que representa as concessionárias.

Com lojas fechadas desde o fim de março, a perda de vendas se reflete também no resultado do quadrimestre. De janeiro a abril, foram vendidos 613,7 mil veículos, volume 26,88% menor que o dos quatro primeiros meses de 2019. No caso dos automóveis, a queda de abril em relação ao mesmo mês do ano passado chegou a 79%, com o total de 39,4 mil unidades.

Os dados de produção e de exportação, que serão revelados pela Anfavea amanhã, tendem a mostrar quedas em proporções ainda maiores, já que praticamente todas as linhas de montagem passaram o mês sem funcionar. Em abril, a produção de veículos foi interrompida, principalmente, para adequar as fábricas a novos padrões de higiene e distanciamento social. Mas as vendas de maio, quando uma parte da produção será retomada, não deve ser muito diferente, segundo executivos do setor.

No mês passado, as montadoras também fecharam acordos de flexibilização dos contratos de trabalho. Parte dos operários entrou em sistemas de redução de

jornada e outra parte em afastamento temporário.

Ninguém no setor fala, ainda, em demissões. Mas em momentos de crise essa ameaça sempre entrou nas mesas de negociação com governos. A preservação da força de trabalho na indústria automobilística costumava ser um ponto determinante nas conversas com alguns governos, como o do PT. Mas a ameaça do corte de empregos parece ter perdido força nas negociações em curso.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Médico: "Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)"

DOCTOR NATURE

### LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

por **taboola**

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Gol: Setor aéreo terá recuperação rápida quando pandemia for controlada, diz presidente

## Guedes e Araújo discutem “Mercosul à la carte”

Para chanceler e ministro a Economia, eventual default da Argentina não afeta o Brasil

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

07/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

A possibilidade de um “Mercosul à la carte” para não paralisar as negociações de novos acordos em função da crise Argentina foi discutida na noite de terça-feira, em reunião dos ministros da Economia, Paulo Guedes, e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. No encontro, foi avaliado também que um eventual default no país vizinho não compromete o Brasil, mas aumenta as dificuldades na relação regional.

A versão “à la carte” permitiria negociar os novos acordos do bloco, com Canadá, Cingapura, Líbano e Coreia do Sul sem a Argentina. Se, futuramente, o país vizinho desejasse aderir a esses entendimentos, poderia fazê-lo.

O governo de Alberto Fernández tem tido postura oscilante em relação ao Mercosul. No dia 25 de abril, anunciou que abandonaria as novas negociações de acordo. Na semana seguinte, voltou atrás e disse que participaria, mas numa velocidade menor que a dos demais sócios.

A Argentina tem problemas mais urgentes a tratar. Além de enfrentar a pandemia, luta para reestruturar sua dívida. Na segunda-feira, três de seus principais credores rejeitaram proposta de renegociação do Ministério da Economia.

Sem a Argentina, os sócios do Mercosul (Brasil, Paraguai e Uruguai) teriam espaço para tratar da transformação do Mercosul em uma zona de livre comércio, em

comunhão com o projeto da atual equipe econômica brasileira. Nesse formato, o Brasil poderia negociar acordos individualmente.

O Mercosul é uma união aduaneira, o que significa que tem tarifas uniformes para produtos importados de fora do bloco. A tarifa externa é a principal dificuldade para a negociação de acordos comerciais, pois os sócios querem proteger diferentes setores.

O principal ponto de interesse do governo brasileiro é o acordo do Mercosul com a União Europeia. Os ministros avaliaram que, em qualquer cenário, o que foi acertado no passado deverá ser mantido. Inclusive o cronograma de abertura comercial.

O acordo está em fase de tradução e revisão jurídica. Após essa etapa, deverá ser assinado e remetido aos Legislativos. O governo da Argentina informou que assinará e enviará o acordo ao Congresso.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Médico: "Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)"

DOCTOR NATURE

### LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO



# Petrobras aumenta em 12% o preço da gasolina

Aumento é o primeiro da estatal desde fevereiro; preço do combustível já caiu 46,5% este ano

Por André Ramalho — Do Rio

07/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em meio à queda de braço dentro do governo sobre a proposta de aumento da tributação da gasolina, um pleito do setor sucroalcooleiro, a Petrobras vai aumentar em 12% a partir de hoje, nas refinarias, o preço do combustível. O reajuste da gasolina, o primeiro desde fevereiro, acontece em meio a uma ligeira recuperação do petróleo, nos últimos dias, e tende a melhorar, ao menos em algumas praças, a competitividade do etanol.

Os preços da gasolina da Petrobras acumulam uma queda de 46,5% em 2020 e de 39% nas refinarias desde março, quando eclodiu o choque de preços do petróleo. Nas bombas, esse recuo tem sido menor, mas o suficiente para preocupar os produtores de etanol, que nos últimos anos se acostumaram a ver a gasolina encarecer e perder mercado. Com base nos dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a queda acumulada dos preços do litro da gasolina, para o consumidor final, é de 13,8% em 2020 e de 13,3% desde março.

Mesmo com os preços baixos, as vendas da gasolina estão em queda. No primeiro mês de medidas de restrição à circulação de pessoas, como estratégia de enfrentamento à pandemia da covid-19 no Brasil, o consumo do derivado caiu 13,3% em março, ante igual período de 2019, para 2,697 bilhões de litros - o volume mais baixo para o mês desde 2010. No primeiro trimestre, a queda foi de 2,7%. O etanol hidratado, por sua vez, recuou 15,7% em março e 3,6% nos três primeiros meses do ano.

O aumento de hoje nas refinarias interrompe uma sequência de seis ajustes para baixo seguidos feito pela Petrobras desde a crise do petróleo, no início de março. Nos últimos dias, o preço do petróleo recuperou parte do tombo recente que levou o barril do tipo Brent a ser cotado dos US\$ 20, na semana retrasada. Ontem, a commodity fechou o dia a US\$ 29,72.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse na terça-feira que a empresa “está pronta” para elevar seus preços sempre quando julgar necessário. “Não temos nenhuma dificuldade em subir preço, não há nenhuma proibição”, afirmou.

O executivo já se posicionou outras vezes de forma contrária à medida. Em abril, ele destacou que “capitalistas inimigos do capitalismo” estavam fazendo pedidos de impostos de proteção. E alertou que a elevação dos tributos sobre a gasolina poderia ter consequências sérias, como desabastecimento de gás liquefeito do petróleo (GLP) - cuja produção, nas refinarias, está atrelada a da gasolina.

O setor de revenda também é contra o aumento da tributação e enviou carta ao presidente Jair Bolsonaro pedindo para que ele não recorra à medida. Já a Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) defende que aumentar impostos, para proteger o etanol, não é necessário, se a Petrobras mantiver seus preços alinhados com a paridade internacional. Segundo a entidade, porém, mesmo com a alta de hoje, a petroleira continua vendendo o derivado abaixo da paridade. A Abicom considera, em suas contas, as despesas para internalização do produto até o porto e acrescenta a esses valores os custos com taxas portuárias, armazenagem e frete até o ponto de entrega. Já a Petrobras alega que o preço de paridade internacional “não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes” e varia de agente para agente.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

# Pobreza extrema aumenta e atinge 13,88 milhões de pessoas

Medidas de auxílio podem aliviar quadro para o indicador neste ano

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

07/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Antes da pandemia

Miséria seguiu crescendo no país, mas desigualdade recuou

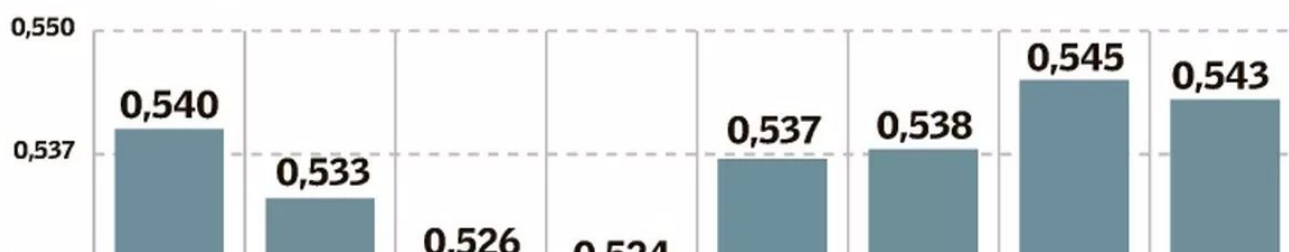
### ■ Evolução da pobreza extrema (US\$ 1,90 per capita por dia)

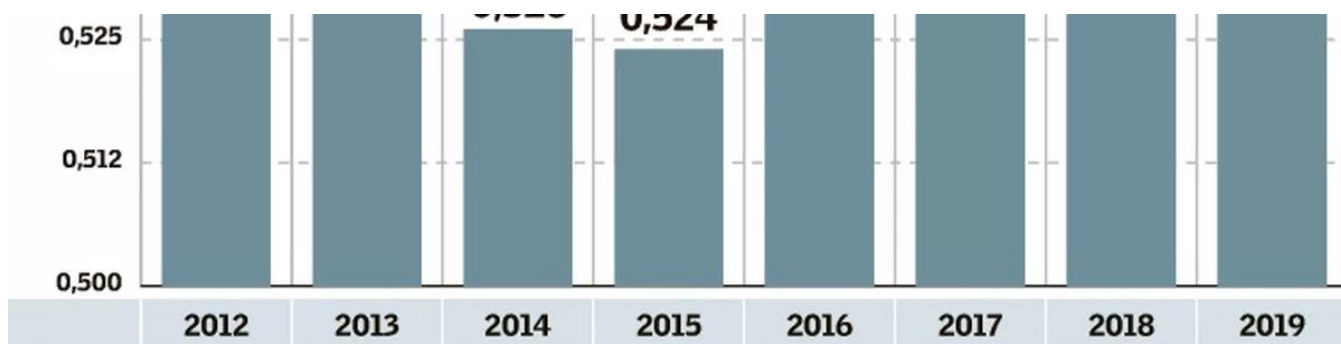
Em milhões de pessoas



### ■ Índice de gini da renda per capita (todas as fontes)

Índice varia de zero a um, sendo zero a igualdade perfeita





Fonte: LCA e IBGE

A pobreza extrema cresceu pelo quarto ano consecutivo no país, somando 13,88 milhões de pessoas no ano passado, o maior nível em oito anos, mostram cálculos da LCA Consultores, a partir dos microdados Pnad Contínua. A linha de pobreza mais “branda”, porém, mostrou redução em 2019, assim como a desigualdade da renda.

Especialistas estão cautelosos sobre o que esperar para a pobreza extrema no país durante a pandemia. O Banco Mundial estima que o número de miseráveis poderia crescer em 5,7 milhões de pessoas neste ano sem medidas sociais do governo. Com a liberação do auxílio emergencial de R\$ 600, a miséria poderia ficar estável ou até encolher este ano, temporariamente.

Segundo o levantamento da LCA, a pobreza extrema cresceu 1,9% no ano passado, com mais 259 mil pessoas em situação de miséria. A linha de corte adotada foi a mesma do Banco Mundial, de US\$ 1,90 por dia per capita (R\$ 150 mensais). Há outros critérios de pobreza extrema, como o do Bolsa Família e da FGV Social.

Cosmo Donato, economista da LCA e autor dos cálculos, diz que a piora da pobreza extrema no ano passado é reflexo da recuperação lenta da economia no ano passado, que não alcançou a população mais pobre. O PIB cresceu apenas 1,1% em 2019 e o mercado de trabalho deu sinais frágeis de retomada, com grande informalidade.

“Quando a economia cresce, não cresce necessariamente criando oportunidade iguais. E, no pós-crise, houve uma grande limitação de investimentos do setor público, incluindo Estados e municípios, para gastos sociais”, afirma Donato. Ele

prevê agravamento do quadro com o isolamento social e a recessão decorrentes da pandemia.

A miséria piorou mais nas regiões Norte e Nordeste, que tiveram incremento de 138 mil e 92 mil pessoas vivendo com até US\$ 1,90 por dia, respectivamente. No Sudeste, o indicador ficou estatisticamente estável (+0,2%, aumento de mil pessoas). Sul e Centro-Oeste têm amostra mais rarefeita, o que dificulta avaliar a tendência.

Ao longo de 2019 o número de novos benefícios concedidos pelo programa Bolsa Família despencou e a fila de quem busca o auxílio cresceu. Estaria em quase 500 mil pessoas no início deste ano. O governo federal pagou pela primeira vez, porém, uma décima-terceira parcela em dezembro de 2019.

Donato diz que o corte no Bolsa Família foi focado em redução de fraude. “Se uma família estava fraudando, ela provavelmente já se declarava pobre. Então, não acho que isso afetou. Em 2019, o pagamento do décimo-terceiro provavelmente impediu alta maior da extrema pobreza”, acrescenta.

Diretor da FGV Social, o economista Marcelo Neri acredita que a piora do indicador está diretamente relacionado aos cortes no programa. “O Bolsa Família teve redução da cobertura, o que já vinha acontecendo antes e continuou. Além disso, o programa não foi reajustado em 2019, embora tenha tido o 13º pagamento.”

Outro cálculo realizado pela LCA a partir de dados do IBGE foi para a faixa de US\$ 5,50 per capita, considerada uma pobreza mais “branda” (R\$ 436 mensais para cada moradores do domicílio). Por essa linha, o número de pessoas consideradas pobres caiu de 52,7 milhões em 2018 para 51,97 milhões em 2019, baixa de 1,4%.

A redução da pobreza nessa linha está por trás da melhora da concentração de renda no país no ano passado. O índice de Gini da renda domiciliar per capita passou de 0,545 em 2018 para 0,543 em 2019 - quanto mais perto de zero, mais bem distribuída a renda.

O Nordeste foi a única região com aumento da concentração de renda: o Gini avançou de 0,545 em 2018 para 0,559 em 2019, puxado pelo todo da pirâmide social.

Estimativas do Banco Mundial mostram que mais 5,7 milhões de pessoas poderiam ser empurradas para a pobreza extrema no Brasil neste ano por causa da covid-19 sem que houvesse medidas do governo. Francisco Ferreira, pesquisador-sênior da instituição, diz que as medidas anunciadas pelo governo podem neutralizar o movimento.

Para Neri, a miséria pode recuar no período de liberação do auxílio emergencial, mas tenderia a crescer novamente logo na sequência. “É uma dose de anestesia, cujo efeito vai passar”, acrescenta.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o segredo que eles estão escondendo de você.

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Cachorro percebe que está no veterinário, sua reação não tem preço

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Médico: “Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)”

DOCTOR NATURE

### LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

por **taboola**

**Leia em Valor Investe**

---

VALOR INVESTE

## Risco fiscal definirá novo corte de juros

Copom sinaliza enxergar o efeito das turbulências políticas sobre as perspectivas fiscais como um limitador para o afrouxamento da Selic

Por **Sérgio Tauhata e Lucas Hirata** — De São Paulo

07/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





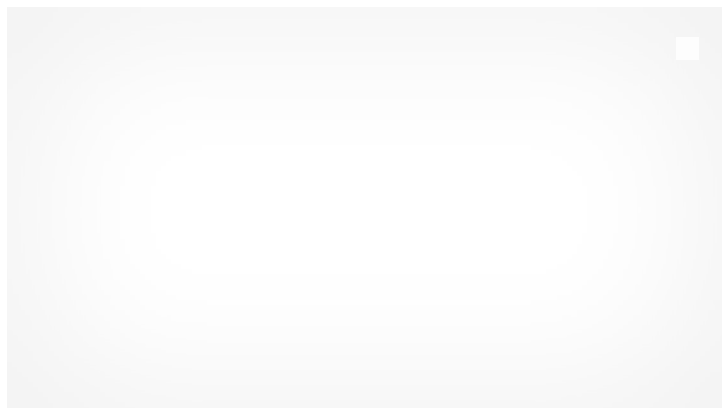
Denadai, da Ace Capital: cenário global muito pior e doméstico também — Foto: Claudio Belli/Valor

Apesar de ter realizado um corte mais agressivo que o esperado pela maioria e indicado nova redução de juros mais adiante, o Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizou que enxerga o efeito das turbulências políticas sobre as perspectivas fiscais como um limitador para o afrouxamento da Selic. O comunicado da reunião que levou a taxa básica a 3% ao ano, após um corte de 0,75 ponto percentual, atrela o grau de ajuste de uma nova baixa à percepção sobre a trajetória fiscal futura.

Para o superintendente de pesquisas macroeconômicas do Santander, Mauricio Oreng, o fator fiscal tende a ser um limitador para uma queda mais acentuada da Selic. “É algo que causa alguma restrição aos movimentos de política monetária”, diz. Essa percepção de trajetória e sustentabilidade fiscal futura, conforme assinalado pelo próprio comunicado da reunião, liga-se diretamente ao atual ambiente político tumultuado.

O Copom ressaltou que “questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia”.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit [who.int](http://who.int)

Se o Brasil “não tivesse resolvido gerar uma crise dentro da crise”, o BC poderia levar a Selic para algo virtualmente perto de zero, avalia o economista-chefe da Ace



Capital, Ricardo Denadai. “Agora nesse ambiente de política ruim e deterioração do fiscal, acreditamos que a sinalização de queda da Selic a 2,25% e uma indicação de juros baixos por mais tempo é o mais adequado agora”.

De acordo com a economista sênior da LCA Consultores, Thais Marzola Zara, “o BC e o mercado vão acompanhar de perto se medidas emergenciais com potencial de aumentar gastos públicos podem se tornar permanentes”. A especialista destaca ainda que as perspectivas sobre a continuidade das reformas após o coronavírus também são importantes. “A grande preocupação é que, se predominar a ideia de que vai haver deterioração muito grande do quadro fiscal, isso pode afetar diretamente os prêmios de risco dos títulos mais longos.”

Após a decisão, predomina entre os economistas a visão de mais um corte de 0,75 ponto na próxima reunião do Copom. “A sinalização de mais corte parece clara”, diz Orenge, do Santander. “Acho que o plano de voo do Copom indica um último ajuste que pode levar a taxa para 2,25%.”

Na avaliação da economista-chefe da ARX Investimentos, Solange Srouf, a estratégia da autoridade monetária pode ser arriscada, se for levado em conta o efeito de cortes mais agressivos do juro sobre o câmbio. “É bem complicado colocar tanta ênfase no fiscal sem tomar como dado que o estrago já está começando a ser feito. Enfim, esse BC toma mais risco”, afirma. Solange vê mais um corte de 0,75 ponto percentual da Selic, o que tende a levar a uma nova alta do dólar. “Me parece que não se importa com um ‘overshooting’ do câmbio.”

O chefe de economia e estratégia do Bank of America, David Beker, diz que ajustou suas projeções para a taxa básica de juros após o anúncio do Copom. Antes, o especialista esperava dois cortes de 0,5 ponto percentual da Selic. A leitura agora é que o próximo passo será um novo corte de 0,75 ponto, com Selic a 2,25%.

“O mercado vinha discutindo muito sobre o efeito dos juros na taxa de câmbio. Acho que, com esse comunicado, o Copom indica que são discussões separadas: uma é a política monetária, e outra é a cambial. Não que estejam isoladas, mas também não estão completamente ligadas”, diz o especialista do BofA. “Acredito que o câmbio deve sofrer por conta de sinalização”, aponta Beker. “Aí vamos ter de monitorar se vai ser mais agressivo ou não na intervenção”, diz.

Conforme o analista do BofA, o Copom “sinaliza que o momento atual é extraordinário e requer medidas extraordinárias e mostra que a política monetária é o instrumento a ser utilizado”. Contudo, ele vê o cenário repleto de incertezas. “Tudo vai depender do risco fiscal, do caminho da economia e da covid-19.”

Denadai, da Ace, enxerga uma nova postura da autoridade monetária com uma tentativa de “dar mais estímulo em um momento em que a economia precisa desesperadamente”. O economista recorda que, na última decisão de política monetária, o debate girava em torno de PIB a zero. “Agora discutimos uma queda entre 5% e 10%. É um cenário global muito pior e doméstico também. Além disso, o BC reconhece que a inflação subjacente está rodando próximo do piso da meta”, acrescenta.

Com uma quarentena mais longa do que o esperado, “é provável que tenhamos mais rodadas de revisão de atividade para baixo”, pondera Thais, da LCA. O aumento das convergências das estimativas para uma queda acentuada da atividade tenderia a reforçar o novo posicionamento da autoridade.

Segundo Oreng, do Santander, “dados da GetNet [empresa de meios de pagamento do Santander] indicam que o consumo vai ter queda forte em abril”. A equipe do banco se prepara para “revisar nossos números do PIB com alguma profundidade para baixo e, naturalmente, a gente vai revisar o nível de Selic terminal”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Cúrcuma: o que não te disseram!

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Quem nunca pensou em tentar tocar violão ou guitarra, chegou a hora de aprender.

GUITAR ACORDES

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é apropriado para caminhadas e exercícios.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO